



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**RAYSSA PINTO REZENDE**

**A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DOS JOVENS E O NEOPENTECOSTALISMO**  
**EM GUARAPARI - ES**

**JUIZ DE FORA**

**2017**

RAYSSA PINTO REZENDE

**A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DOS JOVENS E O NEOPENTECOSTALISMO  
EM GUARAPARI - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Dinâmicas Sócio-Espaciais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

Professor orientador: Dr. Wagner Barbosa Batella

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Rayssa Pinto.

A dinâmica sócio-espacial dos jovens e o neopentecostalismo em Guarapari - ES / Rayssa Pinto Rezende. -- 2017.

118 f. : il.

Orientador: Wagner Batella

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2017.

1. Juventude. 2. Produção do espaço. 3. Cidade. 4. Neopentecostalismo. I. Batella, Wagner, orient. II. Título.

A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DOS JOVENS E O  
NEOPENTECOSTALISMO EM GUARAPARI - ES

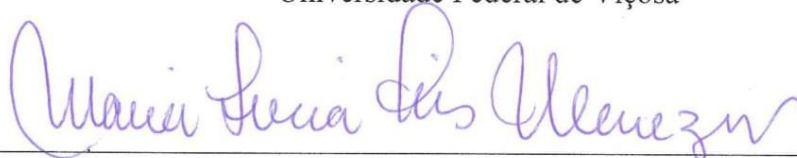
RAYSSA PINTO REZENDE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Espaciais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

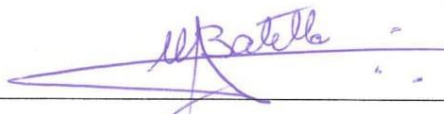
DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio (Membro Externo)  
Universidade Federal de Viçosa



Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pires Menezes (Membro Interno)  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

## AGRADECIMENTOS

Por não sermos indivíduos isolados nossas ações se dão em meio a uma teia social, conseqüentemente nossas conquistas e realizações são frutos das relações interpessoais que construímos. Desta forma não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para o êxito desse projeto.

Muito antes de pensar em ingressar no programa de pós-graduação, ou até mesmo na própria graduação, minha mãe sempre se preocupou em me mostrar a importância do conhecimento. Em meio a todas as dificuldades em dividir seu tempo entre criar uma filha e se dedicar ao trabalho, sua prática evidenciava o papel central da educação em nossas vidas. Devo a ela além da conclusão do projeto de mestrado, o amor à profissão. Ser filha de professora é acreditar no outro, é saber se colocar no lugar do outro. Por isso, Mary Lúcia Gaburri Pinto, agradeço não só o apoio, mas o exemplo de mulher que tive em minha vida.

À minha avó Léa, outra figura feminina que esteve ao meu lado nos momentos de ausência da minha mãe, sendo crucial na minha caminhada, com todo carinho, apoio e aconchego.

Ao meu companheiro Raphael, pela compreensão e total apoio, estando presente nos momentos de angústia e ansiedade sempre de prontidão a me ajudar no que fosse preciso.

Aos amigos que conquistei durante a vida acadêmica, compartilhando experiências em meio ao movimento estudantil, que muito acrescentaram em minha visão de mundo. Em especial a Juliana, com quem convivi quase quatro anos no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação e posteriormente no mestrado, dividindo as dificuldades e sucessos.

Aos professores do programa de pós-graduação, Maria Lúcia e Roberto, por toda ajuda e compreensão. À Clarice Cassab que possibilitou a minha participação em suas pesquisas, me apresentando a discussão acerca da juventude e por sua orientação durante boa parte do mestrado.

Ao professor Wagner em especial, por aceitar o desafio de me orientar, mesmo tendo o tempo como nosso adversário acreditou que conseguiríamos concluir a pesquisa e apresentar a dissertação, se fazendo presente em todos os momentos necessários.

## RESUMO

O espaço geográfico é produto das relações interpessoais da sociedade vigente, da mesma forma que condiciona e conforma a sociedade, por esse motivo se mostra necessário compreender os agentes sociais que atuam na produção do espaço, em diferentes escalas e níveis de influência. Considerando a dimensão do cotidiano, podemos analisar esse processo a partir da categoria juventude, em que através de suas andanças e vivências se tornam produtores e ao mesmo tempo produtos do espaço e da sociedade. A cidade ganha centralidade por ser nesse espaço que os jovens reproduzem sua vida, sendo necessário iluminar o arranjo e organização do espaço citadino que interfere na mobilidade ou fixidez dos jovens. Para o desenvolvimento desse trabalho pesquisou-se as relações socioespaciais dos jovens moradores da cidade de Guarapari-ES e por entender a juventude como plural buscou-se desvelar os diversos fatores que a atravessam a partir de suas práticas espaciais cotidianas, enfatizando o papel das igrejas evangélicas na constituição desses jovens, uma vez que esse elemento se apresenta como um fator comum a maioria dos jovens pesquisados.

**Palavras-chave:** Juventude; Produção do Espaço; Cidade.

## **ABSTRACT**

Geographic space is the product of the interpersonal relations of the existing society, in the same way that it conditions and conforms the society, for that reason it is necessary to understand the social agents that act in the production of the space, in different scales and levels of influence. Considering the dimension of daily life, we can analyze this process from the youth category, in which through their wanderings and experiences become producers and at the same time products of space and society. The city gains centrality because it is in this space that young people reproduce their lives, and it is necessary to illuminate the arrangement and organization of the city space that interferes with the mobility or fixity of the young people. For the development of this work the socio-spatial relationships of the young residents of the city of Guarapari-ES were investigated and the youth understood as a plurality, the aim was to unveil the various factors that cross it from their daily space practices, emphasizing the role of the churches In the constitution of these young people, since this element presents itself as a common factor to most of the young people surveyed.

**Keywords:** Youth; Production of Space; City.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Mapa político da Região Sudeste.....	52
Figura 2 -	Limites Administrativos – Microrregião Metropolitana.....	55
Figura 3 -	Região Metropolitana pode englobar Guarapari.....	56
Figura 4 -	Limites Administrativos – Guarapari.....	59
Figura 5 -	Localização dos bairros dos jovens e da EEEM Dr. Silva Mello.....	94
Figura 6 -	Mapa Narrativo – Entrevistado 1.....	102
Figura 7 -	Mapa Narrativo – Entrevistado 2.....	104
Figura 8 -	Mapa Narrativo – Entrevistado 3.....	107
Figura 9 -	Mapa Narrativo – Entrevistado 4.....	108



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População, PIB e renda da RMGV por nível de integração e município – 2000 e 2010.....	57
Tabela 2 -	Estado de origem dos turistas de Guarapari – 2016.....	62
Tabela 3 -	Avaliação da infraestrutura de Guarapari – 2016.....	62
Tabela 4 -	População Evangélica no Brasil.....	84
Tabela 5 -	Idade dos jovens e série que estão cursando.....	89
Tabela 6 -	Equipamentos e Serviços que os jovens encontram no bairro que residem..	97
Tabela 7 -	Pontos Positivos e Pontos Negativos de se morar em Guarapari.....	104

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014 – Guarapari.....	60
Gráfico 2 -	Idade dos jovens.....	89
Gráfico 3 -	Cor autodeclarada dos jovens.....	90
Gráfico 4 -	Renda familiar dos jovens.....	91
Gráfico 5 -	Renda familiar por cor dos jovens.....	92
Gráfico 6 -	Distribuição dos jovens por bairro.....	95
Gráfico 7 -	Atividade que realizam no bairro em que residem.....	98
Gráfico 8 -	Quais mudanças gostaria que ocorressem no bairro em que mora....	99
Gráfico 9 -	Atividades cotidianas dos jovens.....	101
Gráfico 10 -	Lugares da cidade que frequentam para realizarem suas atividades diárias.....	103

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUA PRODUÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA.....	16
1.1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO.....	16
1.2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	21
1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA DIMENSÃO DO COTIDIANO.....	27
2. AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE E DA COMPREENSÃO DE CIDADANIA.....	33
2.1. REFLEXÕES ACERCA DOS CONCEITOS: CIDADE E CIDADANIA.....	33
2.2. GUARAPARI - A DINÂMICA DE UMA CIDADE TURÍSTICA E A POPULAÇÃO LOCAL.....	51
3. COMPREENDENDO A CATEGORIA JUVENTUDE A PARTIR DE SUAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS.....	67
3.1. DA PERSPECTIVA HISTÓRICA ÀS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS ACERCA DA CATEGORIA JUVENTUDE.....	67
3.2. A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO E O PAPEL DA IGREJA PROTESTANTE NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA JUVENTUDE CAPIXABA.....	77
3.3. JOVENS GUARAPARIENSES – FIXIDEZ E MOVIMENTO PELA CIDADE.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
APÊNDICE.....	118

## INTRODUÇÃO

“Quando Deus perguntou a Caim onde estava Abel, Caim replicou, zangado, com outra pergunta: sou por acaso guardião do meu irmão?”

(BAUMAN, 2009:96)

A epígrafe retirada do livro “A sociabilidade individualizada - vidas contadas e histórias vividas” nos auxilia a pensar a forma como os indivíduos se relacionam na sociedade contemporânea. O que o autor destaca é o sentido desresponsabilização com o outro que atravessa a sociabilidade moderna. O sentimento de individualidade, do não pertencimento ao todo social é crescente. Esquece-se que a sociedade não é a mera soma dos indivíduos, mas sim uma construção coletiva que nasce a partir da interrelação dos indivíduos. Desta forma, as ações dos sujeitos se interpõem e interagem, sendo responsabilidade de todos e de cada um a sociedade formada e os sujeitos que dela fazem parte. Bem como o espaço produzido, pois as relações sociais produzem não só a sociedade, mas também seu espaço. Isso porque as relações entre os indivíduos ocorrem em um espaço determinado e através delas esse espaço vai sendo produzindo constantemente conforme a sociedade em vigor.

É, portanto, no convívio com o outro que os indivíduos produzem a sociedade e o espaço, num processo dialético, onde o ato de produzir transforma também os sujeitos. No decorrer das atividades cotidianas os indivíduos em interação produzem o espaço, a sociedade e concomitantemente constroem-se enquanto sujeitos sociais. Têm-se desta maneira os jovens como um desses sujeitos que atuam no processo produtivo da sociedade e do espaço. Através das práticas socioespaciais eles forjam seu entendimento de juventude e se apropriam, transformam e produzem o espaço.

Um profícuo debate sobre a juventude vem sendo feito pelo Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde se busca compreender as relações espaciais das diferentes manifestações da juventude. Entende-se juventude como uma categoria múltipla, diversa, pois os jovens a experimentam de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Sendo influenciada por vários fatores, como diferenças sociais, acesso a educação, dinheiro, gênero, trabalho, lugar de moradia, tempo livre, mobilidade pela cidade, etc.

Ao longo da história, as diferentes sociedades vêm ignorando esses fatores que atravessam a juventude e acabam por tratá-la como uma condição transitória que necessita de monitoramento para que se alcance a maturidade. O jovem é tratado como um vir a ser, ignorando-o como sujeito produtor e produto da sociedade. Forma-se então no imaginário social uma vinculação entre juventude e inconsequência, inconstância e violência.

As diversas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação tinham o espaço citadino de Juiz de Fora - MG e seus jovens como elemento central, a fim de contribuir para a construção de uma compreensão acerca da dimensão espacial dos sujeitos pesquisados. Seguindo a linha de pesquisa, o projeto inicial apresentado para o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, tinha como objeto o espaço juiz-forano e os jovens que produzem este através de suas práticas, entretanto, por questões pessoais a autora dessa dissertação teve que mudar de cidade.

Em meados do ano de 2016, fui aprovada em um concurso da rede estadual do estado do Espírito Santo para atuar como professora na cidade de Guarapari. A distância entre Juiz de Fora e Guarapari, 429 quilômetros, dificultou a manutenção do projeto inicial, juntamente com questões que surgiram durante minha chegada à nova cidade que aguçaram a curiosidade.

Ao longo da vida já havia conhecido outras cidades, contudo residi apenas em Juiz de Fora, o contato com outros arranjos socioespaciais despertou uma vontade de conhecer e aprofundar nas dinâmicas de Guarapari. Por ser uma cidade dedicada ao turismo várias questões me chamaram a atenção, principalmente a valorização de certas áreas da cidade, dedicadas ao público que vem aproveitar as atrações naturais presentes, gerando uma especulação imobiliária que acaba por impulsionar a população local para áreas menos visadas pelo capital e que não recebem a devida atenção do poder público local, sendo deficitárias em infraestrutura e a prestação de serviços.

Além do papel central que as igrejas neopentecostais ganham na vida dos habitantes de Guarapari. Antes de me mudar já sabia que no Espírito Santo a religião evangélica tinha um grande número de adeptos, mas conviver com essa realidade trouxe alguns questionamentos a respeito da influência das igrejas na vida dos jovens.

Por lecionar em uma escola pública, os alunos recebidos fazem parte da população que por não ter alto poder aquisitivo residem nas áreas menos valorizadas. Como o interesse na categoria juventude se fez presente na graduação, na pós-graduação não se alterou, e o contato

com os alunos possibilitou a investigação sobre as práticas espaciais dos jovens em uma cidade turística.

Devido aos fatores apresentados, optou-se, juntamente com o orientador da pesquisa, em realizá-la com os jovens guaraparienses. Para fins da pesquisa e sua viabilidade, efetuou-se um recorte quanto aos sujeitos pesquisados. O enfoque foi dado então aos jovens que frequentavam Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Silva Mello, por estar localizada na área central da cidade e receber alunos de diferentes bairros, possibilitando uma análise mais completa a respeito das vivências dos jovens residentes em Guarapari.

Entendendo a categoria juventude como plural e ativa socialmente, buscou-se evidenciar a dimensão espacial que constitui o ser jovem, onde através de suas práticas cotidianas produzem o espaço citadino, transformando-o, resignificando-o, e juntamente a esse processo produzem também a sua compreensão de juventude.

Para alcançar tal objetivo o conceito de espaço do geógrafo Milton Santos auxiliará a pesquisa. Ao entendê-lo como um conjunto indissociável das ações humanas e dos objetos produzidos por elas, o espaço se apresenta como uma construção humana. Também se recorrerá ao conceito de produção do espaço, na dimensão do cotidiano a partir da discussão desenvolvida por Lefebvre, para compreender como em suas práticas diárias os jovens se tornam sujeitos produtores do espaço citadino.

Essa discussão será feita em diálogo com a organização da sociedade capitalista que dá forma as cidades, salientando também as mudanças que ocorrem no espaço público e na configuração da cidadania. Uma vez que é no espaço público que os jovens se mostram e vêm a conviver com o outro, é também na esfera pública que eles forjam sua juventude, constroem-se enquanto cidadãos.

Pelo fato da pesquisa ser realizada em Guarapari, apresentar-se-á as características da cidade, bem como sua configuração e seu arranjo socioespacial, se mostra necessário também um enfoque maior ao papel da atividade turística na organização do espaço citadino e a possível influência que exerce nas vivências dos jovens entrevistados.

Em um terceiro momento uma profunda análise sobre a categoria juventude será realizada, desde a sua construção história até as contribuições feitas por geógrafos que se dedicam à temática e fomentam caminhos para a compreensão da juventude a partir da dimensão espacial.

Debruçou-se, também, sobre o papel das igrejas evangélicas nas práticas cotidianas dos jovens, devido às observações realizadas no trabalho de campo e aos questionários

aplicados, onde a igreja aparece como uma instituição de extrema importância na vida dos jovens pesquisados.

Visando enredar todas as discussões realizadas, apresentar-se-á os resultados obtidos nos trabalhos de campo em diálogo com as categorias que estruturam a dissertação, a fim de contribuir para o entendimento da juventude enquanto produtora e produto da sociedade e do espaço através das experiências cotidianas vividas pelos jovens de Guarapari.

## 1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUA PRODUÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA

Para iniciar as discussões pertinentes à dissertação, este capítulo se dedicará à construção do conceito de espaço ao longo da ciência geográfica, na busca de elucidar a concepção que será adotada nesta pesquisa. A partir de então, procurar-se-á compreender de que forma a sociedade moderna produz seu espaço, atentando-se para as transformações ocorridas ao longo do modo de produção capitalista que influenciaram diretamente na produção do mesmo. Ao traçar um cenário geral, analisar-se-á a produção do espaço na dimensão do cotidiano. O enfoque será dado às relações sociais diárias construídas pelos jovens, que ocorrem em escala local, nas quais a juventude se torna sujeito ativo na produção do espaço através dessas relações.

### 1.1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO

A discussão entorno do conceito de espaço, no âmbito da geografia, ao longo dos anos, expressou-se de diferentes formas que vão desde o entendimento da disciplina apenas como uma descrição de localidades, até o entendimento do espaço como uma produção humana. Logo, este é um conceito que sempre esteve em disputa e ao mesmo tempo extremamente caro à Geografia.

A partir de 1970, com o desenvolvimento da Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, avança-se para uma abertura a outro entendimento do espaço geográfico. “Trata-se de uma revolução que procura romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, de outro, com a Geografia Teorético-Quantitativo” (CORRÊA, 2012:23).

A Geografia Tradicional teve início no século XIX e se manteve como perspectiva única até a década de 1950. Os conceitos privilegiados neste momento eram os de paisagem e região. O espaço não se constituía como um conceito chave nesse período, no entanto nas obras de Ratzel e de Hartshorne é possível encontrá-lo, mesmo que de forma implícita.

Em Ratzel, o espaço era visto como uma base indispensável à vida do homem. O autor desenvolveu, desta forma, o conceito de espaço vital, que expressava a relação de equilíbrio entre população e recurso. O espaço vital ratzeliano remete ao território necessário à manutenção e desenvolvimento do Estado. Já em Hartshorne, o espaço era entendido como absoluto, um receptáculo que apenas contém as coisas, ou seja, um conjunto de pontos que



tem existência em si. Para ele, cada porção do espaço possuía uma combinação de fenômenos naturais e sociais única.

A partir da década de 1950 houve a chamada revolução teórica-quantitativa, pautada no positivismo lógico e tendo como base as ciências naturais. A Geografia passa, então, a se desenvolver a partir da adoção de modelos matemáticos que visavam sistematizar o planejamento público e privado. Nesse momento o espaço aparece, pela primeira vez, como o conceito-chave da geografia.

Nessa corrente teórico-metodológica, o espaço é considerado a partir de duas formas não excludentes: pela noção de planície isotrópica e por sua representação matricial. Ambas se desenvolvem pela necessidade de uma racionalidade econômica de minimização de custos e maximização dos lucros, em que o espaço é considerado uma superfície uniforme. As teorias desenvolvidas dão ênfases à variável distância, na busca por encontrar a localização que ofereceria maiores vantagens econômicas.

Alicerçado na dialética marxista, foi possível desenvolver, ou mais ainda, compreender que o espaço não é meramente uma base material onde a sociedade se desenvolve, mas, sim, que espaço e sociedade são indissociáveis. O espaço passa a ser concebido como o lócus da reprodução das relações sociais, no qual a sociedade só se concretiza em si e este se torna inteligível através desta (CORRÊA, 2012). É a partir desse pensamento que é formulada a noção de espaço desenvolvida na geografia crítica.

Em seu livro Espaço e Método (1992), Milton Santos considera o espaço como uma instância da sociedade, assim como a economia, a cultura e a política. Isto quer dizer que o espaço contém e é contido pelas demais categorias da sociedade. Desta forma, tanto a economia, quanto a cultura e a política estão no espaço ao mesmo tempo em que o espaço está nelas. O espaço não é somente as formas, os objetos que nele se apresentam, ele é também os processos sociais que dão sentido aos objetos.

Há uma clara preocupação do autor com a compreensão do espaço como totalidade, sendo essa totalidade mais que a soma das partes, pois o todo é sempre maior do que suas partes, que analisadas separadamente, não o explicam.

Santos (2008) infere então que

[...] o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais, objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 2008:31).

O autor compreende o espaço a partir da interação, do movimento entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, em que, “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 1997:52). Há uma relação dialética entre os sistemas, nas quais as ações dos sujeitos sociais produzem a base material da sociedade e, ao mesmo tempo, tornam-se condicionadas por essa mesma base.

É preciso esclarecer o que o autor compreende por objeto e ação. Primeiramente, Santos (1997) parte da distinção entre coisa e objeto, sendo o objeto produto da ação do homem e a coisa uma elaboração natural. Afirma que no período natural as coisas eram dominantes no mundo, no entanto, hoje tudo tende a ser objeto devido à intervenção humana. Em razão dos objetos funcionarem de forma articulada, o autor sugere que eles devam ser vistos como um sistema.

As ações, por sua vez, dizem respeito ao comportamento dos homens orientado a uma finalidade. É a expressão do planejamento das vontades dos homens para atingirem um fim previsto, é algo que se coloca em movimento no espaço através da intencionalidade direcionada à transformação de alguma coisa. Por existirem em sociedade, as ações humanas encontram-se interligadas.

Alicerçado na compreensão de totalidade, formada pelos sistemas de ações e objetos, o autor elucida a necessidade de contextualizar espacialmente esses conjuntos a partir de múltiplas escalas: local; nacional e global, pois as ações e os processos globais atravessam o lugar, e se concretizam no mesmo. Dessa forma, -se entender que, no lugar, reúne-se a totalidade a qual combinada com variáveis específicas se manifesta de maneira diferenciada em cada lugar.

A título de análise, é possível apreender a totalidade espacial a partir das categorias, forma, função, estrutura e processo. A forma diz respeito à aparência e ao conteúdo dos objetos. A função é o papel desempenhado pelos objetos, a estrutura está ligada à organização social que cria e dá sentido às formas e às funções. O processo são as ações que se realizam continuamente, formando as outras categorias, ou sobre as formas, funções e estruturas já existentes. Para o autor,

[...] forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes (SANTOS, 1992: 52).

O espaço é constituído a partir de uma complexa rede de interação dessas categorias. Não se pode, portanto, compreendê-lo apenas pela forma e função dos objetos que o constituem, pois é necessário compreender os processos sociais que produzem e são produzidos por esses objetos. Cada sociedade se estrutura de uma maneira, refletindo na produção social e espacial da mesma.

Para tanto, Santos (1997:88) conclui que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Sendo os conteúdos sociais e as formas espaciais forjados a partir das inter-relações entre os seres humanos. Diante disso é que se pode afirmar que o espaço é social, fruto das atividades humanas, sendo “resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 2012:78).

Carlos (2005) observa que “o ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço” (CARLOS, 2005:45), e, ao ocupar esse espaço, o homem o transforma de acordo com suas necessidades. De modo igual, os sujeitos jovens demandam uma porção do espaço para viver e, ao ocuparem uma fração dele, em conjunto com a sociedade, o transforma. O espaço apresenta-se, assim, como condição, meio e produto da ação humana (CARLOS, 2011).

Para uma sociedade existir, ela obrigatoriamente requer a ocupação de um determinado espaço, logo, este é a condição para a existência de qualquer sociedade na medida em que é também o meio físico, real e concreto no qual a sociedade irá se (re)produzir. Até então, o espaço se apresenta como uma base para o surgimento e manutenção da sociedade. No entanto, ao se produzir, a sociedade transforma o espaço que ocupa de acordo com suas necessidades, desta forma, o espaço se torna também um produto da ação humana, da sociedade.

Partindo do entendimento da relação existente entre sociedade e espaço é possível afirmar que cada sociedade produzirá um espaço que lhe é próprio, e que, ao mesmo tempo, é condição e meio para a reprodução dessa sociedade. Por consequência, a geografia crítica passa a compreender o espaço a partir das relações humanas, pois ele não é anterior à sociedade e tampouco um simples produto desta. Sociedade e espaço surgem das relações entre os indivíduos e são intrínsecos, ou seja, não existe sociedade sem espaço e nem espaço sem sociedade.

Carlos (1994) afirma que “o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas porque, a cada momento histórico, o reproduz de acordo com os objetivos e

necessidades da sociedade” (CARLOS, 1994:57). Não é a simples ocupação pelo homem de um determinado local que torna o espaço humano, mas sim a relação que se estabelece entre os diferentes indivíduos que criam a sociedade e, ao mesmo tempo, o espaço próprio desta, que será também condição de sua existência e meio para se produzir.

Torna-se necessário atentar para que o processo de elaboração da sociedade e de seu espaço não ocorre de forma harmônica. Os sujeitos que atuam neste processo possuem distintas intencionalidades conforme o recorte de classe, gênero, faixa etária, renda e outros. Logo, o espaço se constitui em meio à disputa, sendo os jovens um dos muitos sujeitos que tencionam esse processo.

A forma como se dão os conflitos entre os sujeitos que constituem o espaço se conformam de acordo com a configuração de cada sociedade. Assim, além de ocupar um espaço determinado, as sociedades e as relações entre os indivíduos que a compõem também ocorrem em um tempo determinado.

Tanto a sociedade quanto o espaço são históricos e se desenvolvem de acordo com as condições presentes em cada época. Se analisarmos a sociedade e a organização espacial da sociedade asiática, veremos que esta será diferente da sociedade antiga, que se difere também da feudal e da sociedade moderna. Para fins deste trabalho, será feita a análise da sociedade capitalista e a forma como esta produz seu espaço.

Atenta-se para o fato de ser, o espaço, mais do que um objeto de estudo, uma vez que ele faz parte da vida de todos os indivíduos. Desta forma, um único espaço pode conter diversas representatividades e significados dependendo da perspectiva e vivência dos sujeitos (RICHTER, 2008). Para tanto, faz-se necessário analisá-lo a partir do cotidiano, tendo os jovens como sujeitos da pesquisa, debruçaremos sobre suas práticas socioespaciais construídas diariamente no espaço citadino.

Para compreender a vivência do urbano, é importante desenvolver uma leitura mais apurada sobre os espaços urbanos, para isso podemos analisar uma determinada cidade pelo seu tamanho, sua dimensão espacial e, principalmente, pelas suas funções, pelos papéis que exerce na rede urbana e pelos fixos<sup>1</sup> que geram fluxos – de pessoas, de informações, mercadorias e serviços (RICHTER, 192:2008).

É a partir do fluxo, do movimento cotidiano do jovem no e pelo espaço que os significados e sentidos vão sendo construídos. Assim, nos deslocamentos exercidos pelos

---

<sup>1</sup> Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer (SANTOS, 194:1998).

sujeitos na realização de suas ações, o espaço vai sendo produzido e transformado, bem como a concepção do que é ser jovem.

## 1.2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Antes de adentrar a discussão sobre a produção do espaço na sociedade capitalista, mostra-se necessário compreender o conceito de produção desenvolvido por Marx (1989). A relação entre o homem e a natureza se dá através do trabalho, momento em que a partir de sua capacidade, o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Ao transformar a natureza, o homem acaba por produzir não só um objeto, como também se produz enquanto sujeito ativo socialmente. Por meio dessa atividade transformadora forja-se o próprio entendimento do que é ser sujeito. É desta forma, por meio da produção, que os jovens constroem sua juventude e a concepção da mesma, em conjunto com a sociedade.

Isso ocorre porque toda produção se dá em sociedade, não sendo um ato isolado do indivíduo, mas sim uma “atividade, ou conjunto de atos, onde os indivíduos produzem socialmente, em conjunto e dentro do quadro de suas relações” (ALVES, 1999:32).

É através desse conjunto de atos socialmente determinados que os jovens se apropriam do mundo. Citando Alves (1999), “o ato de produzir as coisas é, simultaneamente ato no qual os produtores se produzem como entes sociais, dentro de determinadas condições sociais, dando origem às particularidades próprias à formação social em questão” (ALVES, 1999:33). Assim sendo, ao produzirem, os jovens se produzem também e se entendem como sujeitos sociais, pois a produção ocorre na relação entre sujeitos e é determinada pelas condições sociais.

Carlos (2011) apoia-se no conceito de produção de Marx para compor a noção de que “o homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção” (CARLOS, 2011:11). Nessa medida, é possível entender que o processo de produção tem dupla dimensão, sendo uma objetiva e outra subjetiva, pois o homem produz algo real e concreto e, a partir dessa produção, concebe também consciência sobre o objeto produzido.

Por conseguinte, torna-se possível compreender que as relações sociais estabelecidas pelos jovens produzem sua consciência em um mundo concreto. Logo, são também relações espaciais. Isto porque “as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para reprodução da vida em todas as suas dimensões”

(CARLOS, 2011:11). e então, um dos frutos das relações sociais é a produção do espaço em que elas acontecem.

“A produção do espaço é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza” (CARLOS, 2011:64). Neste caso, é no momento em que o homem se sedentariza e modifica a natureza com as condições sociais existentes que se inicia a produção do espaço.

É necessário atentar que a produção é realizada em sociedade e de acordo com as condições existentes, logo, cada sociedade produzirá um espaço condizente com sua realidade. Apropriando-se dos conceitos de dialética, produção, sociedade, espaço e tempo, Lefebvre desenvolve a ideia de produção do espaço, a partir de três dimensões/processos dialeticamente interligados. Assim, por um lado, esses processos “se referem à tríade da ‘prática espacial’, ‘representações do espaço’ e ‘espaços de representação’. Por outro lado, eles se referem ao espaço ‘percebido’, ‘concebido’ e ‘vivido’” (SCHMID, 2012:3).

A “prática espacial” está ligada à dimensão material das atividades e das interações sociais; a “representação do espaço” relaciona-se com as imagens, formas, signos que definem o espaço; e os “espaços de representação” fazem referências à dimensão simbólica do espaço, aos significados atribuídos a ele.

A outra tríade é composta pelo “espaço percebido” que se refere à apreensão perceptiva do espaço por meio dos sentidos, tendo relação direta com a materialidade que constitui o espaço, sendo esta materialidade e seus elementos o “espaço concebido”; e, por fim, o “espaço vivido” que se relaciona com o mundo experimentado pelos seres humanos na vida cotidiana.

Tendo em vista as dimensões trabalhadas é possível afirmar que a produção do espaço se realiza assentada numa materialidade concreta, na representação dessa materialidade através de significados e na experiência vivida dessa realidade. Todavia, é imperativo se atentar para que essa produção é ao mesmo tempo individual e social. Dessa maneira, os jovens, como sujeitos ativos socialmente, através de suas ações, produzem o espaço, porém essa produção não é um ato isolado, pois se dá em consonância com a sociedade.

A produção do espaço “não é somente constitutiva da autoprodução do homem, mas da autoprodução da sociedade” (SCHMID, 2012:14). Mesmas as experiências vividas são socialmente compartilhadas, pois não há indivíduo isolado, uma vez que o ser humano é um ser social e suas experiências estão ligadas à realidade presente na sociedade em que vive.

Entende-se que a produção do espaço é realizada socialmente por sujeitos que possuem diferentes intencionalidades. Para compreensão desses sujeitos atuantes na produção do espaço urbano capitalista se dialogará com Roberto Lobato Correia que, em seu livro “O Espaço Urbano”, trabalha essas questões.

Primeiramente o autor busca compreender o que seria o espaço urbano, afirmando ser este um reflexo da sociedade e, concomitantemente, um condicionante da mesma. Desta forma, o espaço urbano é ao mesmo tempo articulado e fragmentado, visto que existem diferentes usos deste espaço que se justapõem entre si,

Cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais [...]. Essas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, as visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques. (CORRÊA, 1995:7).

Então, áreas que exercem diferentes funções, como o centro da cidade; áreas industriais; áreas residenciais, por mais que se aparentem fragmentos do espaço urbano, articulam-se através de atividades cotidianas realizadas pelos sujeitos. Os jovens para trabalharem, estudarem, buscarem lazer, ou visitarem parentes e amigos, movem-se pelo espaço urbano, articulando, a partir de suas atividades rotineiras, áreas distintas.

Sendo o espaço um produto da sociedade, também construído no cotidiano, torna-se de suma importância compreender quem são os sujeitos sociais que produzem e consomem o espaço urbano, visto que, este é

A complexidade da ação dos agentes sociais [...] que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1995:11)

O espaço urbano é dinâmico e apresenta constantes transformações que se dão através das atividades dos sujeitos sociais. É vital atentar-se para que as ações desses sujeitos se fazem num marco jurídico regulador, que reflete os interesses da classe dominante, ou seja, os interesses dos capitalistas.

Corrêa (1995), ao tratar dos agentes produtores do espaço urbano, classifica-os em: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais. O autor aponta ainda que, embora possa haver divergências nas estratégias dos três primeiros, elas se convergem no sentido de dar continuidade a reprodução

e a acumulação do capital. Embora essa classificação não aborde a categoria juventude enquanto produtora do espaço urbano é possível através dela compreender a escala de atuação dos jovens pesquisados.

A respeito dos proprietários dos meios de produção, Corrêa (1995) os aponta como vultosos consumidores de espaço, buscando “suporte físico e requisitos locacionais específicos às atividades” que realizam (CORRÊA, 1995:13). Para eles, o espaço se apresenta como base para reprodução, circulação e acumulação do capital.

Os proprietários fundiários buscam obter maior renda através da posse da terra, logo, destinam suas terras às atividades que sejam mais rendosas. Segundo o autor, esses agentes

Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (CORRÊA, 1995:16).

Em relação aos promotores imobiliários, o que se tem é um conjunto de atores que realizam diferentes funções, como a incorporação, o financiamento, estudo técnico, construção e a comercialização. Estes atores, no entanto atuam de forma a buscar o mesmo que os proprietários fundiários, ou seja, um maior lucro. Conseqüentemente, as construções que ocorrem no espaço urbano estão voltadas para as atividades que geram melhor renda ou para áreas residenciais direcionada às classes com alto poder aquisitivo. Embora no Brasil tenhamos uma carência expressiva em relação à habitação, o mercado imobiliário não se mostra interessado em moradia popular devido à margem de lucro ser baixa.

O Estado possui uma atuação complexa, refletindo a dinâmica da sociedade que constitui. Atua

[...] diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. (CORRÊA, 1995:24)

Por conseguinte, é o Estado que elabora leis e normas vinculadas ao uso do solo, como também se responsabiliza pela implantação de serviços públicos e infraestrutura. Não tendo uma atuação neutra, pois o Estado inclina-se a privilegiar os interesses das classes dominantes, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, empenha-se em amenizar os conflitos que surgem entre as diferentes classes.

Por fim, neste contexto de análise dos agentes produtores do espaço urbano, têm-se os grupos sociais excluídos, que representam os setores mais pobres da sociedade, que por não



possuírem uma renda significativa, tem seu acesso aos bens e serviços dificultados ou até mesmo inviabilizado, ocupando os espaços das cidades que o capital permite. Para esse grupo, o espaço urbano se apresenta como condição da manutenção e reprodução da vida, diferindo-se dos demais nos quais o espaço urbano se expõe pelo seu valor de mercado.

Infere-se, ao final desta explanação sobre os agentes sociais, que a produção do espaço é dinâmica e também se dá no movimento da vida cotidiana. Alguns agentes possuem seu campo de influência maior que os outros. Assim, o espaço urbano vai se modelando e remodelando pela ação dos diferentes sujeitos produtores do espaço.

O conceito de espaço urbano capitalista e sua produção é muitas vezes abordado a partir dos sujeitos cujo poder de influência é maior, atentando-se às grandes corporações internacionais e ao Estado. No entanto, é de significativa importância compreender o espaço urbano capitalista em sua totalidade, que perpassa desde as decisões supranacionais, às atividades realizadas no cotidiano. Uma vez que as decisões e ações tomadas em maiores escalas se refletem na vida diária que ocorre na escala local.

Harvey (2013) afirma que,

[...] o capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-lo), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. (HARVEY, 2013:166)

Em razão dessa necessidade, o capitalismo se elevou, de forma desigual, por todo o globo, promovendo uma intensa divisão internacional do trabalho. Essa divisão dita os papéis que cada país terá na organização mundial, dispondo os países do núcleo do capitalismo das decisões e funções mais importantes. É também nesses países que se localizam as sedes das corporações poderosas que influenciam todo o mundo.

O que se afirma, portanto, é a existência de medidas e decisões que são tomadas em escalas globais, concebidas no intuito de manter a reprodução e aumentar a acumulação do capital e. De forma verticalizada, essas medidas chegam ao lugar da reprodução da vida, do cotidiano, ditando regras, produzindo o espaço urbano e, desta maneira, influenciando os sujeitos e sua forma de existir no mundo.

É no lugar que o mundo acontece, compondo sua organização, ações internas e externas. Através da circulação, da trama das redes de transporte, da comunicação que as decisões de fora chegam aos lugares, tornando-se estes o resultado do encontro entrecruzado das contiguidades e externalidades.

Com o progresso da acumulação flexível<sup>2</sup>, a relação entre global e local adquiriu novas configurações, aprofundando questões já existentes geradas pelas desigualdades do sistema capitalista. A abertura dos mercados nacionais, por exemplo, acarretou uma disputa maior por emprego, deixando os trabalhadores locais desamparados, aumentando, assim, o índice de desemprego. Harvey (2013) elenca as transformações que surgiram a partir desse período, afirmando ser este marcado por um confronto com a rigidez do fordismo.

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2013:140)

Para o autor, a partir das mudanças instauradas pela acumulação flexível, o capital adquiriu maior autonomia em relação ao espaço, dada a maior independência da esfera financeira e em função da possibilidade de realocação de investimentos dependendo das vantagens apresentadas. À vista disso, o mercado de trabalho passou por uma reestruturação substancial, na qual regimes de trabalhos mais flexíveis foram impostos, com contratos temporários e terceirizações. Como efeitos disso, os direitos dos trabalhadores foram duramente atacados.

Em relação ao capital, percebe-se que este, mesmo de maneira díspar, atingiu todo o globo, adquirindo maior mobilidade em relação ao espaço. O trabalhador, por outro lado, encontra-se mais vinculado ao lugar. Conseqüentemente, as transações, decisões, medidas que são tomadas por grandes corporações e pelos Estados atuam diretamente no lugar, na organização das cidades e nos cidadãos.

No lugar, portanto, atuam forças supranacionais, chamadas por Minton Santos de verticalidades, e forças formuladas e reformuladas localmente, que o autor chama de horizontalidades. Santos (1997) explica que

[...] as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um

---

<sup>2</sup> A acumulação flexível se desenvolve a partir da incapacidade do Fordismo em lidar com as contradições inerentes ao sistema capitalista. O problema central era a rigidez em todas as dimensões da produção, com isso o modelo adotado pela acumulação flexível pregava sobretudo a flexibilidade, na esfera econômica, política e social.

cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1997:227).

As horizontalidades são fundadas no cotidiano dos sujeitos, tornando possível a coesão da sociedade na busca do interesse coletivo. Já as verticalidades acabam por trazer a ordem, que criam em seu próprio benefício, ao lugar, estando a serviço dos atores hegemônicos que através de normas técnicas, políticas e financeiras penetram na produção do cotidiano local. Desta forma, há um constante embate entre essas forças, o que Santos (1997) compreende como o jogo entre o local e o global.

Souza (2005), em análise da obra de Milton Santos, elucida que

O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. Trata-se, portanto, de pensar sobre uma nova ordem mundial que relaciona o global e o local. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contiguidade, que Milton vai também denominar de horizontalidades. (SOUZA, 2005:253)

Então, a cidade é hoje esse lugar que se relaciona com o mundo. É nela que se encontram tudo e todos, que a vida coletiva é realizada, onde os ricos e pobres se relacionam, pessoas com maior poder de decisão e pessoas com menor. É nela também que se encontra o embate entre as verticalidades, que se apresentam como regras impostas, e as horizontalidades criadas através da convivência, gerando nesse movimento a organização cidadina.

É em meio a esse cenário que os jovens forjam sua juventude e se projetam para o futuro. Na reprodução da vida cotidiana se deparam com esse amalgamado entre as verticalidades e as horizontalidades. É o encontro de forças impostas e a reformulação, adaptação ou mesmo aceitação destas através da contiguidade espacial vivida na cidade.

### 1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA DIMENSÃO DO COTIDIANO

O panorama global do desenvolvimento do modo de produção capitalista e a forma como a sociedade produz seu espaço podem ser compreendidos, também, na escala do cotidiano. É durante as atividades rotineiras que os jovens se apropriam da cidade e se tornam sujeitos ativos na produção do espaço. Na análise da produção do espaço capitalista, a partir da escala local, englobam-se tanto as forças mais gerais desse modo de produção, quanto as

transformações e adaptações locais. Logo, a forma como os jovens vivem e se apropriam da cidade em suas atividades cotidianas não se encontra deslocada do formato de reprodução da sociedade capitalista.

Antes de aprofundar a discussão da produção do espaço em escala local, é necessário compreender o significado de cotidiano, pois é nessa dimensão que as relações sociais, produtoras do espaço, ocorrem.

A palavra cotidiano faz menção àquilo que ocorre todos os dias, o que é diário, habitual. Refere-se à representação social do dia-a-dia, às ações que compõem a rotina. Desta forma Agnes Heller afirma que

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (HELLER, 1972:17).

Os homens vivem uma cotidianidade e, para tal, necessitam de todas as suas habilidades, capacidades e sentidos. Sendo assim, as características que compõem a individualidade dos jovens fazem parte da construção de sua rotina, mas não por isso o cotidiano deixa de ser uma atividade social. É em sociedade que as ações cotidianas são formuladas e acontecem, visando à reprodução da vida e à manutenção de tal sociedade.

Ao analisar a vida cotidiana, Agnes Heller (1972) a classifica de acordo com características que fazem parte de sua constituição. Têm-se a partir dessa classificação as noções de heterogeneidade, hierarquia, repetição, espontaneísmo, probabilidade, precedente, imitação e pragmatismo.

Cada ser humano é único. O fato dos sujeitos construírem sua individualidade socialmente não quer dizer que sejam iguais, pois todos os sujeitos sociais são diferentes entre si. Esta é a concepção de heterogeneidade que compõe o cotidiano. Assim, os jovens compartilham um momento da vida, todos vivem a juventude, porém cada jovem é único.

A ideia de hierarquia está ligada às ações cotidianas. Não é possível que os sujeitos realizem todas as atividades de sua vida ao mesmo tempo. Desta forma, é necessário selecionar qual atividade será realizada em cada momento, estabelecendo uma hierarquia entre as ações. De acordo com os objetivos traçados pelos jovens, seu cotidiano vai se hierarquizando, dando prioridade a algumas atividades.

Algumas ações do dia-a-dia são meras repetições de movimentos já assimilados, como o levantar da cama, escovar os dentes, tomar banho. São atividades corriqueiras que não passam por um momento de reflexão. Na contramão das atividades repetidas diariamente, tem-se o espontaneísmo, que diz respeito às ações não planejadas, surgidas em decorrência do momento que se está vivendo, não considerando as consequências futuras de tais ações.

Por serem sujeitos sociais, as ações dos seres humanos se encontram relacionadas. Por consequência, toda ação é precedida de outras que aconteceram anteriormente, realizadas pelo mesmo sujeito e por outros. É esse precedente de ações que remete à probabilidade, pois ao realizar uma ação o sujeito não atua somente em sua vida, mas também na sociedade, interferindo na ação do outro. Assim, não é possível prever de forma precisa qual será o resultado de suas ações.

Os jovens são duramente assimilados, em nossa sociedade, à irresponsabilidade e à inconsequência, esquecendo-se que as ações de todos os sujeitos estão interligadas e, mesmo que pensemos sobre os resultados de nossas ações, elas nunca serão tão precisas, pois dependem das ações do outro também. Sendo assim, a forma como os jovens compreendem a juventude advém da concepção que a sociedade tem da mesma, e suas ações se dão em consonância com a sociedade, sendo de responsabilidade de todos.

Em consonância com Heller, ao analisar a obra de Hannah Arendt, Torres (2007) conclui sobre ação que

[...] por vivermos em um mundo plural, não podemos prever plenamente as consequências de nossas ações, e isto não se deve a uma deficiência cognitiva, mas sim a um certo grau de imprevisibilidade de toda ação, haja vista que, por estarmos inseridos em uma rede de relações, onde toda ação gera reações, não podemos saber integralmente qual o resultado do processo irreversível que desencadeamos no mundo (TORRES, 2007:241).

As duas últimas características apresentadas pela autora são a imitação e o pragmatismo. A imitação faz referência às regras e normas da sociedade que regulam o cotidiano, já o pragmatismo é o pensamento, o conhecimento construído com base nas experiências diárias.

O cotidiano dos jovens é construído a partir desses elementos. Em suas atividades diárias eles se relacionam com o outro, hierarquizam suas ações de acordo com suas intenções, repetem atos e conhecimentos socialmente construído, assim como realizam ações não planejadas, tudo isso dentro de algumas normas de convívio.

Ao definir o cotidiano como escala de análise, é possível, através das experiências e ações dos jovens na e pela cidade, compreender como eles se constituem como produtores do espaço, englobando não só os atributos acima citados, mas também a ordem social vigente.

Tendo isso em consideração, o próximo movimento é entender as transformações ocorridas na modernidade que afetam diretamente o cotidiano. Carlos (ano) afirma que “o plano do vivido se encontra regulado por instituições, por códigos, por uma cultura, que se projeta na realidade prático-sensível a partir de uma ordem distante” (CARLOS, 2011:65). Essa ordem busca padronizar o cotidiano através de

[...] gestos e atividades que vão invadindo e redefinindo os atos, seja aqueles do ritmo do trabalho (invadido pela máquina que orienta as tarefas de forma mecânica), ou no desenvolvimento do papel da mídia e dos meios de comunicação que vão impondo comportamentos homogêneos através da veiculação de comportamentos submetidos à moda como fator gerenciador de negócios. As novas formas de comércio, com a generalização dos shopping centers (que tendem a destruir o comércio de bairro e, com ele, as relações de sociabilidade que tal encontro provoca) as novas formas de lazer, coordenadas pelo mercado do entretenimento que torna este dispêndio de tempo um momento produtivo em espaços construídos como simulacros (como forma de usos produtivos) (CARLOS, 2011: 66).

Desta maneira, a produção do cotidiano no mundo moderno está pautada na propagação do consumo necessário à reprodução ampliada do capital. A lógica capitalista condiciona as ações dos jovens e a forma como se apropriam dos espaços, pois o mundo da mercadoria e a propriedade privada penetram intensamente na vida cotidiana.

Esses processos visam a homogeneizar as relações sociais, bem como o espaço produzido por elas, no entanto a reprodução da vida é muito mais ampla que a simples produção de mercadorias. As atividades diárias necessárias para realização da vida estendem-se ao plano do habitar, à vida privada, à apropriação pelo uso. Destarte, a vida cotidiana, bem como o espaço produzido por ela, recria constantemente as condições de acumulação do capital, assim como da reprodução da vida.

Em suas práticas sociais cotidianas os jovens se deparam com um espaço fundado na contradição. Este é, ao mesmo tempo, produzido para atender às necessidades econômicas e também às condições da vida social. Através dessas práticas e em meio a esse espaço contraditório, os jovens vão vivenciando suas experiências, e se tornando sujeitos sociais produtores do espaço.

Em vista disto, Carlos (2011) entende que no plano do cotidiano não há somente a imposição do capital, pois é nele que

[...] as condições nas quais a vida da sociedade se realiza. É o plano da vida cotidiana (como prática real e de possibilidades nela contidas), em que nos defrontamos com a dialética entre o uso (como apropriação necessária dos lugares de realização da vida) e a imposição do espaço enquanto valor de troca. Desse modo, a partir da constituição do ‘mundo da mercadoria’ como linguagem, cultura, norma, a vida cotidiana surge como o nível da apropriação e do conflito, na qual as diferenças se expressam e são vividas concretamente. Isso ocorre porque a produção da vida não se refere apenas à produção de bens para a satisfação das necessidades materiais, mas abrange também produção da humanidade do homem (CARLOS, 2011:77).

A vida cotidiana abrange a produção da mercadoria, das relações sociais, dos sujeitos, do espaço, ou seja, de todas as condições necessárias à vida.

O espaço ganha importância, pois não só todas essas atividades são realizadas nele como é ele mesmo condição para essa realização. Através da mobilidade, da circulação, do encontro, do uso, no e do espaço, os sujeitos constroem suas histórias e, a partir dela, o próprio espaço vai sendo constantemente transformado, ressignificado.

Assentado nessas questões é que o ato de habitar ganha extrema importância, pois é nele que os sujeitos iniciam suas ações e se relacionam com o mundo. É a partir da casa que o bairro, a praça e a rua vão ganhando significados, através do movimento da vida. Carlos (2011:55) atenta-se para o fato da casa ser para o homem o umbigo do mundo, o lugar onde ele se localiza no universo e de onde tece suas relações com o outro. Tendo a habitação como alicerce o sujeito se dispõe a explorar a rua,

[...] momento em que o privado se abre para o público, para o outro, e para o estranho. A partir dela surge a praça do mercado, centro comercial ou cultural, os lugares sagrados ou simbólicos, os centros de serviços, áreas de lazer ou mesmo de trabalho e correspondem a usos nascidos de uma prática espacial, ligando lugares e pessoas num conjunto de relações que envolvem e permitem que a vida aconteça (CARLOS, 2011:55).

A juventude é marcada pela aspiração da busca por relações que não sejam apenas familiares. É o momento em que o sujeito jovem começa a traçar suas próprias relações sociais e espaciais. Deixando a esfera privada, esses jovens se anunciam para o público, passando a relacionarem-se com o outro e com o espaço, através de seus movimentos cotidianos.

Dessa maneira, os jovens vão se constituindo enquanto tal a partir de suas práticas socioespaciais construídas cotidianamente. Sendo este cotidiano “o lugar da ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto, bem como da reivindicação do direito ao uso” (CARLOS, 2011:85). A vida cotidiana se constrói como possibilidade e imposição, sendo a cidade o palco dessa disputa.

As ações cotidianas dos jovens pesquisados se dão em meio ao espaço citadino, há a necessidade de analisá-lo, partindo da compreensão conceitual de cidade até adentrar ao universo ocupado por esses jovens, ou seja, o arranjo espacial da cidade de Guarapari.



## 2. AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE E DA COMPREENSÃO DE CIDADANIA

As atividades cotidianas que vão conformando os sujeitos, bem como o espaço que habitam, ganham concretude na cidade. É nela, e, por ela, que os jovens produzem suas relações sociais e espaciais. A cidade é, então, um elemento constituinte das formas de vida e práticas dos sujeitos, no entanto essa dimensão só acontece concretamente se tratá-la como um espaço público. Isso ocorre em razão desse espaço possibilitar o convívio de diferentes segmentos, com diferentes expectativas, interesses e projetos, permitindo, assim, que a cidadania (entendida como o direito dos sujeitos participarem ativamente do movimento de construção da cidade) aconteça.

Para tanto, trabalhar-se-á a compreensão da cidade moderna e as transformações ocorridas a partir do desenvolvimento do capitalismo, que afetaram os espaços das cidades; os sujeitos, que a habitam e a produzem, acarretando também em uma mudança na compreensão de cidadania.

A partir das discussões em torno dos conceitos básicos para o entendimento da apropriação da cidade realizada pelos jovens, analisar-se-á, posteriormente, a organização de Guarapari, local concreto em que os jovens pesquisados vivenciam o espaço citadino e, através das atividades cotidianas, tornam-se sujeitos ativos produtores do espaço.

### 2.1. REFLEXÕES ACERCA DOS CONCEITOS: CIDADE E CIDADANIA

A cidade se apresenta como o lugar da reprodução do capitalismo e da vida cotidiana. É nela e por meio dela que os sujeitos constroem suas vidas, seus projetos, exprimem seus desejos, frustrações. Essas experiências cotidianas realizadas pelos sujeitos se encontram imbuídas no sistema capitalista, pois, por ser a cidade uma produção humana, ela irá se conformar de acordo com as condições existentes na sociedade.

Tem-se uma literatura extensa sobre a cidade em sua totalidade, considerando diferentes escalas, dando ênfase a distintos sujeitos. No entanto, é indispensável entender que a cidade não é um produto do capitalismo, ela o precede. Desta forma, buscou-se as contribuições realizadas pela autora Maria Encarnação Beltrão Sposito no que remede à história da cidade. A autora recupera o surgimento da cidade até a configuração que esta tomou com o advento do sistema capitalista. A construção do desenvolvimento da cidade ao longo da história do capitalismo será feita em diálogo com alguns autores, sobretudo com a obra de Sposito.

Afirma-se, então, que no momento ao qual começou a existir um excedente agrícola, alguns homens tiveram a possibilidade de se dedicar a outras atividades, conforme ressalta Sposito (1994) “a produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária [...] para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades” (SPOSITO, 1994:14).

Com a divisão social do trabalho, alguns homens continuaram a se dedicar às atividades agrícolas, e outros puderam, entre outras atividades, administrar o excedente produzido. Harvey (2012) por esse motivo afirma que,

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos (HARVEY, 2012:74).

Mesmo a cidade tendo, na raiz de sua história, uma divisão de classes, essa se dava de forma bem diferente da que se vê hoje. A cidade capitalista apresenta configurações bastante distintas das formas como as cidades antecessoras se organizavam. Esse fato ocorre em razão da cidade ser uma,

[...] construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (CARLOS, 2005:45).

O modo de ocupar a cidade varia não apenas em relação ao lugar, mas também ao longo da história. Por ser fruto da sociedade, a cidade se configura de acordo com as necessidades e condições que ela apresenta. No próprio modo de produção capitalista, a cidade sofreu mudanças ao longo do tempo, pois como afirma Harvey (2013),

O capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam (HARVEY, 2013:189).

Sendo assim, têm-se diferentes organizações da cidade de acordo com o andamento do modo de produção capitalista.

A atividade mercantil ganha maior proporção na Europa ao final da idade média, desenvolvendo-se nas cidades. Assim, estas passaram a se organizar como centro comercial. Esse período é caracterizado pela acumulação primitiva, na qual o modo de produção capitalista começa a se formar “a nível político, através da aliança estabelecida entre o capital

comercial e a realza, e a nível do ideológico, através das doutrinas mercantilistas” (SPOSITO, 1994:38). As cidades tornam-se o centro da vida social e política, na qual se acumulavam riquezas, pessoas e conhecimentos.

A necessidade de se ampliar as taxas de lucros por parte dos detentores dos meios de produção foi essencial para o desenvolvimento da máquina a vapor. Desta forma, em meados do século XVIII, ocorreu a chamada Revolução Industrial. Foi de suma importância para o avanço do capitalismo a descoberta de “máquinas que não dependiam mais exclusivamente da força humana” (SPOSITO, 1994:48) e conseguissem aumentar a escala da produção. A industrialização passou a atrair um número expressivo de pessoas para as cidades, transformando os moldes da urbanização e o papel da própria cidade.

A partir desse momento, a cidade passa a representar o lócus da produção, pois consegue concentrar mão-de-obra, indústrias, infraestrutura, bancos, mercados, consumidores. Fatores necessários à produção, circulação, consumo das mercadorias e acumulação do capital. No intuito de facilitar esse processo, as cidades passaram a ser pensadas e estruturadas de forma funcional, divididas de acordo com as funções que cada espaço exerce.

As máquinas proporcionaram uma produção de larga escala, lançando uma quantidade significativa de mercadorias para o consumo. Durante certo tempo, essa produção em massa foi lucrativa, porém, ao final do século XX, uma crise de super acumulação resultou desse processo. A quantidade de mercadoria produzida não tinha mercado consumidor para escoar. Além disso, havia a pressão que os trabalhadores fabris organizados em sindicatos faziam sobre o salário.

A produção fordista<sup>3</sup> torna-se uma barreira ao capital. A quantidade expressiva de mercadoria não encontrava mercado consumidor suficiente, os salários e as conquistas trabalhistas pressionavam os lucros e os capitalistas se viam presos às condições impostas pelo lugar em que sua indústria estava localizada.

Visando a escapar da rigidez criada pelo sistema fordista, desenvolve-se como alternativa o modo de acumulação flexível que permitiu uma

---

<sup>3</sup> “Os Princípios da Administração Científica, de F.W. Taylor – Um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento -, tinham sido publicados, afinal, em 1911. [...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2013:121).

[...] aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala [...] o tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (HARVEY, 2013:148).

A produção passou a se dar em pequenos lotes, reduzindo, assim, os estoques e a durabilidade das mercadorias foi encurtada. Do trabalhador foi cobrada uma postura flexível, ter domínio de diferentes atividades, ser proativo. Passou-se a valorizar as subcontratações ou contratações temporárias. O Estado é reestruturado a partir das reformas neoliberais, realizando parcerias com a iniciativa privada, transferindo necessidades coletivas e a seguridade social para as mãos desta. Com o avanço da tecnologia passou-se a ter uma comunicação em massa, que propagava modos de vida, consumo e cultura.

Tais mudanças acarretaram em transformações no espaço urbano, na organização e produção da cidade e dos sujeitos que a produzem. É em meio a todas essas mudanças, fundadas em uma sociedade na qual os sentimentos de insegurança, efemeridade e presentificação reinam, que os jovens se constroem enquanto tal e projetam suas vidas. Veem-se obrigados a lidar com empregos temporários, subcontratações, incentivo exacerbado ao consumo, encolhimento de seus direitos sociais, entre outras questões que atravessam a sociedade e a juventude.

Bauman (2009), ao analisar as mudanças que ocorreram na modernidade, constata que antes as relações de trabalhos eram duradouras, o que gerava um sentimento de segurança para os indivíduos.

A ‘modernidade pesada’ era o tempo do compromisso entre capital e trabalho, fortificado pela mutualidade de sua dependência. Os trabalhadores dependiam de empregos para terem o sustento; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento (BAUMAN, 2009:33).

Porém, com o advento da acumulação flexível, as relações passaram a ser de curto prazo, gerando esses sentimentos de insegurança; de presentificação e de efemeridade. O trabalhador não tem a certeza que amanhã ainda estará empregado, por isso passa a viver o aqui e agora, dificultando a construção de projetos futuros. “O trabalhador tornou-se ‘flexível’, o que em palavras simples significa que agora é fácil para o empregador despedir os empregados quando quiser” (BAUMAN, 2009:153).

É nesse momento também que os meios de transporte e comunicação, associados às mudanças políticas ligadas à concepção neoliberal, possibilitaram que o capital se tornasse mais livre para escolher os locais que apresentassem as melhores vantagens, tornando possível

uma empresa ter sua sede em um determinado país, sua produção em outro e a distribuição por todo o globo.

As cidades, que até então eram o lugar onde a produção ocorria, passaram a ser tratadas, elas mesmas, como mercadoria. A mobilidade espacial que o capital alcançou lhe possibilita chantagear os governos locais, deste modo, afirma Bauman (2009), que a simples

[...] ameaça (mesmo não enunciada) de cortar os laços locais e ir para outro lugar é algo que qualquer governo responsável deve tratar com toda a seriedade, tentando estabelecer suas próprias ações de acordo com ela. A política se transformou num cabo-de-guerra entre a velocidade com que o capital pode se mover e a capacidade 'de frenagem' dos poderes locais (BAUMAN, 2009: 38).

As cidades apresentam suas vantagens no intuito de conseguirem barganhar a instalação de uma empresa em seu território, dando mais valor à estética, visando a incentivar o turismo, encurtando seus espaços públicos em favor dos espaços privados.

As transformações ocorreram também nos sujeitos que habitavam a cidade contemporânea. Sentimentos desenvolvidos nos primórdios do capitalismo, sem os quais seria impossível esse modo de produção se instaurar, foram intensificados.

Tendo derretido tudo que era sólido e profanado tudo que era sagrado, a modernidade introduziu a era da permanente desarmonia entre as necessidades e as capacidades. Pela mesma razão, essa foi a era da ambivalência em ambas as suas manifestações. E, é claro, a era da liberdade. E daquele tipo de crítica especificamente moderna e cética (BAUMAN, 2009:80).

Para que o capitalismo se desenvolvesse como modo de produção, foi preciso que os indivíduos da sociedade se sentissem libertos uns do outro, assim como também liberto dos meios de produção. Só assim estariam dispostos a vender sua força de trabalho e aceitariam a livre concorrência. Outra questão disseminada foi a necessidade, os desejos, os sonhos maiores do que a sociedade e a própria capacidade que o indivíduo pudesse suprir, incentivando um consumo exacerbado.

Durante o regime fordista, o Estado buscava formas de mitigar essas questões, gerando uma sensação de segurança nos indivíduos. Já ao final do século XX, os sujeitos perdem essa segurança ofertada pelo Estado. O individualismo e as distâncias entre necessidade e realização foram acirrados. Esses sentimentos que tomaram os indivíduos influenciam diretamente na forma como os mesmos habitam e vivem a cidade.

A primordialidade do capital em transformar tudo e todos em mercadoria, acarreta em uma postura utilitarista não só dos jovens, mas de todos os sujeitos, tanto em relação à cidade, quanto em relação ou outro. Desta forma, as ruas ganham o sentido apenas de passagem, para

poder se chegar a determinado destino; um lugar da circulação da mercadoria e da força de trabalho. Remove-se o caráter do encontro, da relação com o outro como construção dos próprios sujeitos, a partir dessa mudança na configuração das cidades.

Estabelecido o panorama geral que perpassa a sociedade em sua totalidade, buscar-se-á compreender a produção, o uso, e a ocupação da cidade contemporânea através das relações que os jovens estabelecem no cotidiano.

A forma como a sociedade vive hoje é determinada pelo modo como o capital se reproduz, em seu estágio de desenvolvimento. O mercado na época atual, “ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político” (SOUZA, 2005:259).

O processo de produção capitalista é uma forma determinada historicamente na qual se produzem as condições materiais da vida humana em busca de lucros ampliados. Isso ocorre através da propriedade privada, que possibilita a exploração da renda da terra, da força de trabalho, dos meios de produção.

Desta forma, temos uma sociedade fundada na desigualdade, em que alguns terão a propriedade sobre os meios de produção e outros serão obrigados a vender sua força de trabalho. A produção, tanto da sociedade quanto dos objetos que nela se encontram, é realizada por todos os sujeitos que a compõe, porém sua apropriação se dá de forma privada.

A propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social (CARLOS, 2011:47).

A apropriação dos espaços urbanos ocorre por intermédio do dinheiro. Logo, as classes dominantes, que possuem quantidade expressiva de dinheiro, apoderam-se das produções realizadas socialmente. Essa questão atravessa a juventude e, dependendo da classe social a qual o jovem está inserido, possibilitar-lhe-á apropriar-se, ou não, das produções sociais.

Um desses produtos é a própria cidade. Sobre isso, Carlos (2005) pondera que

[...] o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dívida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados; a cidade aparece como um produto apropriado de forma diferenciada pelos indivíduos (CARLOS, 2005:78).

No entanto, todo homem

[...] necessita de um espaço para viver, mesmo que este seja debaixo de alguma ponte. Ele necessita de um lugar para comer, dormir, descansar, enfim, um lugar usado para reposição de energia, a reprodução da força de trabalho e da espécie (CARLOS, 1994:56).

Mesmos os sujeitos que não possuem poder aquisitivo suficiente para pagar por um pedaço de terra na cidade necessitam ocupar um espaço para sobreviver. É desta forma que a cidade vai se desenhando, destinando os lugares de cada um, de cada classe dentro de seu espaço urbano. Materializa espacialmente as desigualdades sociais. Logo, os jovens que pertencem aos setores de maior renda ocuparão certos lugares da cidade, enquanto os que se encontram nos setores de menor renda acabam por viver nas periferias, onde o valor do solo urbano é menor.

O espaço urbano engloba as localidades destinadas às indústrias, às atividades financeiras, comerciais, serviços, circulação das mercadorias e de pessoas, bem como os espaços da reprodução da vida, que são destinados à moradia, ao lazer, “a infraestruturas necessárias: escolas, creches, hospitais, prontos-socorros, transporte e serviços em geral” (CARLOS, 1994:51). Por abarcar atividades que buscam diferentes fins, o uso da cidade ocorre de forma conflituosa na qual o capital busca sua reprodução e “a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena” (CARLOS, 1994:51).

Na qualidade de valor de uso, a cidade se revela como uma condição necessária à vida humana. Atenta-se para que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1983:45), desta forma, a necessidade do ser humano de ocupar um espaço para poder viver faz da cidade um valor de uso. No entanto, devido à propriedade privada da terra, a cidade também se porta como um valor de troca. Sem nem mesmo “explorá-la, sem tocá-la com seus dedos” (LEFEBVRE, 1999:166) é possível obter renda do solo urbano.

Gottdiener (2010), baseado em Marx, explica de que forma se acontece a renda da terra, inferindo que

[...] independente do modo de produção, segundo Marx, todo valor é produzido pela força de trabalho subordinada a uma estrutura social com relações articuladas de produção. A riqueza criada pelas forças sociais vinculadas a uma base econômica particular é dividida de acordo com os arranjos institucionais dessa base, especificamente suas relações de propriedade. Se a terra em si mesma possui uma taxa de retorno no ciclo de produção, é apenas por causa dessas mesmas relações (GOTTDIENER, 2010:175).

O valor de troca de qualquer mercadoria é dado pela quantidade de trabalho humano despendido em sua produção, é o resultado do trabalho cristalizado. Então, a partir da

produção social do espaço urbano e da propriedade privada do mesmo, o solo adquire um valor de troca. Questões como localização, infraestrutura, acesso a bens e serviços atuam diretamente no valor do solo urbano. É desta forma que, no capitalismo, “o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade” (CARLOS, 2011:64).

Por buscar uma reprodução continuada é que a sociedade capitalista ocupa o espaço de forma privada e seus fragmentos se tornam “intercambiáveis a partir de operações que se realizam através e no mercado” (CARLOS, 2011:67). Gera-se, desta maneira, uma sobreposição do valor de troca ao valor de uso, mesmo sendo o espaço uma condição necessária à vida.

A contradição se apresenta no plano do lugar. É na vida cotidiana que o embate entre as necessidades do capital e as da vida humana se expressa. Durante as atividades diárias, os cidadãos se apropriam de certos espaços através da moradia, do deslocamento para o trabalho, dos encontros para o lazer. Essa apropriação ocorre pelo uso desses espaços necessários à realização da vida. É também no decorrer dessas ações rotineiras que os indivíduos se confrontam com as amarras impostas pelo capitalismo, no qual a propriedade privada define e organiza os lugares da cidade, bem como o acesso a eles.

Há uma limitação no ato de viver a cidade, imposta pelo capital, em virtude de seu acesso ocorrer por intermédio do dinheiro. Ignora-se o fato de que

A construção do lugar de relações da vida requer a união, ou seja, requer o lugar como possibilidade do encontro e da reunião visando o estabelecimento das metas e estratégias que permitem a criação constante da vida humana. (CARLOS, 2011:52).

Determinam-se, pelo poder aquisitivo, os lugares destinados a cada classe na cidade. Os processos de “reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir os habitantes na cidade em função das formas de apropriação, determinadas pela existência da propriedade do solo urbano” (CARLOS, 2011:135), impossibilitando, por conseguinte o encontro e a convivência entre diferentes, que é tão essencial para construção da vida em sociedade.

Esse encontro só é possível de acontecer nos espaços públicos, no entanto a cidade contemporânea acaba por dificultar os movimentos dos diferentes sujeitos por ela. Isso ocorre através de seus códigos, signos, ou mesmo por falta de condição financeira que possibilite a mobilidade. Por conseguinte, muitas vezes os jovens acabam por vivenciar apenas a realidade de seu bairro, ou bairros com condições semelhantes, impossibilitando, assim, a convivência com o diferente.



As transformações do capital modificaram as formas de viver a cidade, como já dito. Apoiando-se em Moreira (2012) e Harvey (2012/2013) é possível traçar os diferentes momentos do capitalismo em busca do entendimento da organização do espacial da cidade contemporânea.

Durante as duas primeiras Revoluções Industriais<sup>4</sup>, o espaço se organiza entorno das fábricas. A lógica das cidades e dos sujeitos que nela habitam seguem o arranjo industrial. A vida era pensada a partir da produção. Até os momentos de lazer, do não trabalho estavam de acordo com essa lógica. O Estado cuidava dos interesses do capital, infraestrutura das cidades, bem como das necessidades dos indivíduos, como o habitar, o transporte, o descanso.

Na terceira Revolução<sup>5</sup> (quando a acumulação flexível se instaura) as tecnologias chegaram a tal ponto que as barreiras espaciais tornaram-se menos significativas, o lugar passou a ter um grau de importância elevado e o Estado modificou suas esferas de atuação. A elite e o governo local passaram a desenvolver estratégias que ofereciam vantagens à instalação do capital, o que acarretou em processos urbanos que transformaram o estilo de vida.

“A qualidade urbana tornou-se mercadoria, assim como a própria cidade, em um mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana” (HARVEY, 2012:81). Com a transformação do caráter do Estado e da cidade, os espaços urbanos acentuaram as atividades privadas. O que antes era direito assegurado pelo Estado, passa a ser adquirido privadamente.

---

<sup>4</sup> “A Revolução Industrial longe de se apresentar como um fenômeno técnico significou uma transformação na ciência, nas ideias e nos valores da sociedade. Significou também trocas no volume e na distribuição da riqueza concentrada, até então, no monopólio da nobreza que lhe conferia também o poder político. Por sua vez, é produto de um processo histórico do desenvolvimento das forças produtoras e do princípio da especialização assentada na divisão do trabalho [...] criou as condições necessárias para que o capital acumulado pudesse se reproduzir, quais sejam: a) inovação nos instrumentos e métodos de trabalho; b) incremento da produtividade do solo, liberando a população do campo que migra para a cidade, e vai servir de mão-de-obra para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria; c) ampliação do comércio; d) desenvolvimento dos transportes e melhoria das vias de comunicação, expandindo o mercado interno e externo; e) utilização de outras fontes de matéria-prima; f) diminuição do preço das mercadorias; g) desenvolvimento do crédito; h) melhoria da vida da população (saúde, habitação, alimentação)”. (CARLOS, 28:1994)

<sup>5</sup> Vários fatores levaram a uma mudança no modelo econômico entre os anos de 1970 a 1980, entre eles estão, o surgimento de “novas formas de gestão e de organização da produção, o desenvolvimento de novas tecnologias e um profundo e intenso processo de internacionalização da vida econômica, política, social, cultural e tecnológica” (FARAH JÚNIOR, 2000:48). Para superar as crises de superacumulação e do petróleo, buscou-se uma maior racionalização dos investimentos através de novas tecnologias que visavam “reduzir custos e aumentar a produtividade, como a intensificação do uso da microeletrônica, automação, relocação de fábricas e fechamento de unidades consideradas inadequadas e caras [...] Para vários autores, esse movimento de grandes transformações sociais, técnicas, econômicas e culturais que se acentua na década de 80 constitui um processo, ainda que não hegemônico, de profunda mudança no interior das sociedades capitalistas, sendo caracterizado como a terceira revolução tecno-científica”(FARAH JÚNIOR, 2000:49)

A cultura, o lazer, os espaços de encontro foram mercantilizados, o que atingiu diretamente a configuração e os lugares da cidade.

Gomes (2002) afirma que os espaços públicos vêm sofrendo recuo e faz uma análise desse processo a partir de quatro situações, a “apropriação privada crescente dos espaços em comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; e o crescimento das ilhas utópicas” (GOMES, 2002:176).

De acordo com o autor, a apropriação privada dos espaços em comum é um processo amplo que vai desde a ocupação de calçadas até o fechamento de ruas e bairros, podendo ocorrer por meio de barreiras físicas ou simbólicas. É usada como exemplo a ocupação das calçadas pelos camelôs, os guardadores de carro, que transformam área pública de estacionamento em área privada, e os prédios que colocam barreiras ou guaritas nas entradas, controlando a entrada e saída de pessoas e carros.

A segunda situação faz menção às identidades construídas na cidade, nas quais um grupo se identifica a partir da sua diferença aos demais. É a noção de espaço identitário que nega o “ideal de mistura e respeito à diferença no qual se baseia o espaço público” (GOMES, 2002:182). O emuralhamento da vida social é a característica do homem moderno em dispor de vários recursos para transformar-se invisível ao outro. Já o crescimento das ilhas utópicas é uma tendência notável na cidade contemporânea, em que alguns seguimentos de classe optam por morar em ambientes homogêneos e isolados.

Por consequência dos processos apresentados, os espaços públicos vêm sofrendo um encurtamento, uma perda de seu caráter político em favorecimento aos espaços privados. Carlos (2011) pondera que,

[...] a Geografia permite pensar o espaço público como um lugar concreto da realização da vida na cidade, como espaço-tempo da prática social, lugar da reunião e do encontro com o *outro*, o que significa que seu sentido é o da alteridade, em que a história particular de cada um pode realizar-se enquanto história coletiva muito mais do que simples localização da ação (CARLOS, 2011:133).

Com tais características, pode-se compreender o espaço público como o local da política, pois permite o encontro dos diferentes e, a partir desse encontro, os indivíduos têm a possibilidade de negociar a convivência em sociedade. Através do diálogo expressam-se os conflitos e também sua negociação, para que os sujeitos consigam construir a sociedade e os modos de convivência.

A concepção de política adotada é baseada em autores que estudaram as obras de Hannah Arendt. Para tanto, a autora retorna a *pólis* grega a fim de construir o conceito de política, bem como para realizar sua crítica à política representativa adotada na modernidade.

De acordo com Oliveira (2014), foi na Grécia Antiga, para ser mais exato, em Atenas, que a política surgiu, tendo como o lugar central a *pólis*. Nesse local, os homens que se encontravam livres das necessidades laborais da vida compareciam e dedicavam-se à experiência política por excelência, ou seja, “o ato de vir a público e, em companhia de seus pares, iniciar com palavras e atos algo novo cujo resultado não pode ser conhecido de antemão” (OLIVEIRA, 2014:47).

É preciso compreender que a ação política não é uma necessidade humana como comer e dormir, pelo contrário, ela só ocorre quando as necessidades materiais são supridas. Desta forma, o ingresso ao mundo político requer a solução prévia das carências relativas à manutenção da vida.

Isso ocorre em razão do princípio da igualdade, pois para que a política ocorra o diálogo e a ação devem realizar-se entre iguais, sem distinção de força de atuação e sem dominação. No entanto, essa igualdade não pode anular a diversidade. É somente na pluralidade dos sujeitos, com igual poder de fala e de ação, que o convívio humano vai se estabelecendo e criando as identidades individuais que dão o movimento político.

Nesse sentido, Jardim (2011) evidencia que

[...] na ação e no discurso revela-se quem os indivíduos são. A disposição de mostrar-se dos homens é possibilitada pelo exercício de uma atividade específica: ação compartilhada por uma pluralidade de agentes. Sem essa pluralidade, não haveria possibilidade do reconhecimento da personalidade de cada indivíduo. O contexto em que se dá esse reconhecimento é a esfera pública (JARDIM, 2011:83).

Volta-se, assim, à discussão do espaço público, visto que é nessa esfera que a ação política de fato acontece. É nesse ambiente que os indivíduos ganham visibilidade, mostram-se ao outro e, através do diálogo, tencionam questões relevantes ao convívio humano.

Contudo, a modernidade traz o desenvolvimento do sistema representativo no qual a participação política dos indivíduos é confiada aos governantes.

O sistema representativo traz consigo as idéias de que é possível prescindir da participação política popular e de que os cidadãos não são capazes de gerir a coisa pública, que deve ser confiada a especialistas. Nesse contexto, a atividade política tende a se reduzir à administração dos interesses privados, desaparecendo o próprio espaço público em seu caráter plural e comum. (DUARTE, 2001:267)

Mediante a essas transformações, tanto no entendimento de política, quanto no espaço em que ela se realizar, a geografia desenvolve diferentes abordagens para compreender o espaço público na modernidade.

Valverde (2007) afirma que o estudo desse espaço é recente na ciência geográfica. Uma das abordagens desenvolvida pela geografia estuda o espaço público a partir do urbanismo moderno, considerando-o um produto material que revela o planejamento, a organização do futuro de uma sociedade de acordo com seus governantes e a conjuntura social. Essa visão afasta os indivíduos da construção da sociedade, considerando apenas o Estado moderno como produtor de tal, através de suas instituições jurídicas.

Outra perspectiva compreende o espaço público como produto apenas dos grupos econômicos dominantes, afirmando que, através desses espaços, eles criam regras para o funcionamento da vida urbana de forma a favorecer seus interesses. Logo, o espaço público representaria o lugar da repressão, da contenção através de leis.

A concepção de espaço público trabalhada por Gomes ultrapassa a definição jurídico-administrativa. Para o autor, o espaço público é fruto de uma vida social e política. Afirma-se assim, que diferentes atores participam da construção objetiva e subjetiva do mesmo. O espaço público seria então

[...] uma extensão física que, devido a uma certa combinação de seus elementos, exerceria um poder de atração sobre os cidadãos, que deveriam procurar esta área no intuito de ganhar visibilidade, de enxergar o outro, de se comunicar e de promover um debate cujo fim fosse a política e o bem-comum (VALVERDE, 2007:75).

Então, o espaço público é o lugar em que os sujeitos se fazem visíveis e daí surgem as contradições, os interesses distintos, devido a copresença com o outro. É um espaço de disputa em busca do bem comum. Todavia, para que ocorra esse jogo de negociações é preciso que os indivíduos, mesmo na diferença, sejam iguais socialmente. Ou seja, é necessário que os indivíduos que compõem a sociedade tenham direitos, acessos e poderes iguais de intervir, apesar de suas diferenças.

Valverde (2007) analisa as transformações que ocorreram no espaço público ao longo dos anos. O autor inicia sua investigação na Grécia Antiga, onde a vida era organizada nos espaços públicos, inclusive as funções da vida doméstica. Porém, as questões do mundo privado da casa, nas quais se satisfaziam as necessidades humanas, não eram levadas a público, pois a essa esfera cabia apenas conteúdos ligados ao bem comum, discutidos por iguais. Participavam da vida pública os homens proprietários de terras e escravos.

No final do século XVIII, na Europa, a palavra público começou a ser usada para definir as responsabilidades do Estado. A distinção entre esfera pública e esfera privada passa a ser feita por uma série de instituições públicas.

À medida que as relações entre público e privado foram se complexificando, as questões sociais começaram a surgir nos espaços públicos quando, a partir do século XIX, vários atores surgiram nesse cenário à procura da satisfação de suas necessidades. “Criou-se então um complexo jogo socioespacial no qual instituições públicas, grupos de indivíduos, de interesse privado e social, se colocaram em debate e em conflito dentro dos espaços públicos” (VALVERDE, 2007:71).

No entanto, a sociedade capitalista é dividida em classes, de modo que as classes dominantes possuem poder de decisão superior às demais. Transformam-se, por esse motivo, as diferenças em desigualdades, o que inviabiliza o jogo dialógico em torno da convivência em sociedade, posto que algumas classes possuem privilégios enquanto outras acabam por ter seu direito de intervir negado.

O espaço público encontra-se imerso e invadido pelos processos mercantis. Carlos (2011) reforça que,

O estágio atual da economia potencializa a cidade enquanto concentração de riqueza, poder, da riqueza mobiliária à imobiliária, permitindo a generalização do mundo da mercadoria que torna o uso do espaço da cidade cada vez mais dominado pelo valor de troca, no movimento que metamorfoseia o cidadão em consumidor (CARLOS, 2011: 134).

A ideia de espaço público como um lugar do encontro é suprimida pela ideia de circulação não só da mercadoria, como também dos sujeitos. Na modernidade, o “espaço público destina-se à passagem, não à permanência” (SENNETT, 1988:28).

Levantada essas questões em torno do espaço citadino, é possível compreender como, no cotidiano, os sujeitos sofrem com o domínio do capital em todas as esferas da vida. O espaço é transformado em mercadoria, direcionando sua apropriação de acordo com os interesses do mercado, encurtando os lugares do encontro, seja pela desigualdade entre os indivíduos, seja pela apropriação privada do mesmo.

Como já mencionado, a juventude é o momento em que os sujeitos estão criando seus laços para além da família, traçando suas próprias relações. No entanto, quando os espaços públicos da cidade sofrem um ataque em favor dos espaços privados, os jovens têm sua mobilidade cerceada. De certa forma, isto acaba por dificultar o convívio com o outro, com o

diferente, em uma fase na qual o jovem está se constituindo como sujeito e construindo sua cidadania.

Em meio à situação em que se encontram as cidades contemporâneas, na qual os espaços de convivência se transformam em espaço de circulação, Santos (1998) traça uma análise a respeito da urbanização brasileira, declarando que

[...] em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desanraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 1998:12).

O desenvolvimento das cidades brasileiras se deu em meio ao cenário descrito pelo autor. As migrações campo/cidade, a concentração de pessoas e coisas no espaço urbano não ocorreram de forma progressiva, mas sim de forma simultaneamente, num momento em que o capitalismo já se encontrava avançado a tal ponto que o consumo de massa já estava difundido e o desemprego estrutural instaurado.

Paralelo a esse complexo processo de urbanização brasileira, apresenta-se também um “recoo da cidadania” (GOMES, 2002:176) causado pela retração dos espaços públicos e pela transformação dos cidadãos em consumidores. “Quando se confunde cidadão e consumidor, a educação, moradia, saúde, lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais” (SANTOS, 1998:127). Constrói-se a ideia de que cada indivíduo deve conquistar por mérito próprio, através do dinheiro, o acesso a certos bens e serviços. No entanto, esses acessos devem ser garantidos a todos os cidadãos, por se tratar de um direito social.

Em consonância com os autores acima citados, Oliveira (2001) reconhece que, no Brasil, a cidadania nunca chegou a se consolidar de fato,

[...] por um lado, porque tivemos como herança colonial uma sociedade de tradição autoritária, na qual os homens tinham muito mais deveres do que direitos e cujo fundamento da disciplina era a simples e inquestionável obediência [...] Por outro, porque mal conseguimos completar a infância da nossa República, entremeada por conturbados períodos ditatoriais, conjugou-se à nossa história a implantação de uma sociedade de consumo de massa que veio corroer o nosso já frágil projeto de cidadania (OLIVEIRA, 2001:1).

Com a instauração do neoliberalismo, a vida social e cultural encontrou-se ameaçada pelo abandono da coisa pública e pelo desrespeito aos direitos humano. A sociedade passou a

responsabilizar cada indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. Os indivíduos, por sua competência, conseguem ou não os acessos aos bens e serviços necessários à vida. Esse pensamento se reflete fortemente na forma como a sociedade compreende a juventude. É esperado que os jovens, por meio de seus esforços, tornem-se adultos bem sucedidos, o que acaba por tratar a juventude como um momento de preparação para a vida adulta. Tira-se a responsabilidade da sociedade na construção da juventude, e os trata como sujeitos que irão se realizar apenas no futuro.

É importante atentar que, para se viver em sociedade, necessita-se que regras de convívio sejam estabelecidas, dotando os indivíduos de uma série de direitos e deveres. Tem-se, então, a partir dessas regras, a construção da cidadania. Oliveira (2001) define cidadania como

[...] uma dada condição humana de consciência política social que traz em si um ideal de bem viver coletivo e felicidade. Como elementos dessa condição temos: a participação e o nível de consciência política; o nível de garantia de um conjunto de direitos e justiça social; o grau de igualdade e equidade; o grau de liberdade, de acessibilidade a bens, serviços e equipamentos sociais, bem como ao patrimônio histórico cultural (OLIVEIRA, 2001:198).

Santos (1998) afirma ainda sobre o cidadão:

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 1998:7).

À vista disso, é possível depreender que, ao nascer, o indivíduo se torna membro de uma sociedade e, portanto, portador de direitos e de deveres que dizem respeito à vida individual e coletiva daquela sociedade. A cidadania se apresenta, assim, como uma construção histórica, na qual cada sociedade produz seu conjunto de regras, de direitos e de deveres.

Em diálogo com o autor Márcio Piñon de Oliveira, é possível traçar a forma como se deu a construção da cidadania em diferentes épocas, bem como sua ligação com espaço.

Na Grécia Antiga, a partir do encontro entre a cidade e seu território desenvolve-se a noção de cidadania. Pautada na *pólis*, que era ao mesmo tempo as Cidades-Estados e a política, a cidadania se conformou restrita e seletiva, deixando mulheres, crianças e estrangeiros excluídos dessa condição. Os homens considerados cidadãos encontravam-se destinados a poderes políticos e à participação direta e ativa no Estado, no entanto essa

posição se limitava apenas ao território da *pólis*. Há uma forte associação da ideia de cidadania com a noção de pertencimento a uma comunidade e ao espaço dela.

Durante o Império Romano, a noção de cidadania rompeu as fronteiras das cidades, adquirindo uma dimensão mais abstrata e autônoma em relação ao território. O cidadão romano era considerado como tal por toda a extensão do império. Todavia, criou-se uma hierarquização entre os cidadãos, a qual os patrícios eram considerados cidadãos de primeira linha, podendo participar diretamente do poder político e da administração do Estado, e os plebeus possuíam uma cidadania passiva, cabendo-lhes habitar, frequentar e participar da vida comunitária das cidades.

No decorrer da crise do Império Romano e da ascensão da Idade Média as normas e valores que começaram a vigorar eram estabelecidas pela ordem religiosa. O homem passou a ser valorizado por sua religiosidade e submissão à vontade de Deus. O que importava naquele momento era que cada pessoa, independente da cidade onde nascera, da origem social ou nível de participação política, seguisse a doutrina da igreja.

Gradualmente, o nexo de cidadania pautado no plano divino foi se desfazendo com base no Humanismo e no Renascentismo. A ênfase dada na Grécia Antiga e no Império Romano à vida pública perde a importância durante a Idade Média devido a doutrina religiosa e, posteriormente, o que passa a ter relevância é a noção de vida privada, centrada no indivíduo. O novo modelo de cidadania se deu a partir da normatização do indivíduo e de seus direitos pelo Estado Moderno.

Nas cidades, os homens passaram a ser vistos como indivíduos portadores de iniciativa e conhecimentos que, para serem exercidos, precisavam de liberdade para ir e vir e para expressar suas idéias (OLIVEIRA, 1999:99).

No entanto, por tornar-se o indivíduo foco da sociedade, seu comportamento em ambientes públicos ganhou uma dimensão importante, pois nestes lugares o cidadão estaria exposto à observação. Logo, os lugares públicos transformaram-se no lugar do controle, dos movimentos, falas, gestos, da autodisciplina, de relações civilizadas. Culminando nas regras de convivências, no chamado contrato social, que tinha por finalidade o bem comum regulado por leis do Estado.

Nessa época, a cidadania adquire dois significados que se apresentam associados, um ligado à nacionalidade; o outro aos direitos cívicos do indivíduo, como o direito ao voto, a elegibilidade, a funções públicas etc. Essa noção se encontra extremamente ligada ao Estado-nação e seus limites territoriais. Enquanto na cidade o ser cidadão tornou-se, antes de



qualquer coisa, obrigado a saber se comportar nos espaços públicos de modo a não incomodar o outro, fazer-se discreto e oportuno ao abordar o outro (OLIVEIRA, 1999).

Com o desenvolvimento da sociedade moderna, através de leis, o Estado constrói a concepção de cidadania, em que o cidadão passa a ser um

[...] indivíduo normatizado, ou seja, vivendo sob normas, conformadas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, acordadas por um contrato social (estatuto de direitos e deveres) e ajuizadas e reguladas pelo Estado (OLIVEIRA, 2001:117).

Essas leis produzidas pelo Estado objetivam garantir os direitos e deveres de todos os cidadãos de forma igualitária, sem distinções.

A ideia de cidadania desenvolvida pelo Estado moderno busca abarcar e garantir todas as dimensões que fazem parte da vida em sociedade. Oliveira (2001) compreende cidadania a partir de sete dimensões, Sendo elas: a dimensão civil, que garante os direitos a vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade etc.; dimensão política, que faz referência aos direitos políticos, como o de votar e ser votado, de se organizar politicamente; dimensão socioeconômica, ligada aos direitos sociais, à manutenção da vida, à participação na riqueza coletiva, ao direito à educação, à saúde, ao trabalho; dimensão cívica, relacionada às regras de convivência existentes que condizem com o padrão cultural do contexto histórico; dimensão do mercado, ligada aos direitos relacionados ao consumo, tratando o cidadão como cliente, usuário; dimensão do pertencimento, o próprio nome já diz, faz referência ao sentimento de pertencimento a uma sociedade; e, por último, a dimensão espacial que é relativa ao lugar onde a vida acontece, é a dimensão material da cidadania.

Contudo, na sociedade contemporânea, observa-se que a dimensão do mercado se sobrepõe às outras dimensões da cidadania, transformando o cidadão em consumidor, como citado anteriormente. Desta forma, bens, serviços, equipamentos públicos, e os direitos do cidadão em geral, são tratados como mercadorias obtidas privadamente. Santos (1998) afirma, nesse caso, que existem “cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (SANTOS, 1998:12), essa diferenciação é feita pelo poder aquisitivo de cada um.

Ao analisar o problema da cidadania brasileira, Oliveira (2001) encontra alguns pontos que possibilitam compreender seu desenvolvimento deficitário. Um deles é a dissociação entre os limites do público e do privado que, para o autor, reflete como um obstáculo vexatório ao indivíduo.

Na maioria das vezes, o que observamos ao analisarmos o espaço urbano é a extensão da casa e seus valores para a rua. Se por um lado, isto tem um aspecto positivo, ao quebrar a frieza e a formalidade da convivência no espaço público, por outro, tal fato gera situações de desrespeito e constrangimento ao indivíduo, face a um tratamento cheio de intimidade e sem parcimônia (OLIVEIRA, 2001:5).

Outro aspecto é a obtenção de direitos sociais sem a consolidação de direitos civis e políticos, acarretando em violações dos direitos civis constantemente na vida urbana e na fragilidade da organização política dos movimentos reivindicatórios. Por último, o caráter autoritário do projeto de modernidade gestado pelo Estado, uma vez que o mesmo não é resultado de lutas por direitos civis e políticos na sociedade, mas sim uma imposição externa que se deu na forma de deveres.

Atenta-se para a diferença existente entre a definição abstrata de cidadania e sua prática social concreta. Em uma sociedade dividida em classes, a cidadania aparece como um privilégio para alguns, enquanto outros têm esse direito negado. No entanto esses direitos são necessários à vida em sociedade e refletem na construção do lugar onde a vida se reproduz, as cidades. Oliveira (1999) esclarece que o conceito de cidadania sempre esteve ligado à cidade e

Por mais que sua noção tenha se ampliado e ganho um sentido abstrato e múltiplo, afastando-se da escala territorial da cidade, é neste espaço, delimitado politicamente, e na rede de lugares que o compõem, que a cidadania deixa de ser um *em si* e assume a sua dimensão mais concreta e cotidiana. É nas cidades e nos seus lugares, mais especificamente, que os direitos, sob a forma de leis, aparecem de forma palpável e contraditória, decodificando-se em normas e posturas que regem a vida urbana (OLIVEIRA, 1999:93).

Toda a discussão realizada em torno da produção do espaço e da apropriação da cidade culmina no conceito de cidadania, pois é através dela que a sociedade normatiza as formas que os sujeitos em sua vida cotidiana ocupam, vivenciam, experimentam a cidade. É claro que na sociedade capitalista há um conflito direto entre a reprodução continuada do capital e reprodução da vida, assim, a cidadania acaba por sofrer um recuo e os cidadãos são tratados como consumidores, não participando, portanto, do desenvolvimento da cidade que habitam.

Todavia, é no cotidiano, durante as atividades rotineiras, que os jovens sentem as amarras impostas pelo capital e buscam alternativas para a realização de suas vidas. Enxergam meios para intervir na produção da cidade, ressignificando-a, transformando-a e dando sentido aos espaços vividos, os jovens tornam-se assim, produtores do espaço.

## 2.2. GUARAPARI - A DINÂMICA DE UMA CIDADE TURÍSTICA E A POPULAÇÃO LOCAL

Por ser na cidade que os jovens constroem e vivenciam suas experiências, torna-se necessário compreender a dinâmica da cidade de Guarapari – ES, levando em conta a relevância que o turismo tem para essa cidade, que acaba por orientar toda a sua produção espacial.

Cabe alertar que o projeto de pesquisa foi alterado, ao longo do programa de pós-graduação, desta maneira, a cidade de Guarapari e seus jovens passaram a ser o enfoque da dissertação. Entretanto, devido à dificuldade de achar dados locais sobre a história da cidade recorreu-se a trabalhos de pós-graduação e artigos que tratavam do assunto, para construir esse subcapítulo.

Antes de adentrarmos à história da produção espacial de Guarapari, buscar-se-á apresentar a dinâmica do estado do Espírito Santo para compreender melhor a cidade capixaba, gentílico do estado. Por estar localizado na região Sudeste, o estado compartilha da trajetória dos demais estados, com algumas particularidades, que serão apresentadas.

O mapa a seguir apresenta a Região Sudeste, sendo possível localizar o estado do Espírito Santo.

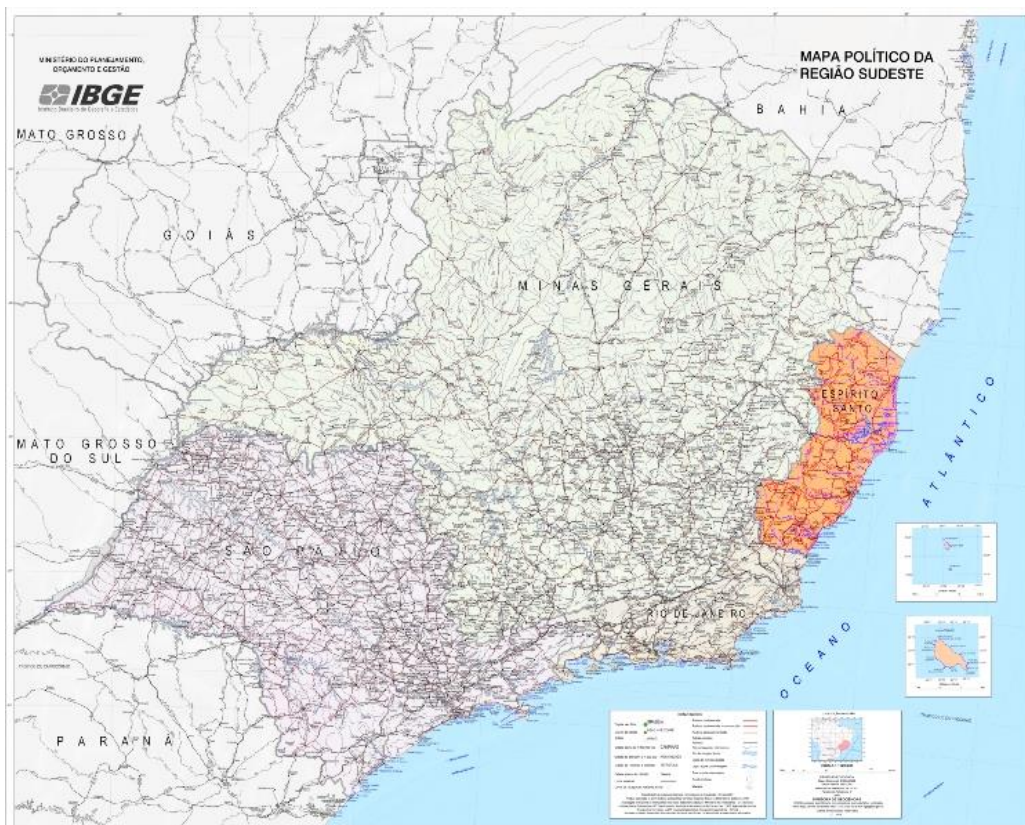


Figura 1: Mapa político da Região Sudeste  
 Fonte: IBGE

Diferente dos demais estados da região sudeste, que já tinham importância econômica e política, no Espírito Santo a cafeicultura foi a grande responsável pelo povoamento e pelo desenvolvimento econômico do estado, além de possibilitar uma maior integração com os demais estados da região sudeste - Rio de Janeiro, com São Paulo e com Minas Gerais. O café foi o encarregado de romper o isolamento capixaba que ocorrera na colonização (FALEIROS, 2010).

A fase posterior à economia cafeeira conta com uma tentativa de modernização. Para compreendê-la melhor será utilizada a tese de doutorado da autora Maurizete Duarte (2016), que se dedica a desvelar as políticas habitacionais de interesse social na capital do estado.

De acordo com a mesma, o Espírito Santo passou por um processo de modernização na década de 1960, na qual outras atividades, além das agrícolas, passaram a fazer parte da economia do estado. Devido à crise cafeeira, o governo se viu obrigado a construir um projeto político que diversificasse a economia, a fim de superar a instabilidade financeira.

Para ter êxito em tal projeto, o governo buscou realizar melhorias na infraestrutura e na prestação de serviços públicos, acarretando em grandes transformações no espaço urbano.

Além do objetivo de combater a crise, um grande público migrante das zonas rurais chegou às cidades, o que acabou por pressionar, também, o Estado por investimentos nas cidades.

Como nos informa a autora,

Outro fator importante na transformação da estrutura produtiva capixaba provém do processo de melhoramento das tecnologias utilizadas na agropecuária que contribuiu para dinamizar a produção, ainda bastante rudimentar no estado, que tinha no trabalho familiar seu principal fator de produção. Porém, tal modernização gerou impactos devastadores no nível de empregabilidade de mão de obra no campo, levando a uma redução muito significativa da utilização de trabalhadores, contribuindo para estimular o fluxo migratório em direção a região da Grande Vitória<sup>6</sup> (DUARTE, 2016: 214).

Esse projeto representa um marco histórico no estado buscando uma integração ao cenário econômico nacional. Neste sentido, visando a aprofundar essas transformações, na década de 1970 foi implementado o I Plano de Desenvolvimento Estadual, que pretendia instalar grandes empreendimentos na siderurgia, paraquímica, no setor portuário, naval e turístico.

Os investimentos feitos pelo governo e pela iniciativa privada atraíram muitos trabalhadores para a Grande Vitória e, além dos trabalhadores capixabas, muitas pessoas dos estados vizinhos migraram em busca de emprego, vindos de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que, dentro deste contexto, boa parte da mão de obra desses imigrantes não foi absorvida pelas indústrias, assim como também foram excluídos do tecido social urbano pelo viés do espaço físico, já que quando chegaram ao estado e principalmente a RMGV tiveram que ocupar espaços precários e impróprios para habitação. (DUARTE, 2016: 221)

Os processos de urbanização e industrialização, por mais que representassem o desenvolvimento e criassem esperança de melhoras nas condições de vida, com a construção de infraestrutura e a ideia de geração de emprego, vieram acompanhados de um grande aprofundamento de problemas urbanos. Os serviços públicos e infraestrutura não atingiram a toda população. A valorização do solo aumentou drasticamente, “empurrando” as classes menos abastadas para as periferias ou para áreas de risco.

---

<sup>6</sup> A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Foi constituída pela Lei Complementar estadual 58, de 21.02.1995, quando era conhecida como RMV - Região Metropolitana de Vitória e posteriormente modificada em 1999 e 2001, quando incorporou, respectivamente, os municípios de Guarapari e Fundão, passando a se chamar RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória.

Na década de 1980, o Espírito Santo consolidou-se no contexto nacional e passou a contar com um aglomerado populacional não só na capital, mas também nas cidades do entorno.

Apesar de Guarapari ser uma das cidades mais antigas do estado e estar muito próxima a Vitória (vide mapa abaixo), foi somente com a Lei Complementar número 159 de 1999 e 2001, que esta foi integrada à região metropolitana. No jornal de maior circulação do estado, “A Gazeta”, é possível encontrar reportagem de 1999, na qual os governantes defendem a inclusão.

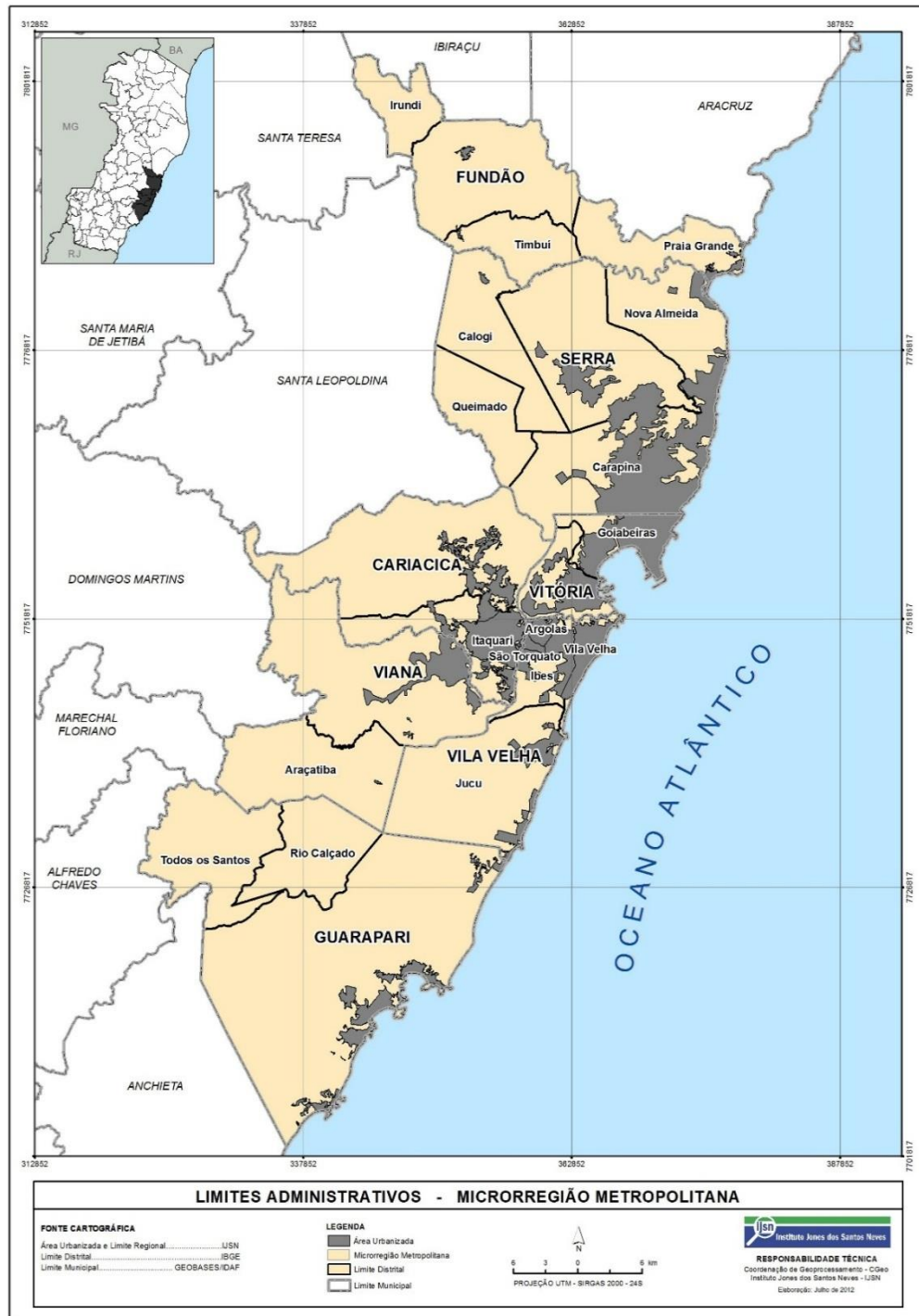


Figura 2: Limites Administrativos – Microrregião Metropolitana  
 Fonte: Instituto Jones dos Santos

# Região Metropolitana pode englobar Guarapari

O projeto de lei foi aprovado ontem pela Assembléia e depende de sanção do governador

EDUARDO CALIMAN

A Assembléia Legislativa aprovou, ontem à tarde, um projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Borges (PMDB), incluindo o município de Guarapari à Região Metropolitana da Grande Vitória. A região foi criada por lei estadual, em 1995, englobando Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, mas ainda não foi implantada pelas administrações municipais. O projeto terá que passar pela sanção do governador José Ignácio Ferreira (PSDB), para ser transformado em lei.

A matéria era a segunda da pauta de ontem da Assembléia e foi aprovada por unanimidade entre os parlamentares. Na justificativa do projeto, Sérgio Borges explicou que "a proximidade de Guarapari dos municípios a faz



Gilão Loyola

## Argumento

O deputado Sérgio Borges, autor da proposta: proximidade foi a justificativa

capaz de integrar a cidade à Região Metropolitana, trazendo benefícios visíveis e indiscutíveis ao planejamento e à execução da nova política turística que se quer implantar no Estado". Segundo o parlamentar, Guarapari poderá receber maior apoio dos poderes públicos visando, nessa integração, um elo indispensável às gestões de políticas, de programas, obras e de execução de

projetos de natureza comum.

O centro de Guarapari fica a 53 quilômetros de Vitória. Levantamentos estatísticos feitos pela Prefeitura do município apontam que, nos finais de semana, cerca de cinco mil pessoas saem da Grande Vitória rumo àquela cidade. Segundo Sérgio Borges, "apesar de todo o indicativo de possível exploração para maiores divisas, Guarapari não possui

uma infra-estrutura adequada e ideal para suportar o aporte maior de turistas em períodos de alta temporada, quando se transforma num verdadeiro caos".

Sérgio Borges disse que vai procurar o prefeito da Capital, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), nos próximos dias, para tentar agendar uma reunião entre prefeitos da região. "Há programas do Governo federal específicos para repasse de recursos a projetos em regiões metropolitanas no país. Podemos fazer investimentos estruturais, gastando menos recursos", declarou.

A Constituição Federal classifica da seguinte forma as regiões metropolitanas: o agrupamento de municípios que apresentem, cumulativamente, grande porte e expressiva densidade demográfica, intensas relações de natureza econômica e social, elevado grau de urbanização contínua entre dois ou mais municípios, tendo a presença de uma ou mais aglomerações urbanas, ou de uma cidade-pólo, ou da capital do Estado, que comande e estruture a integração regional, caracterizando-se como área de influência sobre outras regiões do Estado".

## Prefeitos aprovam a iniciativa

ANDRÉIA LOPES

Para os prefeitos da Grande Vitória, a inclusão de Guarapari à Região Metropolitana foi considerada uma "vitória". Eles próprios solicitaram apoio da Assembléia e do Governo do Estado para a viabilização do projeto, conforme disseram.

A partir de agora, de acordo com o prefeito da Capital, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), os seis municípios poderão ampliar

os chamados "projetos de cooperação mútua". O último deles, destacou Luiz Paulo, envolveu Guarapari, em fevereiro. "Na época do Carnaval fizemos uma limpeza de emergência naquele município", disse.

A Região Metropolitana, para o prefeito de Cariacica, Dejar "Cabo" Camata (PFL), "tem que sair do papel". "Acho louvável a inclusão de Guarapari, mas temos que sair do papel. Uma alternativa seria a criação dos conselhos gestio-

res de saúde e educação. Nós esperamos que o Governo do Estado e os demais municípios envolvidos tenham uma proposta", assinalou.

O fato de Guarapari ter divisas com Viana e Vila Velha foi um ponto considerado favorável pelos prefeitos tucanos João Batista Novaes e Jorge Anders. "Guarapari é nossa vizinha e padece dos mesmos problemas que nós", observou Novaes, prefeito de Viana.

Para Anders, de Vila Velha, as

questões relacionadas ao meio ambiente e ao transporte coletivo podem ser solucionadas de maneira conjunta. "Temos que criar a consciência de discussão metropolitana", disse.

O prefeito da Serra, Sérgio Vidigal (PDT), acha que a inclusão de Guarapari pode alavancar o processo de financiamento de projetos de infra-estrutura, saúde e transporte na Região Metropolitana.

Figura 3 – Região Metropolitana pode englobar Guarapari.  
Fonte: A Gazeta, Vitória, ES, 17/06/1999, p.2, c.3-6.

A inserção de Guarapari na Região Metropolitana é recente e os programas e benefícios feitos pelo governo estadual não atingem a cidade. Sua economia e dinâmica espacial são bem diferentes das demais cidades. Como a tabela abaixo demonstra, dentre as setes cidades, Guarapari tem seu nível de integração considerado médio, estando acima apenas do município de Fundão e o terceiro menor PIB.



Níveis de Integração Municípios	População		PIB		Renda	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Polo	20,3%	19,4%	48,2%	48,1%	36,8%	35,0%
Vitória	20,3%	19,4%	40,2%	48,1%	36,8%	35,0%
Muito Alto	68,9%	69,5%	46,6%	47,4%	56,3%	57,6%
Cariacica	22,5%	20,7%	8,9%	9,5%	13,2%	12,2%
Serra	22,3%	24,2%	21,1%	24,5%	14,2%	16,4%
Vila Velha	24,0%	24,6%	16,6%	13,5%	28,9%	29,0%
Alto	3,7%	3,9%	2,1%	1,9%	1,8%	1,8%
Viana	3,7%	3,9%	2,1%	1,9%	1,8%	1,8%
Médio	6,1%	6,2%	2,7%	2,0%	4,6%	4,9%
Guarapari	6,1%	6,2%	2,7%	2,0%	4,6%	4,9%
Baixo	0,9%	1,0%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%
Fundão	0,9%	1,0%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%

Tabela 1 – População, PIB e renda da RMGV por nível de integração e município – 2000 e 2010.  
 Fonte: Seminário Nacional – Núcleo Vitória - As metrópoles e as transformações urbanas: Desigualdades, coesão social e governança democrática, Rio de Janeiro, 2015.

Enquanto as outras cidades possuem atividades econômicas diversificadas, em Guarapari a atividade de maior expressividade é o turismo, responsável por movimentar vários setores, dentre os quais a construção civil, que dita os rumos da produção do espaço urbano. Vale ressaltar que o turismo em Guarapari é sazonal, ocorrendo com maior intensidade no verão, o que acaba por deixar a economia da cidade estagnada durante as outras épocas do ano. O jornal de maior circulação da cidade, chamado A Gazeta, na data de 20 de agosto de 2012, publicou dados a respeito do turismo de veraneio em Guarapari. “De acordo com o último censo do IBGE, Guarapari tem 105,2 mil habitantes. No verão, entretanto, o fluxo turístico eleva o número de moradores para cerca de 500 mil pessoas” (Jornal A Gazeta, 2012).

A respeito da atividade turística na cidade, esta adquire maior relevância no final do século XX, pois antes disso a cidade “não passava de um punhado de aglomerado de casas em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição” (VARGAS, ABE, ALVAREZ, WOELFFEL, ZAMBORLINI. 2007: 1096).

Guarapari surgiu das aldeias criadas pelos jesuítas, que vieram para o estado com o objetivo de catequizar os índios. Estes passaram a residir junto à igreja, e assim o aldeamento

foi crescendo, até que no século XVII foi elevada a vila, posteriormente emancipada à categoria de cidade no século XIX.

Existem poucos documentos referentes a esse momento da história. Corroborando tal informação, Cirino (2006:19) infere que “Poucas são as informações históricas do município, disponíveis atualmente”, o que já indica a pouca importância do município para o estado. Nesse sentido, a autora segue esclarecendo que os escritos encontrados na Biblioteca Municipal de Guarapari e na Universidade Federal do Espírito Santo revelam que, desde a fundação do município até o século XX, Guarapari teve pouca relevância no contexto histórico capixaba.

As atividades realizadas na cidade estavam ligadas aos recursos da natureza e, devido à proximidade ao mar, a população se dedicava à pesca e à agricultura familiar.

A população, de origem mais humilde, utilizava recursos do mar. Este fornecia para as donas de casa o sal que era coletado nas pedras e utilizado para tempero. Para limpeza dos seus utensílios domésticos, as cozinheiras recorriam à areia preta, abundante na região, dispensando o uso de materiais químicos. Além desse artifício, o peroá, peixe muito conhecido na região, tem na sua casca, após a seca ao sol, uma grande ferramenta utilizada na limpeza de panelas, servindo de lixa. À noite, na ausência de energia elétrica, as famílias mais pobres utilizavam lamparinas que eram acesas com óleo de peixe, embebecidas em uma mecha de algodão. Até a primeira metade do século passado, Guarapari apresentava-se como um vilarejo escondido em uma península. (CIRINO, 2006:20)

As areias monazíticas encontradas na cidade já chamavam a atenção desde o século XIX, quando empresas realizavam sua exploração para exportação. Contudo, foi a partir de estudos do médico Antônio da Silva Mello<sup>7</sup> sobre o poder terapêutico das areias, que Guarapari passou a atrair inúmeros turistas. Ao final do século XX, o fluxo de turistas em busca de tratamento medicinal e de lazer aumentou consideravelmente.

A partir dos dados históricos apresentados, fica evidente a importância do turismo para o desenvolvimento do município. Sendo assim, o trabalho se debruçará na discussão do turismo a partir da Geografia, mas antes disso apresentar-se-á dados importantes para compreensão da estrutura social, espacial e econômica da cidade atualmente. Dados imprescindíveis para desvelar a influência que esta atividade tem sobre a dinâmica socioespacial dos jovens guaraparienses.

---

<sup>7</sup> O médico escreveu um livro sobre o poder da areia monazítica no tratamento de diferentes tipos de artrites - MELLO, Antônio Silva. Guarapari, maravilha da natureza. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971.

Guarapari possui uma área de 594,487 quilômetros quadrados de extensão, é um dos maiores municípios em termos territoriais do Espírito Santo; Sendo constituído por três distritos, Sede – área próxima ao limite do mar, em que o nível de urbanização é maior e compreende a maior parte da população guarapariense –, Rio Calçado e Todos os Santos – regiões mais afastadas das áreas urbanizadas, dedicadas à atividade agrícola e com pouca densidade demográfica, como apresenta o mapa abaixo:



Figura 4: Limites Administrativos – Guarapari.  
Fonte: Instituto Jones dos Santos.

Em relação à economia, através de dados do IBGE, fica claro a dependência da cidade do setor de serviços, englobando administração, saúde e educação públicas. A renda gerada em 2014 pela atividade agropecuária foi de 42.513 reais, o setor industrial gerou 242.750

reais, já o de serviços 1.000.171 reais, evidenciando a expressividade do serviço para economia local.

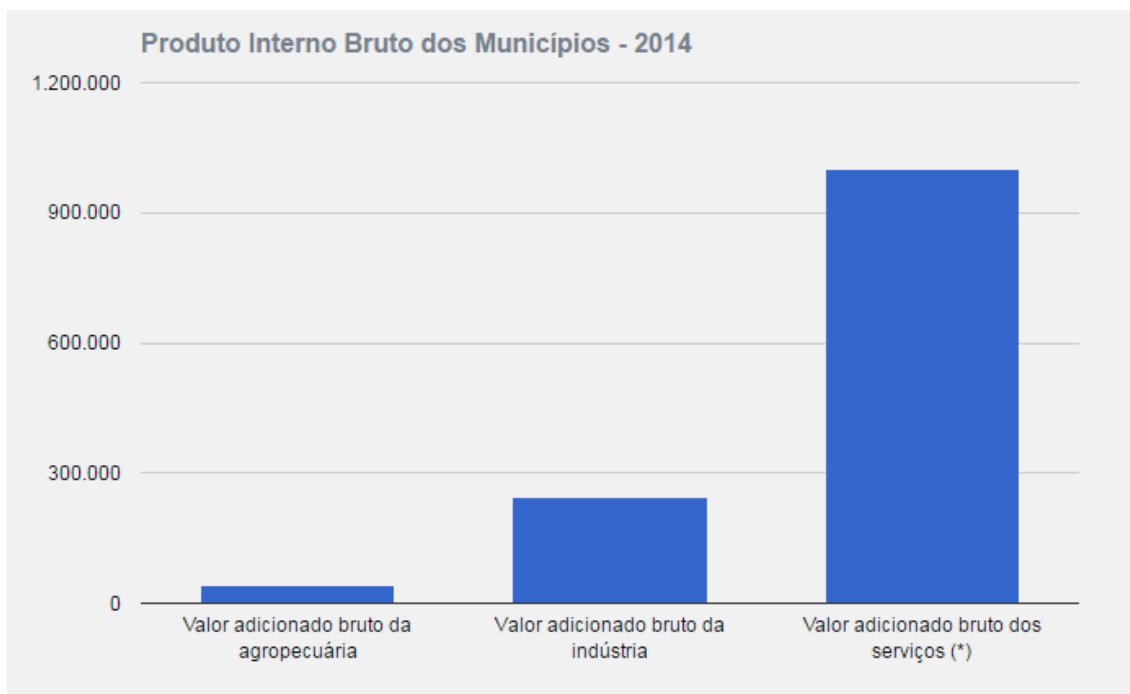


Gráfico 1: Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014 – Guarapari.  
Fonte: IBGE – Cidades.

Com auxílio de dados apresentados pelo IBGE e com análises feitas pela autora Mariana Rodrigues Pires, buscar-se-á esmiuçar o gráfico, para que se possa compreender de forma mais clara o que esses dados representam. No ano de 2014, o setor de construção representava 253 empresas, enquanto os empreendimentos dedicados à compra, à venda e ao aluguel de imóveis eram 52. O setor de varejo - supermercados, lojas de roupas e utensílios domésticos, farmácias etc. contavam com um total de 1.474 unidades. O ramo de hotelaria apresentava 91 empresas cadastradas e o alimentício 376. Nos serviços ligados ao lazer – casas de show, parques temáticos, entre outros – foi identificado um montante de 54 empresas destinadas a esse fim.

Esses números revelam o impacto e a dependência do turismo para com a economia urbana, pois todas as atividades apresentadas acima visam a atender não só a população local, mas também as pessoas que vêm de outras localidades para a cidade em busca de lazer e descanso. Alguns dos serviços apresentados só funcionam em alta temporada, ou seja, no verão, época de maior movimentação turística na cidade, outros se organizam durante todo o ano para dar ênfase as atividades no verão.

Isso impacta também o mercado de trabalho, propagando os trabalhos sazonais e informais, precarizando as relações trabalhistas.

Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de formalidade do mercado de trabalho no Estado passou de 24,7% para 46,6%, com crescimento acumulado de 144,6%. O grau de formalidade do mercado de trabalho em Guarapari passou de 25,5% para 48,8%, com crescimento acumulado de 155,2% – maior que a média estadual, entretanto, mais de 50% dos empregos gerados ainda são informais e, por extensão, sazonais e precários (PIRES, 2016:110).

Os jovens são uns dos mais afetados por esse tipo de trabalho, pois aproveitam o verão para conseguirem empregos temporários, sobretudo os jovens com menor poder aquisitivo. Estes veem esse período do ano como uma oportunidade para conquistarem uma renda extra, que muitas vezes auxilia a família.

Há um esforço por parte da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Guarapari em acompanhar a atividade turística na cidade, visando a uma possível melhora na infraestrutura para atender os turistas. Isso devido a magnitude que tal atividade apresenta para o município.

No verão de 2016 foi realizada uma coleta de dados nas praias da cidade e na rodoviária, a fim de traçar o perfil dos visitantes e a avaliação que faziam de Guarapari. Nota-se que não existe uma preocupação em levantar dados a respeito da população local que sobrevive dessa atividade.

Em relação ao perfil dos turistas que visitam Guarapari, tem-se, no que se refere à renda, a maioria dos turistas entrevistados nas praias do centro, na Praia do Morro e na praia de Meaípe afirmando receber de 2 a 5 salários mínimos. Na praia de Setiba e na rodoviária, a maioria dos entrevistados possuem renda até 2 salários mínimos. Em relação à idade, a maior parte dos turistas que frequentam as praias do centro e a Praia do Morro encontram-se na faixa etária de 46 a 60 anos representando 29% e 28% respectivamente. Entre os entrevistados na praia de Meaípe, 46% estão entre 21 a 35 anos, na praia de Setiba 50% estão nessa faixa etária e na rodoviária 32%. Percebe-se com os dados apresentados que a população que visita Guarapari é bem diversa no que se refere a renda e a idade.

Quanto ao local de origem dos turistas, a maior parte advém dos estados da Região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), entretanto, em menor quantidade, têm-se turistas vindos de todas as regiões brasileiras, conforme ilustra a tabela abaixo:

Estados	Praias do Centro	Praia do Morro	Praia de Meaípe	Praia de Setiba	Rodoviária
Minas Gerais	31%	63%	28%	36%	24%
Espirito Santo	23%	11%	14%	24%	4%
Rio de Janeiro	22%	16%	20%	14%	44%
São Paulo	18%	5%	16%	6%	26%
Bahia	2%	0%	8%	6%	0%
Maranhão	4%	0%	0%	0%	0%
Amazonas	0%	0%	0%	4%	0%
Goiás	0%	5%	2%	2%	0%
Brasília	0%	0%	10%	6%	0%
Rio Grande do Sul	0%	0%	2%	0%	2%

Tabela 2: Estado de origem dos turistas de Guarapari – 2016.  
Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, 2016.

Do motivo da visita à cidade, a maior parte dos entrevistados afirmaram ser pela atividade turística, em todas as regiões pesquisadas. Posteriormente aparece como motivação a presença de familiares na cidade e, por último, com números inexpressíveis, alguns entrevistados foram à cidade por conta de negócios.

Alguns aspectos da cidade foram avaliados pelos turistas entrevistados e para a análise desses dados realizou-se uma média aritmética dos dados coletados nos diferentes pontos. A tabela que se segue apresenta a distribuição das informações:

	Alimentação	Comércio	Hospedagem	Informações turísticas	Segurança	Trânsito
Ótimo	33,60%	15,40%	30,20%	31,20%	14,00%	36,00%
Bom	55,60%	65,80%	44,00%	46,20%	63,60%	41,60%
Ruim	3,80%	4,60%	2,00%	17,00%	18,80%	50,80%

Tabela 3: Avaliação da infraestrutura de Guarapari – 2016.  
Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Guarapari – 2016.

No que tange aos serviços privados de alimentação, comércio e hospedagem, os turistas encontram-se satisfeitos com a estrutura presente na cidade; já no diz respeito aos serviços públicos de informações turísticas, segurança e trânsito, o nível de contentamento não é tão alto, sobretudo em relação ao trânsito, em que 50,8% dos entrevistados acham-no ruim.

Apresentada as características de Guarapari e a relevância do turismo para a cidade, buscar-se-á compreender essa atividade a partir de contribuições geográficas. O turismo, no sistema capitalista, adquire uma importância crescente devido ao tempo de lazer se opor ao

tempo de trabalho. Lefebvre (1973:97) afirma tal importância pelo fato de que “o lazer permite a recuperação da força de trabalho”.

O lazer se consolida a partir das conquistas trabalhistas que garantem o direito de descanso após a jornada de trabalho. No entanto, o turismo se complexifica na atualidade, sendo responsável por (re)configurações espaciais na busca de, cada vez mais, atrair turistas.

A geógrafa Rita de Cássia Ariza da Cruz afirma ainda que sobre a atividade turística,

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, o “mundo do turismo” não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos. O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade (CRUZ, 2006:338).

O turismo é então uma prática social na qual o principal protagonista é o sujeito que está praticando essa atividade, em que o espaço se torna seu objeto de consumo central. Para tanto, as cidades organizam seu arranjo espacial de forma a atender às necessidades dos turistas e, por ser uma prática social, logo, histórica, há diferenças desta atividade ao longo dos anos.

Silva e Kemp realizaram um estudo que evidencia essa evolução do turismo, auxiliando na compreensão das transformações dessa atividade ao longo dos séculos. De acordo com os autores, “O homem já viajava em tempos remotos para visitar lugares diferentes, comercializar seus produtos, participar de encontros religiosos e até para cuidar de sua saúde” (SILVA e KEMP, 2008).

Em relação ao início dessa atividade, não há um acordo entre os autores, pois alguns afirmam que os primeiros turistas foram os fenícios que viajavam para realizar atividades comerciais, outros dizem que foi na Grécia antiga que o turismo se iniciou, onde a população viajava para ver os jogos olímpicos. Ainda há autores que consideram que essa atividade começou em tempos muito mais remotos.

Durante o Império Romano, as viagens tomaram maiores proporções, construindo-se muitas estradas que possibilitaram os homens livres fazerem viagens em busca de lazer, descanso e comércio. Com a queda do Império Romano, ocorre um recuo dessa atividade, pois a sociedade feudal contava com a autossuficiência dos feudos. As viagens que eram realizadas nesta época tinham cunho religioso, visando a expandir o cristianismo.

O primeiro roteiro turístico religioso registrado organizou a viagem da França até a tumba de Santiago de Compostela. Nesse mesmo período, foram organizadas expedições religiosas e militares rumo a Jerusalém, com o objetivo de libertá-la do domínio muçulmano.

Já no Renascimento, com a ascensão da atividade comercial, as viagens adquiriram grande importância, sobretudo com o intuito cultural. Silva e Kempe (2008) ilustram tal afirmativa no trecho abaixo

Viajar passou a ser uma ambição cultural, uma oportunidade para acumular conhecimentos, aprender línguas e desfrutar aventuras, e essas viagens eram realizadas principalmente pela nobreza masculina e pelo clero. Nesse período, Florença e Roma despontaram como destinos culturais (SILVA E KEMPE, 2008:).

Na Sociedade Industrial, o turismo assume a finalidade de desfrutar o tempo livre, buscando recompor a classe trabalhadora, tanto fisicamente como psicologicamente.

Na sociedade contemporânea, o turismo passa a ser entendido como um fenômeno social. Barreto (2000) conceitua essa atividade como uma prática que se expressa pelo deslocamento voluntário e temporário de um indivíduo ou de um grupo em busca de recreação, descanso, cultura. Através de deslocamento de pessoas, do seu local de residência habitual, geram-se diversas relações interpessoais de importância social, econômica e cultural.

Até meados do século XX, a atividade turística era realizada a partir de infraestruturas já existentes no local. Somente com sua massificação as cidades passam a se reordenar e se reorganizar com a finalidade de melhorar seu poder de atração. O turismo na sociedade de consumo, mesmo sendo um momento apostado ao trabalho, enquadra-se nas leis do mercado. Pires (2016) busca esclarecer essa relação contraditória, ao afirmar que

Como ressaltado, o turismo é uma atividade que transparece toda a sua complexidade e contradição já que se trata, ao mesmo tempo, de uma atividade econômica e produtiva – e como tal sujeita à lógica do sistema capitalista – e de uma prática social, cujo principal *protagonista* é o turista. Inserido em uma lógica econômica e produtiva, a necessidade ampliada de intervenção espacial é causa e consequência do turismo. Para que a atividade possa acontecer, torna-se importante a criação e a manutenção de um sistema de objetos que estão relacionados ao deslocamento, à hospedagem, à alimentação, à recreação e ao entretenimento, aos bens de consumo de um modo geral. (PIRES, 2016:77)

Apesar do turismo se apresentar como uma atividade de lazer, descanso, ou com finalidade cultural, por parte dos turistas, o mesmo envolve uma série de agentes que estruturam o espaço com o objetivo de obter renda dessa atividade, daí a contradição do turismo na sociedade moderna. Cruz (2005) atenta ainda para o fato dos diferentes sujeitos



sociais, tais como a população local, os turistas, os agentes de mercado, os poderes públicos, terem essas perspectivas diversas, ou mesmo opostas.

Mas a mobilidade da classe trabalhadora se faz necessária ao processo de acumulação de capital, por ser um momento em que o trabalhador está em descanso de sua rotina laboral, recompondo-se, e por gerar renda através do consumo de espaços destinados a tal atividade, conformando-se de acordo com as regras e interesses do capital.

A atividade turística acaba por produzir espaços destinados a esse tipo de consumo, através da “construção” de atrativos e serviços turísticos, como serviço de locomoção, hospedagem, alimentação, além da promoção das belezas local, sejam elas naturais ou culturais através propagandas veiculadas pela mídia.

O Estado e os agentes imobiliários têm fundamental importância nesse processo. É o Estado, muitas vezes por pressão das construtoras, que seleciona e organiza os espaços destinados à atividade turística, fornecendo toda infraestrutura necessária ao desenvolvimento dessa atividade. Os agentes imobiliários ficam responsáveis por construir empreendimentos designados aos turistas, valorizando certas áreas da cidade. Isto porque o turismo moderno busca o conforto, o contato com a natureza e o lazer, através do consumo, acentuando o valor de troca do espaço.

À vista disso, o que o Estado e os agentes imobiliários promovem na cidade é uma forte especulação do valor do solo. Santos desvela esse processo afirmando que

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural: e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas, criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas mais privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhe parece mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que inclui a moda. (SANTOS, 2008:106)

Em virtude destas questões, a população local fica refém desse processo de valorização de espaços pela cidade e, sem poder arcar com os altos custos que os beneficiamentos geram no solo urbano, vê-se obrigada a ocupar áreas menos valorizadas, ou seja, áreas periféricas que não recebem a devida atenção do poder público.

Apesar da dependência econômica de Guarapari à atividade turística, esta traz uma série de problemas para a população local. Sendo os jovens das classes menos abastadas uma

parcela extremamente atingida por esse processo, não tendo acesso às áreas beneficiadas da cidade, habitando bairros distantes do centro e se tornando dependentes da atividade turística, durante o verão, para conseguirem um emprego temporário.

### 3. COMPREENDENDO A CATEGORIA JUVENTUDE A PARTIR DE SUAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS

Ao longo da graduação da autora desta dissertação, a discussão sobre juventude se fez presente a partir da participação como bolsista de iniciação científica do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado pela professora doutora Clarice Cassab. Ao longo de três anos, debruçamo-nos sobre a temática, no intuito de compreender o jovem como um sujeito ativo na sociedade. Para tanto, diversas pesquisas foram realizadas, evidenciando o jovem como produto e produtor do espaço.

Por ser o jovem o sujeito que norteia toda a dissertação, buscar-se-á apresentar a construção da categoria juventude ao longo da história até alcançarmos a sociedade contemporânea.

Em um trabalho apresentado durante o II Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação, cujo título é “Uma breve discussão sobre a categoria juventude a partir de sua dimensão espacial” (REZENDE, 2016), realizou-se uma breve explanação sobre a juventude nas diferentes sociedades. Alicerçado neste trabalho se desenvolverá a discussão sobre essa categoria.

#### 3.1 DA PERSPECTIVA HISTÓRICA ÀS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS ACERCA DA CATEGORIA JUVENTUDE

Faz-se necessário compreender que a juventude é uma representação simbólica, na qual os grupos sociais e os próprios jovens criam-na para justificar uma série de comportamentos e atitudes. Isto posto, é possível afirmar que, ao longo da história, constroem-se diferentes concepções e abordagens no que tange a definição de juventude.

A noção de juventude na contemporaneidade é fruto do processo histórico dessa sociedade que se organiza pela estratificação da vida em faixas etárias, o que Groppo define como “cronologização do curso da vida” (2000:12). As características da sociedade moderna, como as metamorfoses da percepção do lazer, consumo, política, relações cotidianas, vão conformando as vivências e concepções de juventude.

Nas sociedades anteriores, todas essas dimensões também influenciavam diretamente a ideia de juventude. Para tanto, analisar-se-á as transformações do sentido de juventude nas

sociedades passadas, a fim de entender os caminhos que levaram à construção da juventude como categoria.

Pais (2009) afirma que nas sociedades anteriores, existiam ritos de passagem que demarcavam a transição do jovem para idade adulta, contudo, a ideia de juventude só veio a ser construída na sociedade moderna.

O curso da vida sempre se apresentou segmentado em fases, em que há idade limites para a transição de uma fase para outra, porém o problema que atravessa essa questão é como estabelecer esses limites, sabendo que subsiste uma grande variação na fronteira.

Na sociedade romana, além da questão limítrofe entre juventude e a vida adulta existia também a diferenciação de gênero e classe social. A menina, aos doze anos de idade era entregue ao casamento, transpondo diretamente da infância para a vida adulta. O menino pecunioso podia dar continuidade aos estudos, permitindo-se a ele gozar da juventude, sendo esta considerada o momento de transição das atividades infantis e as responsabilidades da vida adulta, realizando atividades que o agradava.

Essa etapa da vida do menino romano era marcada pela troca de uma peça da sua vestimenta, simbolizando um rito de passagem da infância para a juventude. Nesse momento, o menino se tornava um cidadão livre e detentor de plenos direitos.

A juventude era considerada uma fase de preparação para se tornar adulto. À vista disso, o jovem participava da vida pública e política juntamente com os adultos. Nesta época, quem decidia se o jovem já estava na fase de usar as vestimentas de adulto era o pai, podendo estender a juventude. Cassab (2011:148) aponta que nesta época não existiam instituições reguladoras que definiam a maior idade, ficando a cargo da família definir o momento em que o jovem se tornava adulto.

Por ser entendida como uma fase de transição, de preparação para o mundo adulto, os jovens necessitavam de controle que guiasse suas ações e regulamentasse os espaços destinados a eles. A juventude era encarada como uma fase perigosa às normas vigentes. Desta forma o ato de casar cedo era visto como um sinal de uma juventude não depravada.

Na idade média, a concepção de juventude era bem diferente da Romana, não sendo uniforme por todo o mundo feudal. Uma das formas de classificação da vida é baseada na idade em que “a *adulescentia* correspondia ao período dos 14 aos 21 anos, a *juventus*, dos 21 aos 35 anos” (Cassab 2011:149). Neste momento, a maior idade e os critérios que passam a demarcar a juventude se tornam morais. Essa fase da vida era vista como um momento de liberdade que se encerrava a partir do casamento.

Apesar de a juventude ser entendida de forma diferente nas duas sociedades apresentadas, o que aparece em comum é a juventude ser associada à desordem, como o momento em que se subverte as ordens sociais e a moral, por isso a necessidade de ser vigiada e disciplinada por toda sociedade, até o casamento.

Já na sociedade capitalista, com o advento da industrialização, tem-se uma cisão entre o jovem burguês e o jovem proletário. Os filhos de trabalhador eram inseridos precocemente no mundo do trabalho, adquirindo responsabilidades da vida adulta. Para os jovens burgueses essa fase da vida era vista como uma etapa de amadurecimento. Isentando-os da atividade laboral para que pudessem se preparar para a vida adulta, dedicando-se aos estudos, a fim de aprenderem uma profissão condizente ao seu *status* social.

A instituição educacional ganha grande importância neste momento, conforme Groppo (2000) evidencia,

A criança e, em seguida, o jovem são submetidos a esta instituição que os isola do convívio promíscuo com os adultos, marca neles uma condição diferenciada (que justifica seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submete o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição) (GROPPO, 2000:57).

A escola isola o jovem do convívio com os adultos, disciplinando-o e controlando seu tempo. É ela também a responsável por ensinar os valores dessa sociedade, para que a mesma tenha condições de se reproduzir.

É a partir da institucionalização da juventude que essa fase da vida passa a ser encarada como tendo sua própria maneira de se relacionar, de viver, tendo gostos específicos e direitos reconhecidos. Entretanto, a associação da juventude à periculosidade e à transgressão se mantêm. Groppo (2000:58) afirma que a ciência moderna contribuiu para o entendimento da juventude como perversão, momento propício a contrair doenças do corpo e da mente, como perversão sexual, preguiça, delinquência, uso de entorpecentes, corroborando com o isolamento e vigilância dos indivíduos jovens.

No decorrer do progresso científico forjou-se a noção de juventude em diferentes ciências, todavia mantendo um diálogo entre elas. No que diz respeito à medicina, tem-se a criação da concepção de puberdade – refere-se ao momento de transformações biológicas no corpo do indivíduo que deixa de ser criança. Em relação à psicologia e a pedagogia formulou-se a adolescência – fase esta da vida relacionada a mudanças na personalidade e no comportamento do jovem que está amadurecendo e se tornando adulto. Por último, considera-

se o tratamento que a sociologia traz a ideia de juventude, como um período interstício entre as funções sociais da infância e as de adulto.

Em meio a essas diversas abordagens a respeito da juventude, é que se forma o imaginário social, tratando a adolescência como uma fase de preparação psicossocial para a idade adulta e para a vida em sociedade. A preparação se daria mediante a conflitos com a ordem adulta, distúrbios psíquicos, imprevisibilidade, impulsos agressivos devido a mudanças hormonais, sustentando a necessidade de vigilância e disciplinarização dos jovens.

Na sociedade moderna, pautada na racionalização, foi necessário estabelecer critérios gerais, objetivos e científicos que organizassem a vida em etapas, a fim de racionalizar também a vida social, possibilitando a manutenção e reprodução de tal sociedade.

A princípio, a noção de juventude era estabelecida predominantemente pelas práticas e discursos de instituições oficiais, visando ao controle e à proteção do indivíduo em formação. Posteriormente, fundamentos científicos foram incorporados a essa definição, fracionando os estágios da vida para a aplicação de projetos sociais disciplinadores, o que poderia propiciar um acompanhamento dos jovens que estão se formando fisicamente, socialmente, culturalmente e politicamente para se estabelecerem como adultos bem adaptados à sociedade.

No que tange as questões jurídicas, a sociedade moderna se baseia na igualdade dos indivíduos perante a lei e o Estado. Assim sendo, a “cronologização do curso da vida” (GROPPO, 2000:12) se apresenta como uma forma de garantir os direitos de cada faixa etária, reconhecendo a juventude como um direito humano. Período em que o indivíduo não deve ter responsabilidades de adulto e ao mesmo tempo deve lhe ser garantido acesso a instituições de formação.

Feita a explanação sobre a juventude ao longo da história, com ênfase na sociedade moderna, é possível identificar que, nos diferentes períodos apresentados, a juventude sempre foi associada a um momento de transição, de subversão à ordem. Isto posto, reafirma-se a ideia do jovem ligado ao futuro, ao vir a ser, necessitando portanto de supervisão para não se desviar do caminho esperado pela sociedade. O que difere na modernidade é o reconhecimento da juventude, a partir da ciência, como um direito humano.

Atentar-se-á agora a questão da juventude no Brasil, com auxílio do trabalho desenvolvido pela autora Clarice Cassab (2010). A mesma afirma que somente no século XIX houve uma real distinção entre os jovens e os adultos. Anteriormente, no período colonial, a vida se dividia entre infância e vida adulta, pois ao atingir a puberdade assumia-se uma

postura de adulto. Pais (2009) corrobora a afirmativa esclarecendo que o indivíduo jovem procurava parecer adulto, através das vestes, linguagem, antecipando a velhice.

Conforme supracitado, o progresso na ciência é o grande responsável por uma mudança na compreensão de família e das faixas etárias da vida, sobretudo a medicina. Desenvolve-se a concepção da diferenciação das etapas da vida, sendo o jovem diferente tanto da criança, quanto do adulto. Tem-se então a preocupação com o desenvolvimento do jovem, deixando a responsabilidade de educá-lo e discipliná-lo para a escola.

A instituição escolar se apresenta como o lugar da preparação para a vida adulta, ao mesmo tempo em que tem por finalidade conter os impulsos juvenis. A educação adquire o caráter de controle da indisciplina e ao ataque à moral. No Brasil, não diferente do restante do mundo, a educação escolar tinha um claro recorte de classes. Ao filho do trabalhador era destinada uma educação profissionalizante, para adentrar rapidamente ao mercado de trabalho, enquanto ao filho do burguês a educação se prolongava a uma formação acadêmica.

A profissionalização do jovem pobre objetivava ensinar uma profissão com baixa qualificação, mas que lhe permitisse ganhar a vida de forma independente. O jovem mais abastado tinha acesso a várias disciplinas e, às vezes, até mesmo a uma formação universitária fora do país, garantindo-lhe boa qualificação para adentrar ao mercado de trabalho com salário mais elevado.

A distinção de classes que perpassava a juventude se baseava em verdades científicas, nas quais era enxergado na pobreza um problema social, associando-a aos vícios da sociedade. Desta forma, os jovens descendentes de famílias ricas tenderiam a desenvolver características positivas, já os descendentes de famílias desprestigiadas tenderiam a atitudes imorais e aos vícios.

Formulou-se no imaginário social o atrelamento do jovem pobre com uma figura perigosa e ameaçadora devido a suas tendências criminosas. Mesmo se o jovem não se envolvesse com nenhuma atividade ilegal, a sociedade via neste um potencial infrator.

Com base nessa concepção de ligação entre pobreza e violência, o Estado brasileiro passou a se preocupar com a juventude pobre. Não sendo mais apenas um encargo da família, a questão juvenil passou a ser também um problema do Estado, que por meio de legislações específicas desenvolveu formas de controlá-la. “É o que expressam o Código Criminal de 1830, o Código Penal de 1890, o primeiro Código de Menores de 1927 e o segundo Código de Menores de 1979” (CASSAB 2010:44).

Não mudou muito a maneira que o Estado e a sociedade brasileira encaram a juventude. Alguns avanços se deram a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente

Instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e publicado no Diário Oficial de 16 de julho de 1990, está em vigor no Brasil, desde 14 de outubro daquele mesmo ano o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. É fruto de laborioso empenho de minoristas consagrados e de abnegadas pessoas e entidades, integrantes ou não do Fórum DCA – Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que logrou inserir na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 e gênese da nova política de atendimento do então chamado “menor”.

O ECA, com 267 artigos (divididos em dois livros: Livro I – Parte Geral, com três Títulos e Livro II – Parte Especial com sete Títulos, revogou as Leis nºs. 4.513, de 1964 (que definia a “política nacional de bem-estar do menor”) e 6.697/79 (Código de Menores de 1979), sustenta-se em duas bases principais, a saber: a) concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direito e não como “objetos de medidas jurídicas”; e, b) sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Repudiou os termos “menor”, porque abrangia pessoas em diferentes fases do desenvolvimento e assim requisitando tratamento específico, e “situação irregular”, porque é considerado anticientífico (MOTA JÚNIOR, 2001:148).

Apesar das mudanças apresentadas pelo Estatuto, o Estado se faz presente muito mais aos jovens com boas condições financeiras do que aos jovens que realmente necessitam de auxílio. Estes acabam se enquadrando nos espaços que a sociedade destina a eles, muitas vezes tendo seus direitos básicos negados.

Após o breve panorama apresentado sobre a juventude ao longo da história, é possível estabelecer que a “multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural. Tem como base experiências socioculturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas etárias” (GROPPO 2000:19).

O processo civilizatório da sociedade moderna, que buscou racionalizar o curso da vida, apresenta três definições principais acerca da juventude: o recorte etário de 15 a 24 anos, baseado na Organização Mundial da Saúde; a juventude como fase de transição da infância para o mundo adulto; e a juventude associada ao futuro, negando o presente ao sujeito jovem.

A despeito da juventude, mostra-se necessário ir além, desmistificá-la como algo natural, visto que a mesma é uma categoria socialmente construída. Não se trata apenas de limites etários, mas sim de representações simbólicas e relações sociais. É uma categoria plural e múltipla, existindo jovens com características, comportamentos e sentimentos diversos, que mudam de acordo com a classe social, etnia, nacionalidade, gênero, contexto histórico. Zárate (2015) afirma que



La juventud es en sí misma un colectivo heterogéneo y está atravesada por diferentes identidades[...] Estas identidades condicionan su forma de vivir la ciudad, restringiendo o permitiendo su acceso a ella (ZÁRATE, 2015:1).

A autora, em consonância com outros pesquisadores, retrata a heterogeneidade presente na juventude. Diferentes vivências espaciais, experiências cotidianas construídas na cidade influenciam a construção do jovem.

Pires (2013) infere que ser jovem está ligado a uma condição, a um momento de escolhas e definições de projetos de vida. Está atrelado também a uma fase da vida em que se busca viver de maneira intensa cada instante, de ter liberdade perante a família, descobrindo e despertando sonhos, construindo amizades. No entanto, essa maior liberdade advinda da juventude vem acompanhada de responsabilidades, do planejamento de um futuro pessoal e profissional.

Por isso, torna-se necessário entender o jovem com base em seus contextos cotidianos – conforme trabalhado no capítulo 1, a escala do cotidiano permite perceber as apropriações e transformações que os jovens constroem no e com o espaço - pois é no exercício de suas atividades diárias que este constrói “formas sociais e espaciais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de ação” (BENTO, 2015:37). Os jovens são indivíduos com histórias próprias, detentores de desejos e sentidos, que são criados a partir de suas interpretações do mundo, de suas experiências de vidas.

Filho de densas trajetórias sociais e históricas, mas herdeiro também de conquistas nos planos dos direitos, a sua participação no mundo é tensionada pelo chamamento ao consumo, pela ameaça da violência simbólica e pela dificuldade em estruturar o ego e suas condições de reprodução da vida, como também por uma maior autonomia relativa à visão de mundo, à construção de sua corporeidade etc. (CHAVEIRO, 2011:181)

Todas as questões sociais perpassam a juventude, como Chaveiro chama a atenção. Além dos argumentos supracitados, componentes como concentração de renda, diferenças de classes, atravessam os modos de inserção da juventude na cidade. Ocorre uma diferenciação na capacidade de apropriação de componentes sociais que lhes permitem ou não tecer possibilidades.

Para tanto, é necessário compreender que as fases da vida não são meramente suprimidas umas pelas outras. Os aprendizados construídos na infância não são superados pela juventude, assim como os aprendizados da juventude não serão superados na fase adulta. Assume-se que cada etapa tem seus princípios formativos, que serão levados por toda a vida.

Isto posto, reitera-se a assertiva de que a juventude não pode ser tratada como um momento da vida que se encerra com a incursão no mundo adulto.

Desse modo, juventude não se reduz a uma passagem, mas tem uma dimensão formativa, para além daquela recebida por uma educação formal e pelas estratégias de socialização em quadros institucionais, que remetem aquelas experiências vividas entre os próprios jovens (TURRA NETO, 2015:125).

Ao contrário das formas de compreensão de juventude presentes ao longo da história, não se pode negar o presente ao jovem. A juventude não é apenas um momento de formação para a vida adulta, o jovem é um sujeito social, portador de sentimentos, direitos, obrigações, tanto quanto os sujeitos de qualquer outra faixa etária.

São eles sujeitos que interpretam o mundo e lhe conferem significados. Constroem sentidos a posição que ocupam na sociedade, possuindo demandas e necessidades particulares. Apresentam formas de agir e pensar sobre suas condições e experiências de vida, posicionando-se perante ela.

Nécio Turra Neto esclarece a relevância de conferir à juventude o seu papel social, afirmando que o entendimento dessa etapa da vida como transitoriedade sem valor em si mesma, acaba por ignorar “O tempo presente, aquele da experimentação, da vivência da condição juvenil em ato, no tempo livre, onde se possa desenvolver e praticar uma cultura juvenil” (TURRA NETO, 2015:131).

O autor continua elucidando agora a importância conferida ao espaço na construção da vivência do jovem. Segundo o mesmo na

Dimensão de tempo – o presente -, o espaço é fator primordial, pois dele dependem a natureza e a qualidade das interações que são, numa relação dialética, produto e produtoras do espaço da própria interação, mas que também são tributárias de uma materialidade que pesa fortemente sobre elas e que oferece certo campo de possibilidades (TURRA NETO, 2015:131).

Cabe então à geografia se debruçar sobre a categoria juventude a partir de sua dimensão espacial, uma vez que esta, assim como as outras dimensões da sociedade, faz parte da constituição do jovem.

O espaço se apresenta como obra e produto das relações sociais e materialização da acumulação do trabalho humano ao longo do tempo sem, no entanto, ser imutável, uma vez que as ações dos sujeitos estão sempre transformando e, nesse processo, os próprios sujeitos se transformam e se constroem.

A cidade, dentro do contexto espacial, revela-se como o lugar predicado à expressão e à significação da vida cotidiana, permitindo a sociabilidade e a copresença de diferentes grupos sociais que nela vivem e atuam. É o lócus das atividades sociais que se apresentam em conformidade a um conjunto de regras, estruturas e funções estabelecidas historicamente.

Assim, a análise da cidade requer o estudo articulado do espaço e do tempo, da estrutura e da fundação, do conteúdo e das formas espaciais, das divisões e relações entre objetos espacialmente distribuídos, dos fenômenos urbanos e da vida cotidiana. [...] desvelar a realidade urbana passa, necessariamente, por um entendimento mais pormenorizado dos lugares, das paisagens e dos territórios que compõem a cidade. Isso porque essas categorias geográficas trazem as marcas das contradições que permeiam a vida cotidiana, do movimento das relações sociais e da relação sociedade-natureza, do modo de vida das pessoas que vivem ou viveram nesse lugar em determinado tempo histórico, e dos agentes e sujeitos que atuaram e continuam atuando na produção/reprodução/apropriação do espaço urbano (PIRES, 2015:166).

Torna-se imprescindível ponderar a respeito da produção do espaço no que tange a discussão de juventude, uma vez que, conforme Pires afirma, os sujeitos e objetos interagem no espaço, construindo-o e transformando-o. Vários são os agentes presentes no espaço urbano que, em uma relação de tensionamento, disputam a produção deste. Apresentados anteriormente, cabe aqui resgatá-los. São eles: os proprietários dos meios de produção e fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais, com interesses e propósitos diferentes, os quais, para alguns, o espaço urbano representa a reprodução do capital e, para outros, o lugar da reprodução da vida.

Destarte, a configuração da cidade deve ser desvelada para que, assim, possa-se apreender o papel de cada grupo social e o que se destina aos jovens, sem, no entanto, esquecer que as juventudes são muitas, logo, dentro da própria cidade, os diferentes jovens têm poder de atuação, acessos e possibilidades distintas.

Por ser a cidade uma construção social, a produção do seu espaço será reflexo da organização da sociedade vigente. Uma vez que o capital dita as regras da modernidade, o espaço urbano se conformará de modo a sobrepor o valor de troca ao valor de uso. O espaço é então vendido como uma mercadoria rara e, por isso, cara, restringindo seu acesso à pequena parcela da população que pode pagar por ele.

Contudo, o valor de troca só existe por ser o espaço um valor de uso, pois é nele que os indivíduos reproduzem sua vida, sobre o viés do capital. Este, por sua vez, determina o uso e os modos de apropriação que se darão na cidade, definindo expressivas distinções quanto ao acesso e destinando porções do espaço diferentes para cada classe social.

Mesmo sendo a cidade produzida por todos, seu uso não é permitido igualmente, apresentando uma clara contrariedade entre sua produção e sua apropriação.

No plano do uso do espaço citadino, este se dá na capacidade dos jovens em decifrá-lo, em compreender seus códigos. É através desse uso que a cidade se apresenta como um elemento constituinte das formas, práticas e dos projetos de vida desses jovens. Ela é o lugar que possibilita o encontro, a convivência com o outro, com as diferenças, apresentando-os novos caminhos.

Cassab (2015) contribui para o entendimento da importância dos trajetos dos jovens na e pela cidade

São nas cidades reais que os jovens vão determinando suas estratégias, seus projetos, seus sonhos e se constituindo como sujeitos, também, espacialmente definido. Por suas trajetórias habitacionais, seus percursos ocupacionais, seus deslocamentos cotidianos nos circuitos que articulam trabalho, moradia, lazer e serviços, que eles também vão delineando sua condição juvenil e sua forma de visibilidade e/ou invisibilidade na cena pública. (CASSAB, 2015:154)

Suas andanças, os lugares que frequentam, as escolhas que fazem durante os percursos são influenciados pela maneira como a cidade se organiza, no entanto, nesse processo, resignificam e transformam os espaços pelo uso. Assim, os caminhos e as paradas são significativos, ao passo que revela as formas particulares dos jovens em viver a cidade.

A casa então apresenta grande importância por ser o ponto de partida desses trajetos pela cidade. Ao deixar o ambiente familiar, o primeiro lugar a que os jovens têm contato é o bairro, e a partir da realidade deste ambiente vão se construindo enquanto indivíduos para então iniciarem seus percursos na cidade.

Quando os caminhos se restringem apenas ao próprio bairro, ou a lugares que apresentam a mesma condição social, o convívio com o outro, com o diferente não acontece. Isso limita as experiências e encurta as possibilidades. Em razão da organização da cidade se dar pela lógica do capital, acaba-se por inibir o traslado dos jovens por lugares que não possuem as mesmas características, às vezes pelo medo da violência, pelo desconforto por não fazer parte daquela realidade, impedimentos simbólicos ou até mesmo físicos.

Os jovens das camadas populares sofrem de forma mais expressiva com essas amarras sociais, convivem apenas com a realidade que estão acostumados e, muitas vezes, não conseguem se projetar no futuro.

Para os jovens das camadas populares, o futuro é mais incerto, o campo de possibilidades de elaborar projetos é mais limitado e, muitas vezes, passa pelo trabalho a garantia da própria continuidade dos estudos. Ao elaborarem para si

projetos de ascensão social, muitas vezes, organizam o presente em função do futuro que, arduamente, estão preparando. Outros, contudo, diante das incertezas, optam por mergulharem no presente e viverem a juventude possível com seus poucos recursos, participando de culturas juvenis em torno de estilos (TURRA NETO, 2015:129).

As dificuldades presentes na realidade dos jovens pobres acarretam em perdas, ou de um futuro, por terem que garantir a sobrevivência no presente, podendo até largar os estudos para se dedicarem à vida de trabalho, ou do presente, por dedicarem boa parte de seu tempo à busca de realizar seus projetos de ascensão social.

As duas alternativas apresentadas limitam esses jovens a viverem a realidade do bairro onde moram, e seus trajetos pela cidade se dão a partir do deslocamento para a escola ou para o trabalho. O espaço citadino se torna apenas um local de passagem coibindo a relação efetiva com o outro.

Algumas alternativas surgem em meio a toda dificuldade que influenciam na formação dos jovens, nas suas trajetórias e em seus projetos de vida. Na realização dos trabalhos de campo - este será esmiuçado no subcapítulo 3.3 - as Igrejas Protestantes surgiram como uma opção aos jovens entrevistados, ganhando grande importância na prática socioespacial destes. Em virtude da dimensão com que igreja aparece na vida desses jovens, tornou-se imprescindível uma breve discussão a respeito do seu papel na constituição da juventude que participa de alguma prática religiosa e sobretudo na vida dos sujeitos que participaram da pesquisa.

### 3.2. A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO E O PAPEL DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA JUVENTUDE CAPIXABA

As alterações na forma de produção do capital provocam profundas mudanças em todas as esferas da vida. No que se remete à produção, houve uma intensa flexibilização dos processos de trabalho e do próprio trabalhador, já em relação ao consumo, a obsolescência programada foi aplicada, enfatizando a efemeridade das mercadorias. Por último, a sociabilidade dos indivíduos preconizou valores individualistas, fomentando a competição para com o outro.

Tem-se um enfraquecimento da identidade coletiva, guiando as ações dos indivíduos de modo a se orientarem conforme seus interesses. A consequência dessa nova sociabilidade é um intenso sentimento de instabilidade e insegurança que permeia toda a sociedade, desgastando a confiança e o compromisso mútuo.

Essas mudanças ocorridas ao decorrer do sistema capitalista foram apresentadas anteriormente, entretanto compete recuperar a discussão para entendermos a dimensão que a igreja assume na sociedade contemporânea.

Despontado das contradições existentes no interior do sistema feudal<sup>8</sup>, o modo de produção capitalista, precisou transfigurar a estrutura social vigente, a fim de garantir sua implementação e reprodução. A partir disso, a consciência de sociedade e indivíduo sofreram alterações para que a livre competição pudesse imperar. A responsabilização com o outro e com a sociedade foi deixada de lado e naturalizou-se a ideia de indivíduo isolado, sendo assim a interação social passou a se dar pela esfera do consumo.

Ao se pensar em sociedade é impossível não se remeter aos indivíduos que a compõem, porém se torna necessário um esforço para compreender de que forma se dá essa relação entre sociedade e indivíduos, afinal a sociedade não é apenas a soma dos sujeitos que a constroem. Partindo desta afirmação buscou-se dialogar com autores que discutem essa temática, a fim de construir uma base teórica acerca dessa relação, tais como Norbert Elias, Antônio José Lopes Alves, Karl Marx, Zygmunt Bauman. Mesmo tendo escalas de análises diferentes, as visões dos autores se complementam, permitindo assim, uma melhor compreensão.

Em busca da síntese formada entre sociedade e indivíduo, de forma a ser trabalhada didaticamente, discutir-se-á os conceitos separadamente para que se chegue à relação entre ambos, lembrando que essa relação é dialética. Portanto, apenas para fins de entendimento é que se pensará essas categorias separadas, pois no plano do real se torna impossível desprendê-las.

Sendo assim, sobre os indivíduos, é de suma importância entender que estes se formam apenas em sua interação com o outro, logo, não existe sujeitos isolados, eles são formados em uma sociedade de pessoas, na qual ao nascer, a partir de um processo sócio-histórico, no seio da vida comunitária se formam. O ser humano é feito de maneira a poder e necessitar estabelecer relações com outras pessoas e coisas. Sendo parte de uma ordem natural e parte de uma ordem social, o ser humano possui essa peculiaridade de ser maleável no controle de seu comportamento com o outro e, devido a essas qualidades, constitui-se de tal maneira que precisa de outras pessoas para poder viver. Sua essência se esboça no

---

<sup>8</sup> “Didaticamente, o início do período medieval é marcado pela queda do Império Romano, que se deu no século V (ano 476), e constituiu-se concretamente na quebra da hegemonia política romana sobre a bacia do Mediterrâneo – grande parte da Europa, norte da África e Oriente Médio [...] A principal característica do modo de produção feudal é sua base econômica quase que exclusivamente agrícola” (SPOSITO, 1994:25)

entrelaçamento contínuo de necessidades, desejos e realizações que surgem a partir da rede de relações na qual se vive, e é desse incessante trançar entre pessoas que se molda o indivíduo.

Posto isso, partir-se-á para o que então é chamado de sociedade. Ao se afirmar que o indivíduo não pode ser pensado de forma isolada, fica implícita a ideia de sociedade, logo, essa advém das relações entre indivíduos e só é passível de compreensão quando analisamos sua totalidade. Ou seja, a sociedade é mais que a soma de todos os indivíduos, ela é uma rede humana que possui suas próprias leis, regularidades e estruturas forjadas na interdependência de funções dos indivíduos. Cabe ressaltar que isso não significa dizer que os indivíduos não tenham desejos e vontades próprias, elas existem, mas são formadas no seio dessa vida coletiva. Assim, a sociedade tem seus propósitos a partir das vontades pessoais construídas socialmente, mas não há uma finalidade acabada devido à capacidade peculiar do indivíduo de estar continuamente se moldando e remoldando na relação com outros.

Alicerçado nas categorias apresentadas, é possível inferir que a relação formada entre sociedade e indivíduos é singular, é uma interrelação indissociável, que para melhor compreensão Norbert (1994) propõe pensá-la a partir do conceito de rede, de forma a entender que todos os seres humanos estão ligados, existindo um entrelaçamento incessante e irreduzível dos seres individuais.

Como se pudéssemos comparar com um tecido formado por muitos fios que se ligam e que só podem ser entendidos em sua totalidade, a partir de suas ligações e relações recíprocas, o autor usa esse exemplo para ilustrar a relação sociedade e indivíduo, na qual as ligações dos fios de um tecido originam um sistema de tensões no qual cada fio isolado tem seu lugar e função na totalidade da rede e se modificam conforme se alteram as tensões e estruturas da rede.

Esse modelo de reflexão sobre as redes humanas permite ter uma ideia de como uma rede de muitas unidades origina uma ordem que não pode ser estudada nas unidades isoladas. O autor ainda nos alerta que pra pensarmos a rede humana é preciso imaginá-la em movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações.

Todas as categorias apresentadas precisam ser pensadas como categorias sócio-históricas, nas quais a consciência, a compreensão, os valores dos indivíduos advém das estruturas sociais da qual fazem parte, como também a constroem. Logo cada sociedade e os indivíduos que fazem parte dela são específicos de seu tempo e lugar.

Visto isso, as mudanças na organização da sociedade não surgem fora dela, mas é no seio de seus conflitos e incoerências que a transformação desponta. O passo mais importante

para o êxito do modo de produção capitalista foi a expropriação dos meios de produção, separando o trabalhador do produto de seu trabalho, transformando-o em força de trabalho.

Desta forma, criou-se a ideia de liberdade, na qual o trabalhador estava livre para vender sua força de trabalho para quem bem entendesse. Esse sentimento de liberdade é o cerne da sociedade capitalista, pois não se aplica somente aos objetos, mas a toda sociedade, onde o indivíduo se vê isolado da sociedade e dos outros indivíduos, portanto livre.

Somente assim se tornou possível consolidar uma sociedade de livre concorrência, onde o outro é visto não como um sujeito integrador da sociedade, mas como um concorrente. O sentimento de individualismo cresce e, devido ao fato do ser humano não se sentir pertencente à sociedade, acaba por extinguir a consciência de responsabilidade de uns com os outros - visto que todos os indivíduos se inter-relacionam e formam essa rede chamada sociedade, logo cada ação individual é condicionada e interfere na ação do outro, transformando a ação de cada sujeito em responsabilidade de todos – floresce e naturaliza-se a ideia de responsabilização individual, criando um sentimento de “cada um por si”.

A sociedade contemporânea se apresenta como uma entidade exterior ao indivíduo, como uma soma de pessoas desprendidas que se relacionam a partir do dinheiro, uma vez que o modo de produção capitalista visa ao lucro através da troca de mercadorias e o mediador dessa troca é o equivalente dinheiro. Em vista disso, a sociabilidade passa a ser mediada pela apropriação de bens, mercadorias, que se dá pelo consumo mediado pelo dinheiro. O lugar de cada sujeito na sociedade passa a ser medido pelo seu poder de consumo e é através dele que se vive.

As categorias produção, troca e consumo não são exclusivas do sistema capitalista. O que acontece é que suas configurações são transformadas, e a vida social passa a girar em torno da produção, troca e consumo de mercadorias, até mesmo o trabalho é transformado em mercadoria, passível de ser vendido.

O jovem, sendo um sujeito social, produz-se no âmago dessa sociabilidade que se vê sustentado pela desconfiança em relação ao outro, em que qualquer forma de comprometimento criador de vínculos seria negada. Na procura pela construção de suas identidades, os jovens alternam entre um mundo repleto de possibilidades vendido pelos meios de comunicação e a dura realidade de conquistarem o lugar que almejam na sociedade.

A fragmentação das relações enfraquece valores de solidariedade e laços que unem os indivíduos. A desresponsabilização com o outro é intensificada pelo sentimento de instabilidade, isolando-os uns dos outros. Com todas essas transformações, a juventude vem



expressando uma crescente avidez por estabilidade e segurança. Busca em instituições apoio para construir seus valores e sua rede de sociabilidade.

Bauman ilustra esse sentimento, ao afirmar que

Viver sob condições de grande incerteza, perpétua e autoperpetuante, é uma experiência desalentadora; temos calafrios diante das infindáveis possibilidades, assim como hesitamos quanto enfrentamos uma escolha; trememos ao pensar que as razões que hoje parecem sensatas podem se provar grandes erros amanhã; não sabemos mais o que o futuro nos reserva, e menos ainda como forçá-lo a entregar o que desejamos que ele ofereça. Incerteza, hesitação, falta de controle – tudo resulta em ansiedade, que é o preço pago pelas novas liberdades individuais e pelas novas responsabilidades. Por mais agradáveis que tais liberdades possam ser em outros aspectos, muitas pessoas acham o preço muito alto para pagá-lo de bom grado. Prefeririam optar por um mundo menos complexo e assim menos assustador; por um mundo em que as escolhas são simples, em que recompensas pelas boas escolhas são asseguradas e os sinais de uma boa escolha são claros e inconfundíveis. Por um mundo que não esconde mistérios e não nos pega de surpresa (BAUMAN, 2009:116).

Com a perda da representatividade de algumas instituições, como escola, família, Estado e a própria igreja, advindo da acumulação flexível apresentada ao longo da dissertação, os jovens procuram formas de encontrar segurança em algum lugar. É em meio a esse cenário que as igrejas evangélicas vêm se adaptando às exigências dos jovens para se tornarem atrativas.

Um número cada vez maior de brasileiros se tornam adeptos da religião protestante<sup>9</sup>. Mesmo o catolicismo sendo ainda hoje a religião majoritária da população brasileira, uma abertura ao pluralismo religioso se deu na década de 1990, o que revelou o grande número de fiéis evangélicos. Esse dado aponta para uma transformação da sociedade brasileira, pois na religião estão contidas práticas e entendimentos de mundo que fomentam a experiência social do indivíduo.

Goulart, afirma que,

Desde a segunda metade do século XX a vida religiosa tem mudado como nunca antes no Brasil, haja vista o avanço do pentecostalismo, da umbanda e do kardecismo em detrimento da religião dominante, o catolicismo. Nos dias atuais, o panorama religioso tem mudado não somente devido a laicização dos costumes da população, mas também devido à troca de seus respectivos deuses por outros novos e à redescoberta de seus velhos deuses em nova roupagem. (GOULART, 2008)

---

<sup>9</sup> “O protestantismo é um dos três principais ramos do cristianismo ao lado do catolicismo romano e das igrejas orientais ou ortodoxas [...] Em suma, o protestante é o homem que se sente liberto por Cristo, segue exclusivamente a Bíblia ‘como única regra de fé e prática’, cultiva uma ética racional de desempenho para contribuir para a glória de Deus e vive moralmente segundo os ‘10 mandamentos’” (MENDONÇA, 2005:50)

No entanto Paulo Gracino Junior questiona a ideia de pluralidade religiosa no Brasil, uma vez que a predominância é de instituições cristãs no contexto nacional. O autor induz então que,

Nesse sentido, nossa diversidade religiosa é eminentemente institucional, postando-se de um lado os católicos (64,63%), com toda a sua diversidade interna e de outro os evangélicos (22,16%), com suas incontáveis denominações” (GRACINO JUNIOR, 2017:286)

Averigua-se, em relação à religiosidade brasileira, um processo de reestruturação de significados e doutrinas das religiões cristãs. Conferindo grande relevância às igrejas evangélicas devido ao poder de amparo social que esta vem apresentando. Em meio a tanta pobreza e dificuldades, a igreja e seus membros se expressam como um apoio.

Além do acolhimento, a vida religiosa permite a construção de uma identidade, pautada em costumes cotidianos e regras comportamentais. Permite-se assim que o indivíduo se reconheça no outro, identificando características comuns que os tornam evangélicos.

Pode-se afirmar que as instituições religiosas conformam as ações dos fiéis, orientando-os em relação aos projetos de vida. Necessita-se, portanto, da construção da identidade através da assimilação de valores e significados religiosos que compõem esse grupo. A identidade individual se dá no reconhecimento social, forjada no sentimento de pertencimento a um grupo que o distingue dos demais.

O fazer parte de um grupo religioso permite ao jovem se reconhecer em um mundo onde as relações são efêmeras, fugazes, além de o distinguir dos demais. É construir uma identidade religiosa que o separa do outro, ao mesmo tempo em que o faz pertencente a um grupo.

Corroborando com tal assertiva, Goulart (2008) sustenta que,

É preciso que o indivíduo se reconheça como parte de uma tradição específica que também seja comum a outras pessoas. Numa sociedade onde existem várias religiões o poder está nas mãos dos que conseguem veicular a “memória verdadeira”. Pessoas ou grupos que recorrem à tradição normalmente o fazem para dar algum sentido ao presente e pensar o futuro. (GOULART, 2008)

A fim de enriquecer a discussão em torno da juventude e religiosidade, nota-se que essa fase da vida é tratada como um tempo em que a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural está sendo construída. É o momento que se estabelece a passagem da dependência da família para um processo de autonomia, sendo este marcado por definições, inserção social e

construção de identidade, perpassando questões de desigualdade sociais, culturais, de moradia, religião e etc.

Por ser a juventude o momento em que se iniciam as próprias escolhas, revelando maior autonomia, vários questionamentos e dúvidas surgem. O grupo religioso se apresenta, então, como alicerce a essa nova liberdade, através do vínculo criado pela sociabilidade com os demais fiéis, nos cultos, ensaios, grupos de louvores, apresentações externas, no bairro. Rodrigo Kreher afirma que,

Naquilo que diz respeito à presença das Igrejas Neopentecostais em torno das problemáticas infanto-juvenis e no campo das políticas públicas, estas têm desde meados da década de 1980 experimentado um intenso processo de expansão tanto em números de igrejas e fiéis quanto na política e nos meios de comunicação, seja em nível local e comunitário ou de maior amplitude, variando também quanto ao seu grau de institucionalidade e oficialidade. (KREHER, 2016:50)

O alcance do neopentecostalismo vai muito além do culto, ademais de criar uma identidade aos jovens, se prolonga aos lugares da cidade, ou melhor dizendo, se prolonga à forma como os jovens evangélicos vivenciam a cidade. As práticas religiosas vão conformando os percursos desses jovens, seja por meio da promoção de cultos e eventos festivos em outros lugares, ou por princípios que inibam o trajeto por certas áreas.

As igrejas neopentecostais se submeteram a várias mudanças, adotaram novos padrões comportamentais e flexibilizaram o rígido conteúdo doutrinário, realizando, desse modo, ajustes em sua estrutura burocrática e legislativa e possibilitando, assim, uma maior adequação às novas condições da sociedade moderna. (DANTAS, 2006:92)

O ambiente da igreja se transformou para se tornar atrativo, para amparar as necessidades dos jovens, sobretudo o jovem com pouco poder aquisitivo. A falta do Estado, dos equipamentos e dos serviços públicos é suprida pela igreja nas periferias das cidades. Através dos dados coletados pelo Censo 2010, realizado pelo IBGE, é possível acompanhar o crescimento da população evangélica, bem como seu perfil econômico e escolar.

De acordo com o mesmo, as pessoas que se declararam evangélicas representavam cerca de 42,3 milhões da população brasileira. A tabela abaixo ilustra o incremento na população evangélica ao longo dos anos no Brasil

População Evangélica no Brasil	
1980	6,6%
1991	9,0%
2000	15,4%
2010	22,2%

Tabela 4: População Evangélica no Brasil.  
Fonte: IBGE/Censo 2010.

Em relação à situação econômica, o Censo de 2010 constatou que 60% dos evangélicos recebem até um salário mínimo. A nível de estudo, é o grupo com maior proporção de pessoas com 15 anos ou mais sem instrução, 6,2%, e 43,2% dos fiéis evangélicos têm apenas o fundamental incompleto. Os dados apresentados inferem que a igreja evangélica atinge em maior parte a população menos abastada, embora seja possível encontrar evangélicos em todas as classes econômicas.

Quanto à juventude, o relatório “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas” (LEÃO, DAYRELL, GOMES, 2006), realizado em algumas capitais brasileiras, mostrou que dos 8000 entrevistados 54,9% se declararam católicos, 21,4% evangélicos e 2,8% espírita. Contatou-se que quase metade dos jovens entrevistados faz parte de grupos religiosos e 28,1% participam ativamente da igreja.

No que diz respeito à cidade espírito-santense, Guarapari, com uma população de 105.286 habitantes, o número de evangélicos segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE (2010) é de 33.321. Dentre estes, encontram-se muitos dos jovens entrevistados e essa é a justificativa para relevância dessa discussão na pesquisa.

Gracino Junior (2017) mapeou as religiosidades nas cidades brasileiras e constatou, a partir dos dados censitários do IBGE (2010), que as regiões de ocupações recentes, igualmente as regiões densamente povoadas, o catolicismo tem sua hegemonia ameaçada. Como por exemplo, a região metropolitana do Espírito Santo, onde menos da metade da população se declara católica, a religião evangélica tem grande representatividade.

A princípio, não seria abordada a religiosidade na pesquisa, atentar-se-ia apenas às dinâmicas socioespaciais dos jovens guaraparienses. Entretanto, durante as atividades de campo, as igrejas neopentecostais revelaram grande importância para estes, influenciando

diretamente nas suas experiências vividas na cidade, justificando a centralidade que esta discussão tomou na pesquisa.

Apresentada a necessidade de tal discussão, o capítulo buscou traçar um breve panorama a respeito do papel da religiosidade na espacialidade da juventude, sem no entanto adentrar nos pormenores que dizem respeito à religião e ao protestantismo.

### 3.3. JOVENS GUARAPARIENSES – FIXIDEZ E MOVIMENTO PELA CIDADE

O empenho desta pesquisa é incorporar, na compreensão das juventudes, a dimensão espacial. Isso a partir da apreensão do espaço como síntese permanentemente transitória do conteúdo e formas sociais, em que estes vão se configurando fundamentados nas ações realizadas pelos sujeitos. Nessa integração das ações dos diferentes sujeitos, ocorre não só a produção do espaço, mas também a produção do próprio sujeito. Daí a necessidade de se pensar o espaço em consonância com a sociedade, uma vez que são os sujeitos em suas atividades diárias que dão conteúdo e vitalidade ao espaço.

Além da imprescindibilidade de entender a pluralidade da juventude, há de se atentar para a extensão espacial como um elemento essencial na constituição dos jovens e para consolidação de uma efetiva cidadania. Concebendo esta como uma série de direitos imbuídos ao cidadão, entre eles o direito a cidade, que envolve a possibilidade de circular pela mesma, de ter acesso aos espaços públicos.

O movimento do jovem pela cidade permite o encontro com o outro, amplia suas práticas espaciais, suas experiências, conferindo sentido aos espaços. Por meio das ações, falas, gestos, dos usos que dedicam ao espaço urbano, caracterizam-no como produtores e produto desse espaço. Assim, as juventudes vão sendo forjadas a partir dessas relações.

A narração da vida dos jovens é marcada por um conjunto de experiências, individuais e coletivas, que são determinadas na relação com o mundo concreto. Assim, compreender sua espacialidade pressupõe a apreensão dos sujeitos concretos, cujas práticas se dão também em uma cidade concreta e no movimento de produção da totalidade da vida social.

Para tanto, atentou-se para a configuração socioespacial de Guarapari, no intuito de iluminar as possibilidades apresentadas para os jovens residentes. Levantaram-se dados histórico da cidade que foram dando forma ao espaço urbano atual, bem como às características econômicas e sociais.

Realizou-se também um recorte aos sujeitos a serem pesquisados. Optou-se por

produzir a pesquisa empírica com jovens estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Silva Mello<sup>10</sup>, por ser uma escola localizada na área central de Guarapari e receber jovens de diversos bairros da cidade.

A instituição escolar enfrenta uma crise de representatividade, assim como as demais instituições, entretanto é um espaço ocupado pelos jovens e se apresenta para eles como a possibilidade da ascensão social através do estudo. Além da escola ser um lugar de encontros de diferentes culturas, de construção de saberes, conforma também o cotidiano dos jovens estudantes.

A escolha por uma escola de ensino médio diz respeito à idade dos jovens estudantes. Nos anos finais do ensino fundamental o jovem ainda é muito cerceado pela família no que diz respeito a seus trajetos pela cidade, já o jovem frequente do ensino médio está em idade de trilhar seus próprios caminhos, tendo mais independência.

Participaram da pesquisa 48 jovens, distribuídos entre alunos do 1º e do 3º ano do ensino médio. Jovens que acabaram de entrar no ensino médio e jovens que estão concluindo esta etapa. Foram aplicados questionários semi-estruturados com todos os jovens, na busca de conhecer a realidade dos mesmos. A primeira parte do questionário visou a traçar o perfil socioeconômico dos jovens, posteriormente, buscou-se conhecer a realidade dos bairros em que vivem e a relação que os mesmos têm com estes, por último, atentou-se a questões relacionadas à cidade e às atividades cotidianas dos jovens por ela.

Dos jovens entrevistados, propôs-se a cinco deles a construção de um mapa narrativo a partir de seu cotidiano, possibilitando aprofundar na relação que estes estabeleciam com a cidade. Enquanto os jovens construía o mapa, narravam suas atividades diárias, às vezes eram realizadas intervenções, a fim de compreender melhor o que estes estavam descrevendo. Utilizou-se um gravador de áudio e anotações no decorrer da construção.

A escolha dos cinco jovens foi aleatória. Trabalhou-se com um quantitativo menor por viabilizar uma investigação minuciosa sobre as práticas socioespaciais, o que não seria executável com todos os participantes da pesquisa, devido ao montante de dados qualitativos que surgiriam. A identidade dos jovens foi preservada e, apesar do gênero atravessar a constituição da juventude, não foi o enfoque da pesquisa, desta forma, os jovens serão enumerados a fim de reconhecer as respostas de cada um.

---

<sup>10</sup> Localizada na área urbana de Guarapari, no endereço provisório rua Horácio Santana, 155, Parque da areia preta (A localização oficial da escola é na rua Lauro Simões, Itapebussu, entretanto, pelo fato da estrutura física da edificação estar comprometida o governo estadual alugou um imóvel no endereço supracitado. Para realizar as devidas reformas). Atende jovens que estão cursando o ensino médio em meio período, funcionando nos turnos matutino e vespertino.

O último instrumento de coleta foi a observação, através do contato do pesquisador com o ambiente e os sujeitos investigados. Da interação constante surgem situações, torna-se possível acompanhar ações e os significados delas para os jovens. Da observação, resultaram anotações que auxiliaram a interpretação dos questionários e dos mapas.

A abordagem qualitativa adotada se apresenta como uma proposta que permite explorar os resultados, não se preocupando tanto com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento nas questões que tangem a juventude. O objetivo da amostra é revelar as experiências dos jovens na e pela cidade. A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações socioespaciais. Trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e ações.

Através do questionário semiestruturado, questões que não se havia pensado *a priori* surgem durante as respostas dos jovens, desta forma, o diálogo não fica engessado. Mantém-se eixos necessários à pesquisa ao mesmo tempo em que possibilita a abertura para novas inquietações que permeiam a vida dos jovens.

Os mapas narrativos dão notoriedade às percepções que os jovens constroem acerca da cidade através de seus percursos. Evidenciam locais percorridos por eles que apresentam relevâncias em suas vidas, marcando a casa como ponto de partida para desvelar os espaços citadinos.

A imersão no campo se deu por meio da atuação da autora desta dissertação como professora, uma vez que em agosto de 2016 comecei a dar aula na EEEM Dr. Silva Mello. Foi então que conheci a estrutura da escola e o público que ela atendia. Pela proximidade que construí com os alunos e pelo fato da instituição receber jovens de diversos bairros que se deu a escolha de realizar a pesquisa com os alunos desta escola.

Em minha prática, enquanto professora, busquei construir laços com os alunos, desta forma os mesmos sempre estiveram cientes do meu esforço acadêmico no estudo da categoria juventude. O fato de terem uma professora uma estudante de pós-graduação despertou muita curiosidade nos alunos, sobre tudo pelo fato de me debruçar sobre as juventudes. Sendo assim, quando propus a eles participarem da pesquisa os mesmos se prontificaram de imediato. Além da boa aceitação, a imersão nesse ambiente escolar me permitiu observar o cotidiano desses jovens, suas relações, suas ações, suas falas, gestos, não só durante as aulas, mas também durante os intervalos, na entrada e na saída.

Apesar da figura do professor remeter à autoridade e com isso inibir certas ações e

falas dos alunos, busquei desconstruir essa imagem durante a realização da pesquisa. Para isso, antes da aplicação dos questionários conversei com os alunos sobre a importância dos mesmos responderem às perguntas sem medo de represália, garantindo-lhes o sigilo das respostas. Desta forma, os questionários não contavam com identificação.

Outra medida foi a de levar os jovens para um ambiente diferente daquele que as aulas acontecem. A escola disponibilizou a biblioteca para a aplicação dos questionários, grupos de dez alunos eram levados para tal espaço, recebiam os questionários e, ao terminarem, depositavam os mesmos em uma caixa, a fim de assegurar que as respostas não fossem identificadas.

Quanto aos mapas narrativos, apresentei a proposta para alunos do terceiro ano do ensino médio, por terem mais maturidade e com isso maior liberdade em traçar seus próprios percursos pela cidade e por estarem, no momento, preparando-se para o ingresso no mundo do trabalho ou no ensino superior. Cinco jovens aceitaram participar, entretanto apenas quatro compareceram no dia marcado. Essa parte da pesquisa contou com maior aproximação, em que os jovens narravam suas atividades cotidianas enquanto mapeavam-na. Devido a isso, tomei o cuidado de realizá-la após o ano letivo, garantindo que os jovens já não fossem mais meus alunos e, assim, não ficassem inibidos com a presença de uma professora.

Feito a explanação a respeito da metodologia aplicada, traçar-se-á o perfil dos jovens participante da pesquisa e, posteriormente, analisar-se-á os dados coletados em diálogo com as teorias e conceitos apresentados ao longo do trabalho.

Em relação a idade dos jovens entrevistados, o gráfico abaixo ilustra a distribuição:





Gráfico 2: Idade dos jovens.  
Fonte: Dados da autora.

Tem-se 12 jovens com 15 anos, 9 com 16 anos, 12 com 17 anos, 11 com 18 anos e somente 4 com 19 anos. A distribuição das idades em relação à série/ano escolar que se está cursando tem-se em relação aos jovens do 1º ano do ensino médio os 12 com 15 anos; os 9 com 16 anos; 5 com 17 anos; 2 com 18 anos e apenas 1 com 19 anos. Já os jovens que estão concluído o ensino médio, portanto no 3º ano, tem-se 7 com 17 anos; 9 com 18 anos e 3 com 19 anos. Vide tabela:

	1º ano	3º ano
15 anos	12	-
16 anos	9	-
17 anos	5	7
18 anos	2	9
19 anos	1	3

Tabela 5: Idade dos jovens e série que estão cursando.  
Fonte: Dados da autora.

Nota-se que 60,42% dos entrevistados apresentam distorção idade/série. De acordo com o Fórum Nacional de Educação de 2013, essa defasagem é um grande problema do sistema educacional brasileiro. Apesar desses jovens terem conseguido completar o ensino fundamental e ingressarem no ensino médio, em meio a todas as dificuldades sociais enfrentadas, a idade da maioria não corresponde a série cursada. Há de se atentar também para evasão escolar. Dos 48 jovens participantes da pesquisa, apenas 19 estavam cursando o 3º ano. Isso expressa a realidade da escola, enquanto tinham-se 8 salas de 1º ano, o 3º ano contava apenas com 3. Muitos jovens, por diversos motivos, abandonam o ensino, sendo um desses motivos a distorção idade/série. Por já terem passado da idade regular, os jovens acabam largando os estudos e se dedicando ao mercado de trabalho.

Outro dado levantado pela pesquisa foi a cor autodeclarada dos jovens, no intuito de melhor traçar o perfil desses. O gráfico abaixo mostra a distribuição dos jovens entrevistados de acordo com a definição do IBGE

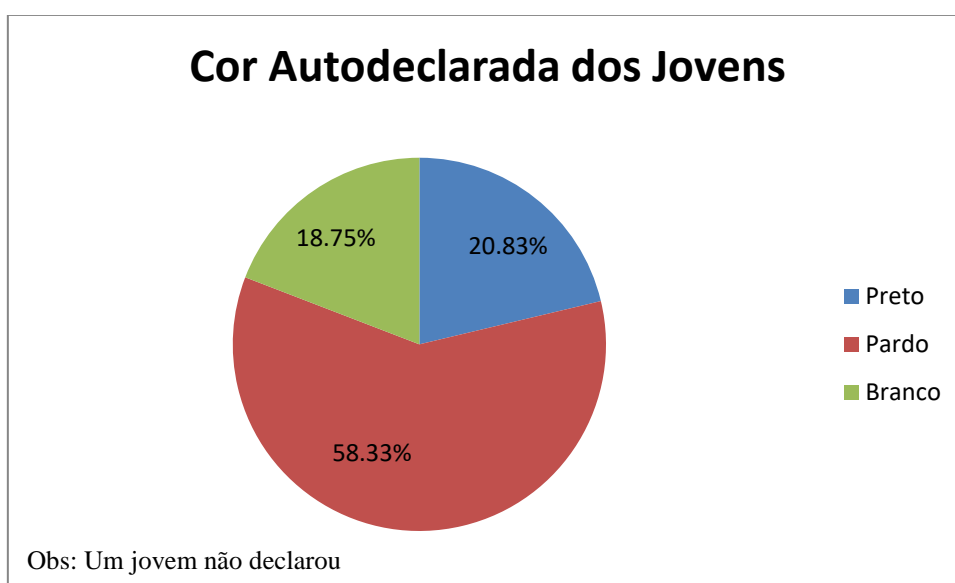


Gráfico 3: Cor autodeclarada dos jovens.  
Fonte: Dados da autora.

Nota-se que mais da metade dos jovens entrevistados são pardos, somados aos jovens que se autodeclararam preto têm-se 79,16% dos jovens fazendo parte do grupo de pessoas que ainda hoje tem menor acesso ao ensino superior, recebem salários inferiores aos das pessoas brancas e ocupam, na grande maioria, as periferias das cidades.

O Censo de 2010, realizado pelo IBGE, revelou que entre os jovens de até 24 anos que frequentam o ensino superior, 31,1% eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos. A população preta e parda é composta em maior proporção por pessoas abaixo

de 40 anos, enquanto a população branca por pessoas com mais de 65 anos e, mesmo assim, o ensino superior é constituído majoritariamente por pessoas brancas.

Como já dito ao longo do trabalho, vários são os fatores que atravessam a juventude e influenciam na sua constituição enquanto sujeito, sendo a cor um deles. Os dados do IBGE confirmam como a diferença da cor da pele se transforma em desigualdade na sociedade brasileira, não é à toa que a maioria dos jovens entrevistados em uma escola da rede pública são pretos e pardos.

No que diz respeito à situação econômica dos jovens, procurou-se focar na renda familiar, uma vez que a maioria dos jovens não possuem fonte de renda própria. Por se tratar da renda da família, 8 jovens não souberam responder. Dos 40 restantes, 9 afirmaram que a família recebe até 1 salário mínimo, 18 até 2 salários mínimos, enquanto 7 e 6 jovens contam com uma renda de até 3 salários mínimos e até 4 salários mínimos respectivamente.

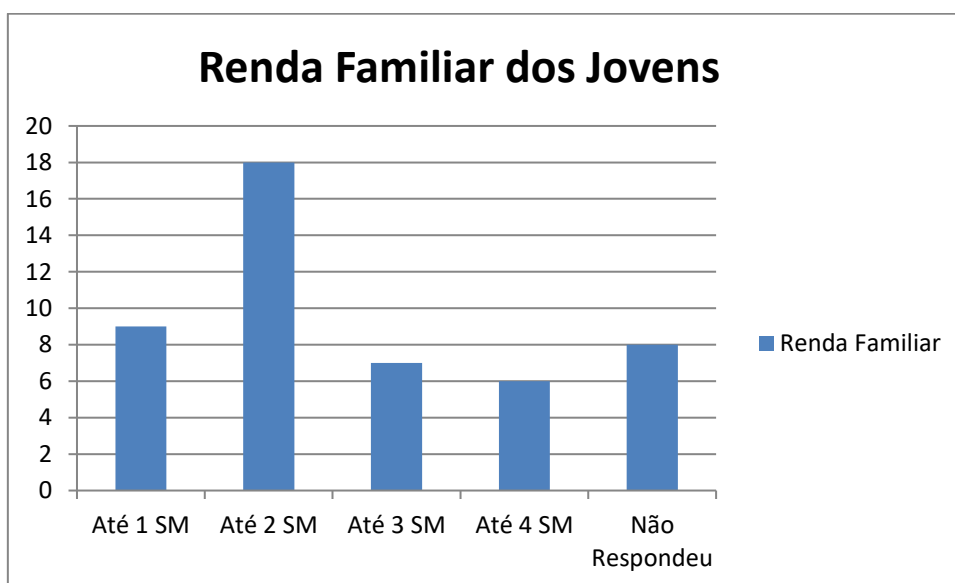


Gráfico 4: Renda familiar dos jovens.  
Fonte: Dados da autora.

Observa-se uma concentração maior na renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Excluindo-se os jovens que não souberam responder, têm-se 67,5% dos jovens nessas duas faixas. Devido à precarização da educação pública, as famílias com melhores condições financeiras matriculam seus filhos em escolas particulares, enquanto as famílias com baixa renda, não podendo arcar com as despesas de uma educação privada, veem-se obrigadas a matricularem seus filhos em escolas públicas.

O sucateamento da educação pública vem ocorrendo há décadas, devido à falta de investimentos públicos na educação, à mercantilização do ensino, aos baixos salários pagos

aos professores. Mesmo o governo tendo ampliado a oferta de educação básica, o nível de escolaridade, o desempenho e a proficiência da população brasileira ainda são muito baixos.

Indagou-se também a respeito da participação das famílias dos jovens em programas de assistência do governo, dando enfoque ao Bolsa Família. De acordo com o relatório produzido pelo IPEA (2013:11)

O programa atende a cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, o que corresponde a um quarto da população brasileira. Contando com um sólido instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, e com um conjunto variado de benefícios, o Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais.

Dos entrevistados, apenas 7 contam com a complementação do programa na renda familiar, não revelando grande relevância do Bolsa Família para os jovens entrevistados. O questionamento a respeito da participação do programa se deu não só por ser uma outra fonte de renda, mas também por ter uma das exigências para se manter no programa a frequência escolar.

Ao cruzarmos os dados da renda familiar e a cor dos jovens tem-se

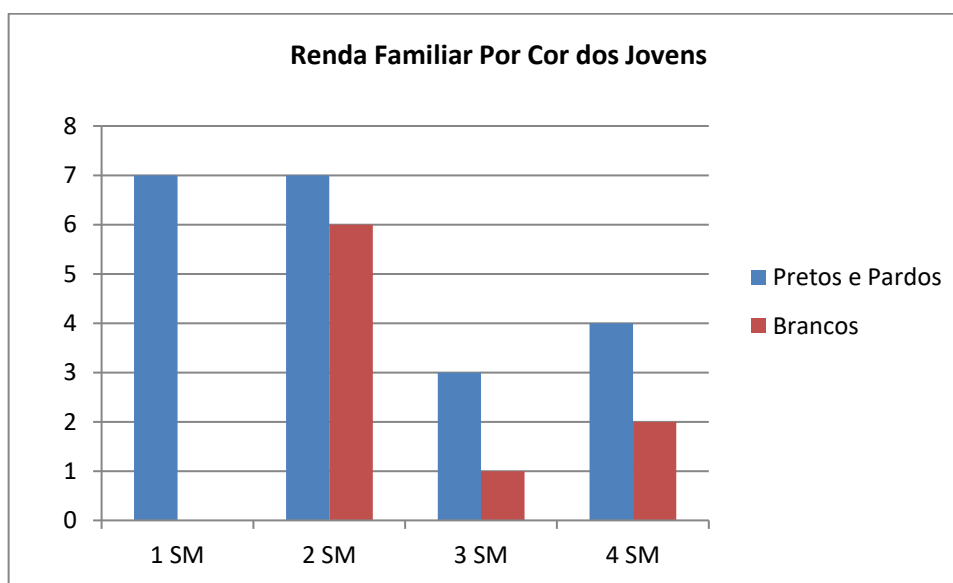


Gráfico 5: Renda familiar por cor dos jovens.  
Fonte: Dados da autora.

Apenas os jovens pretos e pardos contam com renda familiar de até 1 salário mínimo, já a distribuição dos jovens com renda familiar de até 2 salários mínimos é bem equilibrada, pois se têm 7 jovens pretos e pardos e 6 brancos. No que concerne a renda de até 3 e 4 salários, os pretos e pardos aparecem em quantitativo maior que os jovens brancos. Lembrando que do total de entrevistados, os pretos e pardos são a maioria.

Traçado o perfil dos jovens, analisar-se-á agora os bairros em que moram e a relação que constroem com eles. Em razão do bairro e da casa constituírem o primeiro cenário de articulação espacial em que se sustenta a vida cotidiana, Helena Wendel Abramo afirma que há uma demanda crescente por atuação dos jovens para além da esfera educacional, que se inicia no local de moradia

[...] é crescente o número de grupos dos mais variados tipos (culturais, esportivos, comunitários, religiosos, políticos etc.) que buscam espaços para se expressar, para desenvolver suas atividades, para buscar formas de intervenção em suas realidades e propor e cobrar respostas para suas necessidades. Nesse sentido, a necessidade de circular pela cidade e de ocupar espaços para processar tais buscas, experimentações e participação se acentua. Os jovens tendem a ir para as ruas, para os espaços públicos, para se sociabilizarem, para buscar novas referências, para se expressar, para formatar suas identidades em confronto e interlocução com os outros. E isso envolve também a eleição de pontos de referências para o desenvolvimento desses processos. Em todas as cidades, vemos lugares “conquistados” pelos jovens: em esquinas, galerias, determinadas áreas em torno de locais públicos, como praças, estações de metrô, que se tornam ponto de encontro, reunião, realização de atividades etc. [...] (ABRAMO, 2003:222).

Infere-se, então, que o viver a cidade é pra além do residir em um bairro, é usá-la, transformá-la, é se apropriar dos espaços, no entanto isso se dá a partir de um lugar que é a casa e o bairro.

Como dito anteriormente, a EEEM Dr. Silva Mello recebe jovens de diferentes lugares da cidade, assim surgiram 19 bairros nos questionários. A imagem abaixo permite visualizar a espacialização desses bairros na cidade, bem como a localização da escola.

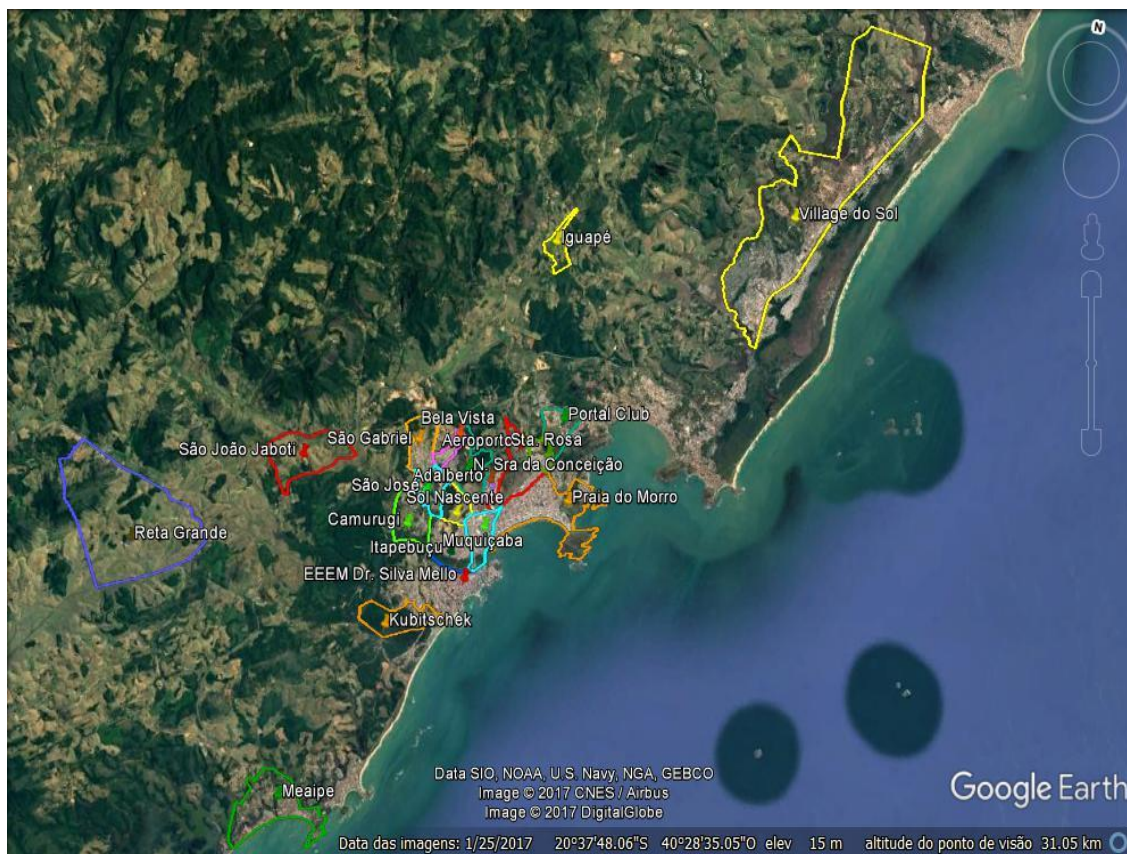


Figura 5: Localização dos bairros dos jovens e da EEEM Dr. Silva Mello.  
 Fonte: Prefeitura de Guarapari, 2016.

Procurou-se a prefeitura de Guarapari a fim de conseguir informações sobre a cidade, bem como a base cartográfica. Após percorrer vários setores, fui atendida pela Secretaria de Planejo Urbano e, de acordo com a mesma, não há um Plano Diretor da cidade e as limitações dos bairros foram feitas de acordo as informações fornecidas pelos próprios moradores. Desta forma, não há uma base cartográfica georreferenciada com as regiões administrativas delimitadas pela prefeitura, o que foi fornecido foi uma imagem do Google Earth com as demarcações dos bairros.

A partir dessa imagem fornecida pela prefeitura, destacou-se os bairros dos jovens pesquisados. São eles: Adalberto, Aeroporto, Bela Vista, Camuruji, Iguapé, Itapebussu, Kubitschek, Meaipe, Muquiçaba, N<sup>a</sup> Sra. Da Conceição, Portal Club, Praia do Morro, Reta Grande, Santa Rosa, São Gabriel, São João do Jabuti, São José, Sol Nascente e Village do Sol.

Como se pode observar, alguns bairros são bem distantes da escola, como Iguapé, São João do Jaboti, Reta Grande, Village do Sol e Meaipe. Exceto os dois últimos bairros, os demais fazem parte da Zona Rural da cidade. Esses bairros não contam com escolas de ensino médio, por isso os jovens se veem obrigados a deslocarem tamanha distância, chegando a 25

quilômetros a distância do bairro Village do Sol ao centro da cidade. Salienta-se que mesmo sendo distantes da instituição de ensino, esses jovens não recebem auxílio transporte por parte do governo, e apenas alguns conseguem ter acesso ao ônibus escolar fornecido pela prefeitura.

O gráfico abaixo permite verificar a quantidade de jovens por bairros. Bela Vista, São Gabriel, Adalberto e Praia do Morro são os bairros que apresentam 5 ou mais jovens entrevistados residindo. Seguido dos bairros Portal Club, N<sup>a</sup> Sra. Da Conceição, Muquiçaba, Meaipe, Camuruji e Aeroporto que contam com dois ou mais jovens. O restante dispõe apenas de um jovem morando.

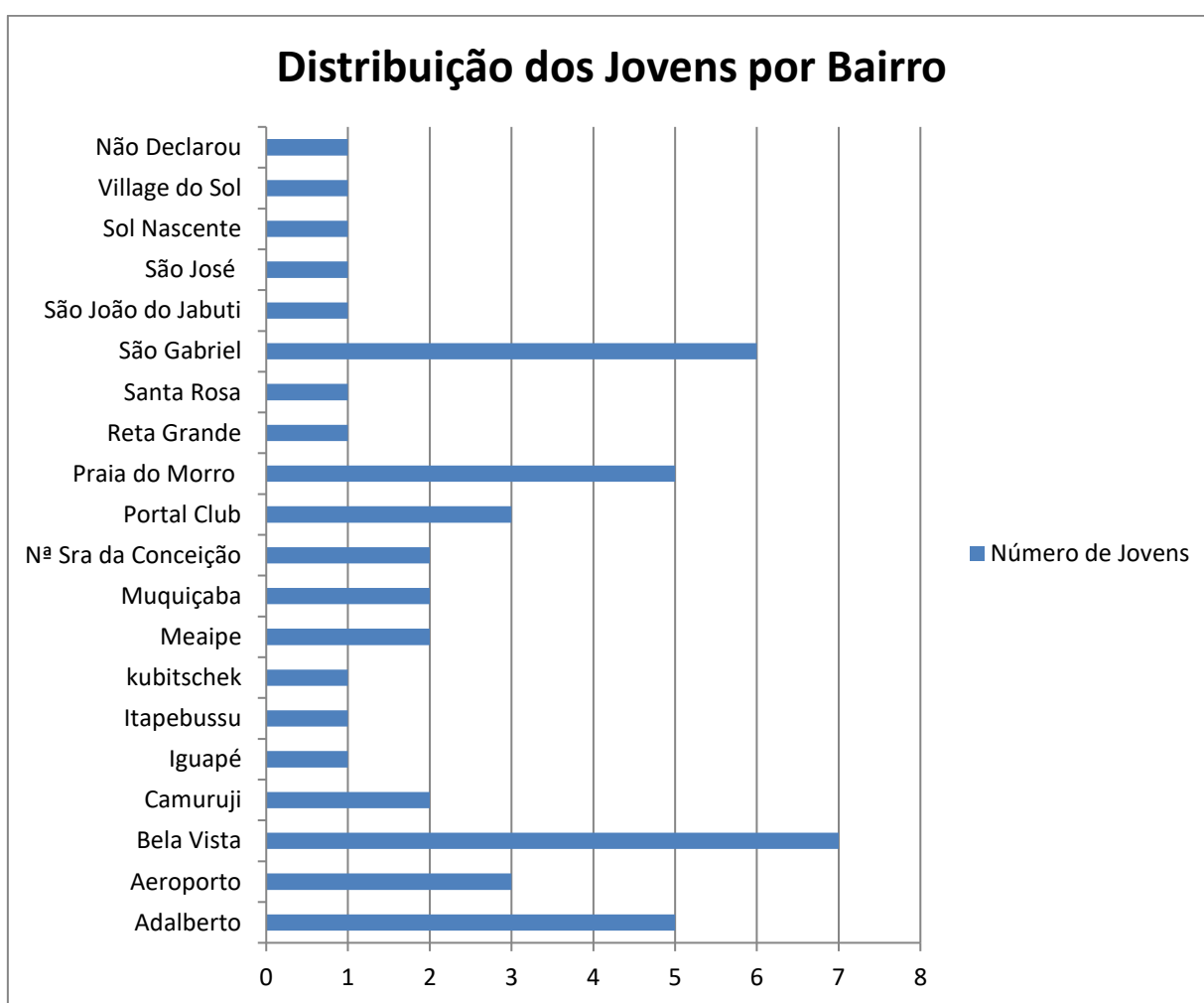


Gráfico 6: Distribuição dos jovens por bairro.  
Fonte: Dados da autora.

Apresentada a ilustração da distribuição dos bairros dos jovens pesquisados pela cidade, apresentar-se-á a visão que esses têm de seu local de moradia e os equipamentos e serviços presentes.

Quando questionados a respeito da imagem do bairro, a maioria dos jovens afirmou ser positiva, apenas alguns jovens residentes nos bairros Bela Vista, Adalberto, Portal Club, Cumuriçu e São Gabriel associaram a imagem negativa à violência e à falta de infraestrutura.

Quanto aos equipamentos e serviços presentes no bairro, o questionário possuía uma lista em que o jovem devia marcar dentre as opções as que eram encontradas no local que reside. As alternativas apontadas eram praça, escola, unidade saúde, biblioteca, acesso internet, ônibus urbano e igreja.

Um fato a ser destacado é a opção igreja ter sido marcada em todos os questionários. Mediante a isso e às observações realizadas em campo é que se notou a magnitude da influência da igreja na vida dos jovens guaraparienses. Outra situação relevante é a distorção das alternativas marcadas por jovens residentes no mesmo bairro. Considera-se que isso ocorreu pelo fato das diferenças presentes nos bairros, em que algumas áreas contam com certos equipamentos e serviços e outras não. Por mais que tenha sido explicado, durante a aplicação dos questionários, que as informações eram sobre o bairro, os jovens acabam marcando as opções que eles têm acesso.

Montou-se uma tabela com as respostas dos jovens, a fim de facilitar a análise. Na tabela estão as alternativas contidas no questionário para quantificar os jovens que as marcaram por bairro.



Bairros	Praça	Escola	Unidade de Saúde	Biblioteca	Acesso à Internet	Ônibus Urbano	Igreja
Adalberto	5	5	5	0	4	5	5
Aeroporto	3	2	2	0	1	3	3
Bela Vista	6	6	6	0	4	5	7
Camuruji	0	2	2	0	1	1	2
Iguapé	0	1	0	0	1	1	1
Itapebussu	1	1	0	0	0	1	1
Kubitschek	1	1	1	0	0	1	1
Meaipe	2	2	2	0	1	2	2
Muquiçaba	2	2	2	0	0	2	2
N <sup>a</sup> Sra da Conceição	1	2	0	0	2	2	2
Portal Club	0	0	2	0	2	3	3
Praia do Morro	5	4	3	0	3	5	5
Reta Grande	1	1	1	0	1	0	1
Santa Rosa	1	1	0	0	1	1	1
São Gabriel	1	6	0	0	3	6	6
São João do Jabuti	1	1	1	0	1	1	1
São José	0	1	1	0	0	0	1
Sol Nascente	1	1	0	0	1	1	1
Village do Sol	0	1	1	0	1	1	1

Tabela 6: Equipamentos e Serviços que os jovens encontram no bairro que residem.  
Fonte: Dados da autora.

De acordo com jovens, apenas os bairros Camuruji, Iguapé, Portal Club, São José e Village do Sol não contam com a presença de praças. Esse espaço público é de extrema importância na sociabilidade dos jovens, pois é nas praças que muitos dos encontros se dão, para conversar, para prática de esportes, brincadeiras. Entretanto muitas vezes o poder público não constrói esse espaço ou não dá a devida manutenção, tornando as praças o lugar do medo, forjando no imaginário social a ligação desta com a violência, uso de drogas, vagabundagem.

Em relação à presença de escolas, somente o Portal Club não tem. Vale ressaltar que as escolas presentes nestes bairros são de ensino fundamental, logo os jovens quando o concluem devem se deslocar de seus bairros para frequentarem o ensino médio. Esse trajeto do bairro à escola possibilita uma maior vivência da cidade, todavia aumenta-se o gasto com transporte público. A saída encontrada por muitos jovens é um transporte alternativo, a bicicleta. O uso desta é muito comum na cidade devido a sua geomorfologia, mas mesmo o ciclismo sendo muito difundido, Guarapari não conta com ciclovias, travando uma verdadeira disputa entre carros e bicicletas no trânsito, que acaba por colocar em risco a vida daqueles que usam este meio de transporte.

As Unidades de Saúde, responsáveis por realizar consultas com especialistas e por fornecer alguns atendimentos básicos de saúde, não estão instaladas nos bairros Iguapé, Itapebussu, N<sup>a</sup> Sra. Da Conceição, Santa Rosa, São Gabriel e Sol Nascente. A população residente nesses bairros é atendida nas unidades de bairros vizinhos, gerando inchaço em estruturas que já são precárias. O descaso dos governos com a saúde pública gera incontáveis problemas para os cidadãos, que se veem refém de um sistema que não apresenta condições de cuidar da saúde do brasileiro, que não pode arcar com planos de saúde privados.

Em relação ao transporte público apenas os jovens residentes nos bairros Reta Grande e São José afirmaram não dispor desse serviço. O acesso à internet se mostra presente em quase todos os bairros, pois com o avanço da tecnologia e o barateamento dos serviços de telefonia, a maioria dos jovens tem internet pelo celular. Nenhum dos jovens marcou a opção biblioteca, pois a cidade conta somente com uma pequena biblioteca municipal que fica localizada no centro da cidade. Quanto às igrejas, como já foi dito, aparecem em todos os questionários.

Quando questionados a respeito das atividades que realizam em seus bairros, a maioria dos jovens afirmou praticar atividade física, sobretudo em academias de ginástica, a segunda opção de maior relevância foi frequentar a igreja, posteriormente a atividade que ganhou destaque foi encontrar os amigos, em quarto, por se tratar de uma cidade litorânea, os jovens afirmaram ir à praia, penúltimo ir ao comércio local e, por último, frequentar a praça.

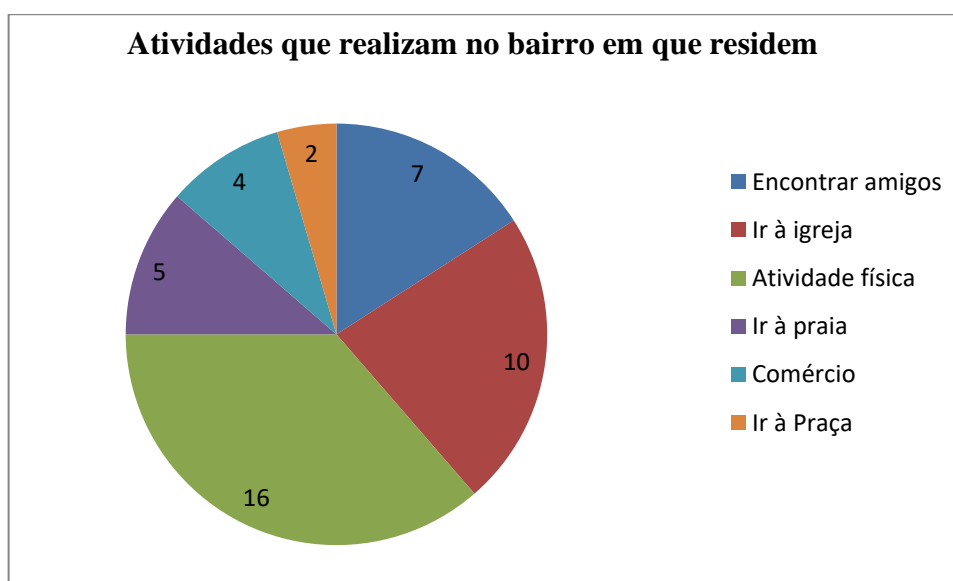


Gráfico 7: Atividade que realizam no bairro em que residem.  
Fonte: Dados da autora.

É pela convivência cotidiana e pelas atividades que realizam que os jovens criam sentimentos de identidade e pertencimento com o bairro que residem, pois é nele que os indivíduos constroem sua rede de relacionamentos e iniciam seus trajetos pela cidade.

Quanto às mudanças que os jovens gostariam de ver em seus bairros, 16 deles afirmam que gostariam de mais segurança, apesar da cidade não apresentar altos índices de violência, embora em alguns bairros ela se faça mais presente. 14 jovens dizem que nem todas as ruas do bairro em que residem são pavimentadas, por isso gostariam de uma intervenção do governo municipal que promovesse tal ação. Em relação ao lazer, momento em que o jovem utiliza seu tempo livre com atividades que permitem a socialização, 13 jovens inferem que em seus bairros não há espaço para realização de tal prática.

A busca pelo lazer permite ao jovem se colocar no espaço, mas para que isso aconteça tem-se que tratá-lo como público, local onde ocorrem misturas de comportamentos, vestimentas, linguagem, marcando a presença e a existência da juventude. Esses fatores conferem tamanha importância ao lazer e aos espaços para que os jovens possam concretizá-lo.

A saúde pública e a educação, como já abordado, são um problema que atinge todo o país, desta forma 12 e 9 jovens, respectivamente, gostariam de ver melhoras nestes setores. 10 jovens queriam que o serviço de transporte público em seus bairros melhorasse, eles reclamam da demora nos ônibus, do preço da passagem e que nem todas as ruas são atendidas pelo serviço. 3 jovens gostariam que a vizinhança mudasse e 7 estão satisfeitos com o bairro do jeito que é.

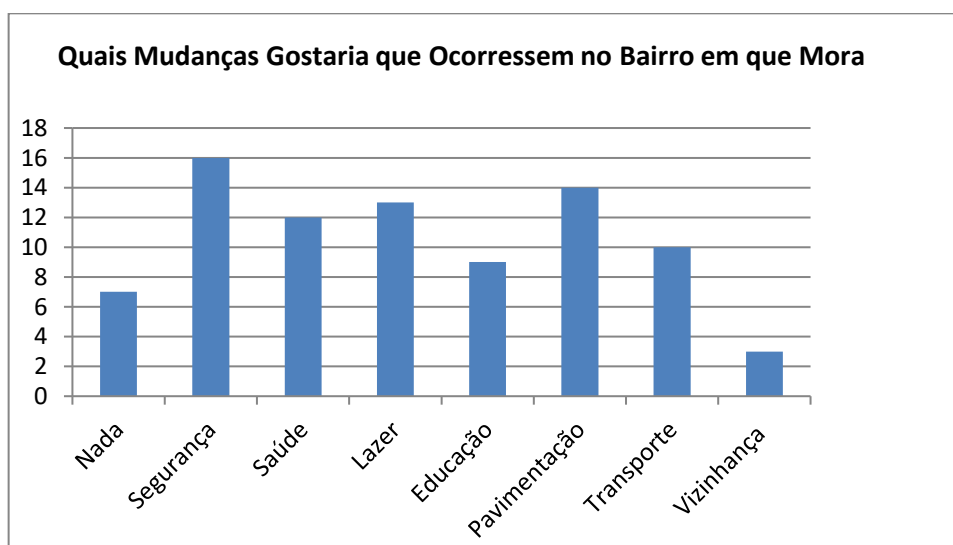


Gráfico 8: Quais mudanças gostaria que ocorressem no bairro em que mora.  
Fonte: Dados da autora.

É do bairro que os jovens se projetam enquanto sujeitos, iniciam suas trajetórias pela cidade e, a partir do uso, apropriam-se dos espaços, apossam-se do mundo exterior transformando-o em um mundo para si. Seus movimentos direcionados ao estudo, ao trabalho e ao lazer dão sentido à cidade.

Isso significa dizer que pela corporeidade dos jovens a cidade vai ganhando significado.

Os ouvidos que ouvem os ruídos das ruas. Os olhos que percebem as diferentes paisagens da cidade. O olfato que capta os odores da vida urbana. A cinestesia que orienta o movimento do caminhar pelas ruas. A cidade vai ganhando forma e significação à medida que vão tecendo as suas teias de relações entre os lugares da cidade. Processo esse que se dá na totalidade da vida social. Portanto, nos momentos de trabalho, na inserção nas políticas públicas, no ato de habitar, no lazer, a cidade vai sendo experimentada. Nessa medida, a vida cotidiana expressa uma totalidade guardando profundas relações com todas as atividades desenvolvidas pelos sujeitos. Logo, a análise da cidade, de seu uso, nos conduz a compreensão da vida desses jovens em toda a sua multiplicidade (CASSAB, MENDES 2013:55).

Devido a isso, o questionário buscou entender às atividades que os jovens realizam na cidade, bem como os bairros que frequentam para compreender a relação que constroem com ela, uma vez que através das práticas socioespaciais os jovens se tornam produtores deste espaço e também se constituem enquanto tal. Para tanto, além dos questionários utilizou-se conjuntamente os mapas narrativos como mais um instrumento de interpretação.

Miguel Abad averigua sobre as juventudes que,

A nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade. O espaço deixado passa a ser ocupado por um maior desdobramento da subjetividade juvenil, a mesma que se realiza num tempo liberado, embora não ainda plenamente agenciada e nem recuperada como possibilidade de liberação, que proporciona (em meio à incerteza e ao vazio) uma oportunidade única para enriquecer as identidades sociais e culturais das sociedades, mais do que em qualquer outro grupo de idade – e que explica o potencial transformador da juventude em áreas tão díspares como a participação social e política, a expressão artística, as concepções sobre o ócio e o uso do tempo livre, os consumos e as produções de objetos culturais e as relações sexuais e afetivas, entre outros (ABAD, 2003:25).

O dia-a-dia dos jovens é composto por uma série de atividades, incluindo o tempo livre. Conforme o gráfico abaixo ilustra, os jovens estudam, realizam cursos, vão a igreja, fazem atividade física e dedicam seu tempo livre ao lazer.

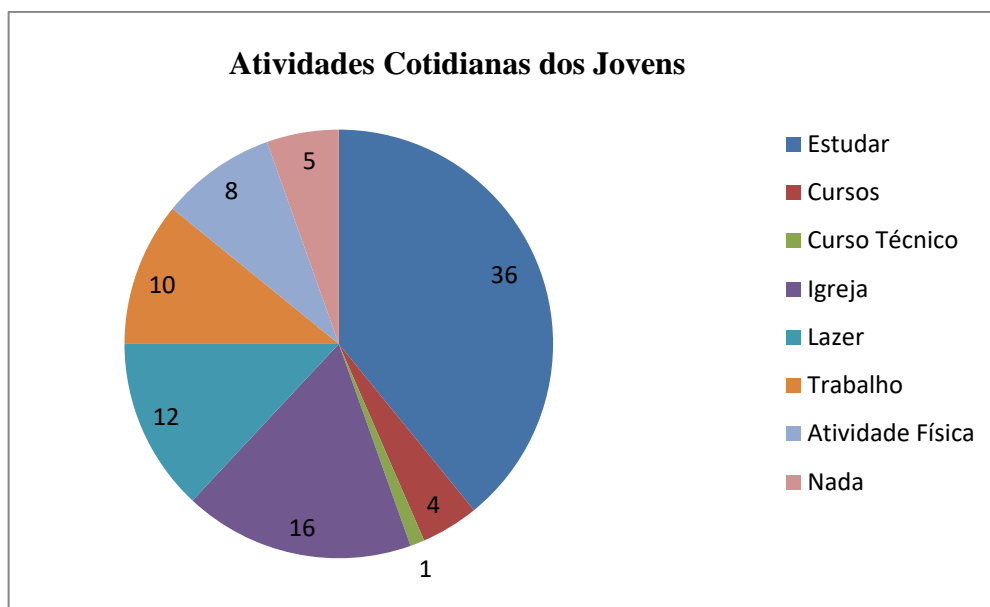


Gráfico 9: Atividades cotidianas dos jovens.  
Fonte: Dados da autora.

O primeiro mapa narrativo auxilia na compreensão das atividades realizadas no dia a dia pelos jovens, bem como os lugares da cidade que percorrem para exercer suas atividades. Esse jovem inicia sua rotina com a saída do bairro Bela Vista para ir à escola no centro da cidade.

[...] eu acordo de manhã, aí eu saio de casa, mais ou menos meio dia... eu arrumo casa, almoço e me arrumo pra ir pra escola, ai eu pego o ônibus, que é bem pertinho de casa (Entrevistado 1, 2016).

Às 17 horas e 45 minutos a aula acaba e o jovem segue para o curso técnico em Muquiçaba, bairro com distância de dois quilômetros do centro da cidade, vai a pé e aguarda até às 19 horas, quando o curso inicia, e às 22 horas retorna para casa. Aos fins de semana costuma ir à igreja, que fica no bairro onde mora, após o culto, às vezes, sai com o grupo da igreja para lazer, geralmente na Praia do Morro ou no Centro

Normalmente no domingo depois do culto a gente sai pra comer alguma coisa... Na praia do morro ou no centro. (Entrevistado 1, 2016)

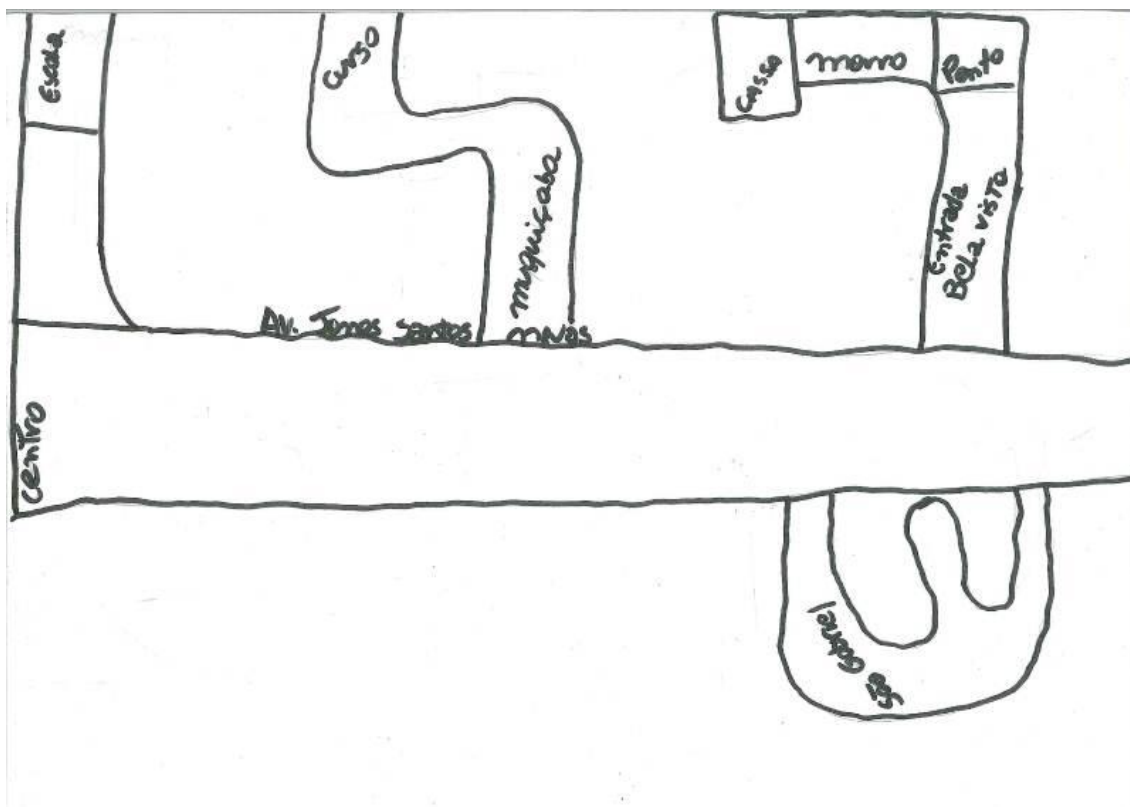


Figura 6: Mapa Narrativo – Entrevistado 1.  
Fonte: Dados da autora.

Além de indagar sobre as práticas cotidianas, buscou-se descobrir em quais bairros da cidade elas se realizam. Alguns jovens afirmaram realizar suas atividades em seus próprios bairros, exceto estudar. De acordo com o que já foi apresentado, o bairro é de extrema relevância na prática socioespacial dos jovens, os vínculos com o espaço citadino se constroem a partir do seu local de moradia, e algumas atividades diárias se mantêm nos bairros.

Os outros locais da cidade que surgiram apresentam grande número de estabelecimentos comerciais, como Muquicaba, Itapebussu e Aeroporto. O Centro ganhou maior expressividade, pois além de concentrar estabelecimentos comerciais, conta com vários serviços, como banco, consultórios médicos, cartórios, etc.

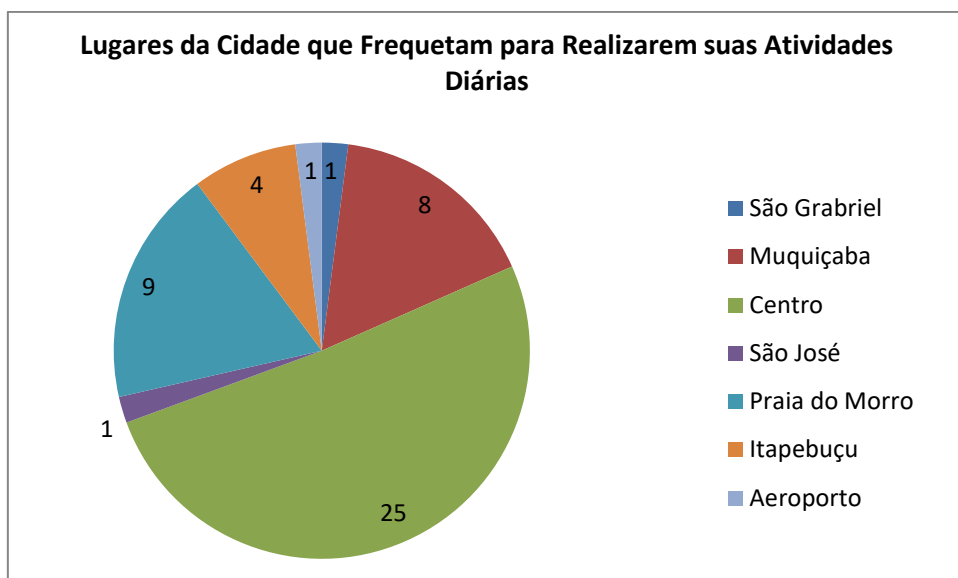


Gráfico 10: Lugares da cidade que frequentam para realizarem suas atividades diárias.  
Fonte: Dados da autora.

O segundo mapa narrativo ilustra a rotina de atividades de outro jovem, que realizam três cursos diferentes, piano, violão e violino. Dois desses cursos são no bairro onde moram e o terceiro no centro. O jovem descreve sua rotina

Eu acordo oito horas da manhã, ai oito e meia eu vou pro centro fazer meu curso de violão. Eu vou de ônibus. Ai eu saio de lá nove e meia, aí eu vou pro ponto. No ponto, tem dia que eu fico até no máximo onze horas, esperando o ônibus pra voltar pra praia do morro. Aí eu chego em casa correndo, tenho que tomar banho, arrumo minha irmã, dou almoço a ela, almoço e ai meio dia e quinze volto pra escola. Meio dia e quinze, e chego na escola meio dia e meia. Aí eu saio cinco e quarenta e cinco e chego em casa seis e quarenta, aí eu tomo banho e sete e meia vou para igreja, também na praia do morro (Entrevistado 2, 2016).

Suas práticas se concentram na Praia do Morro e no Centro, aos fins de semana outros lugares da cidade aparecem

[...] às vezes, no final de semana, eu vou no aeroporto e muquiçaba com minha mãe pra comprar e tem sábado que tem saída com a igreja, pra cantar em outra igreja (Entrevistado 2, 2016).

A participação desse jovem na igreja possibilita trajetos por outros lugares na cidade através do grupo de louvor que é convidado para cantar em outras igrejas.

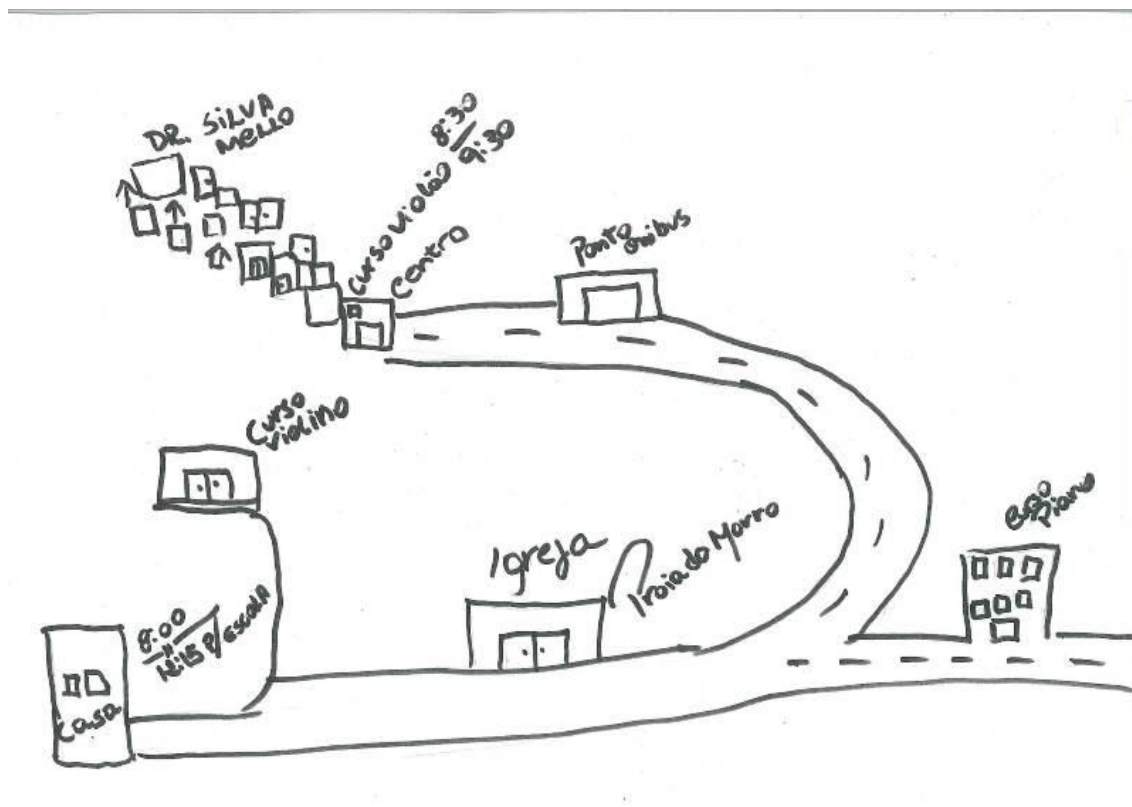


Figura 7: Mapa Narrativo – Entrevistado 2.  
Fonte: Dados da autora.

Os jovens constroem suas experiências pela cidade e se deparam com contradições entre as necessidades de reprodução da vida e as imposições do capital. Em meio a essa disputa, as ações vão sendo realizadas e transformam o espaço através da apropriação. As percepções que os jovens constroem da cidade se dão em meio a essas práticas. Questionou-se, então, quais seriam os pontos positivos e os negativos de se viver em Guarapari.

Pontos Positivos		Pontos Negativos	
Praias	31	Saúde	6
Turismo	6	Segurança	12
Lazer	2	Transporte Público	16
Tranquilidade	10	Emprego	7
Comércio	4	Turismo	3
Serviços Públicos	1		
Estudos	1		

Tabela 7: Pontos Positivos e Pontos Negativos de se morar em Guarapari.  
Fonte: Dados da autora.

O ponto positivo mais citado faz parte da beleza natural da cidade, as praias. Elas são espaços públicos que permitem a convivência de todas as classes sociais, das diferenças, entretanto a população local utiliza esse lugar não só para o lazer, mas também para tirar seu



sustento como vendedor ambulante. Ligando-se então à questão do turismo, 10 jovens afirmaram ser um ponto positivo e 3 ser um ponto negativo. Em conversas com os jovens a respeito das férias de verão, todos disseram que iriam trabalhar, seja na praia como ambulante ou em lojas e restaurantes que contratam trabalhador temporário devido ao aumento expressivo de turistas.

Os jovens aproveitam essa época do ano para juntar dinheiro, pois no resto do ano a oferta de emprego na cidade é pequena. Assim, 7 jovens disseram ser um ponto negativo na cidade o emprego. Mesmo a cidade tendo sua população quintuplicada no verão, o transporte público é extremamente precário, não dando conta nem de atender à população local; os pontos de ônibus ficam lotados, sem a menor estrutura para abrigar as pessoas; o tempo de espera é longo; a passagem é cara e em época de alta temporada esses problemas se intensificam.

O trabalho é uma forma de apropriação do mundo, atividade pela qual o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, por esse motivo Marx (1859) afirma ser o trabalho um ato libertador, pois através de suas capacidades o homem modifica a natureza a fim de atender suas vontades. Alerta-nos ainda que ao transformar o mundo o ser humano transforma a si mesmo também, porém a sociedade capitalista converte o trabalho em algo exterior aos indivíduos no momento em que o trabalhador não é mais dono do processo e do produto de seu trabalho, afinal ele apenas vende sua força de trabalho.

Com o advento do modo de produção capitalista o trabalho passa a ser simplesmente um meio de sobrevivência, sendo através dele que trabalhador recebe seu salário em troca das horas trabalhadas para assim poder adquirir mercadorias que satisfaçam suas necessidades.

Mesmo com todas as mutações já apresentadas a respeito das relações trabalhistas na chamada acumulação flexível, o trabalho continua sendo a forma pela qual o indivíduo firma-se como um sujeito social. Surge daí uma inquietação em relação aos jovens que estão iniciando sua vida profissional em uma sociedade na qual o emprego não é estável, porém ainda é a forma de se sentir pertencente à sociedade, sobretudo em relação aos jovens pobres, que não tem acesso a uma qualificação profissional e ficam sujeitos a empregos temporários e mal remunerados.

É importante entender que a juventude é múltipla, logo cada jovem experimentará essas mudanças na sociedade de forma diferente, afinal vários fatores perpassam a vida dos jovens, que fazem com que os indivíduos forjem sua juventude de acordo com os espaços, os tempos e os contextos dos quais vivem.

Pelo fato da juventude estar sempre ligada a ideia de transformação, fase, adaptação é esperado do jovem moderno uma postura flexível, mutável, porém a insegurança que a sociedade atual traz faz com que os jovens busquem por empregos estáveis, que lhes garantam uma rentabilidade constante, possibilitando, assim, que estes construam seus projetos de vidas.

Apesar dos problemas apresentados pelos jovens pesquisados em relação a Guarapari, sobretudo a oferta de emprego, 10 jovens consideram uma cidade tranquila para se viver. O terceiro mapa narrativo conta a história de um jovem que veio do Rio de Janeiro para morar em Guarapari devido a segurança e a tranquilidade, porém o pai, por ser pastor em uma igreja evangélica, teve que se mudar para Vitória. O jovem continua estudando em Guarapari, desta forma todos os dias pega o ônibus em Vitória para vir estudar em Guarapari, percorrendo 58 quilômetros para chegar à escola, quando a aula termina pega um ônibus para Cariacica, pois pai é responsável por uma igreja de lá também, para só depois retornar a Vitória.

Pego ônibus direto pra Guarapari, eu chego aqui mais ou menos meio dia e cinquenta, uma hora. Fico na escola, saio quinze pras seis e vou pra Igreja. Saio daqui de Guarapari, paro em Cariacica. Depois do culto eu volto com meu pai pra Vitória, ai essa é minha rotina geralmente. Todo dia eu vou pra igreja, porque tem negócio de oração. Quando eu não vou, eu vou direto pra Vitória (Entrevistado 3, 2016).

O jovem afirmou que continuava estudando em Guarapari, pois já estava terminando o 3º ano e achava mais seguro do que estudar em uma escola da capital.

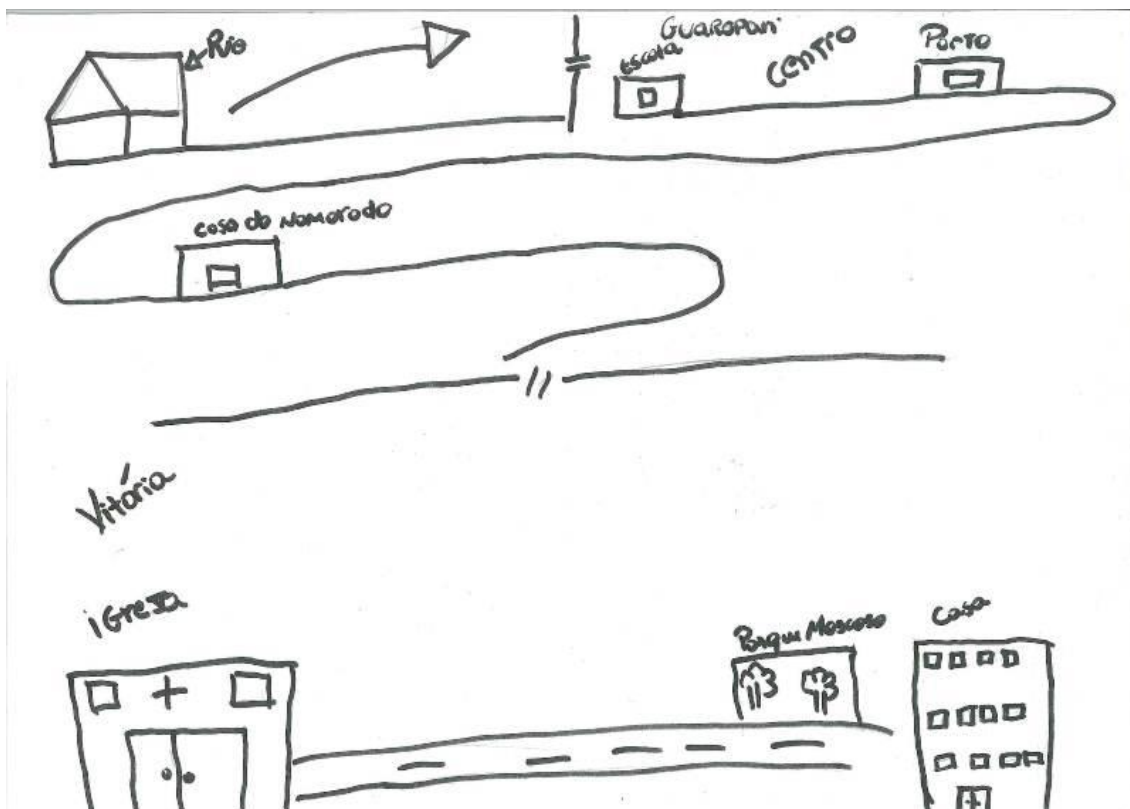


Figura 8: Mapa Narrativo – Entrevistado 3.  
Fonte: Dados da autora.

O último momento da pesquisa procurou apreender sobre os projetos de vida dos jovens, indagando-os sobre o futuro. Entende-se projeto de vida como etapas estabelecidas a partir da elaboração de planos e ações para atingir determinados fins, dando significado às experiências. Muitos jovens apresentavam a vontade de morar em outra cidade para continuar os estudos, pois Guarapari só conta com faculdades privadas; outros para trabalhar, devido à dificuldade de conseguir emprego. Desta forma 14 jovens pensam em continuar vivendo aqui enquanto 34 pensam em se mudar.

O quarto mapa narrativo conta a rotina de um jovem que pretende fazer faculdade em São Paulo

Moro no São Gabriel já uns cinco anos, dois anos estou na casa própria, moro com minha avó desde três meses e com meu tio. Eu acordo todo dia de manhã e tenho que arrumar a casa, que é minha obrigação. Aí depois que eu arrumo a casa, eu me arrumo pra ir na escola. Venho de ônibus, em uns trinta minutos eu tô na escola. Sem contar que o ônibus é horrível lá no bairro, não tem hora certa pra passar e tá sempre cheio porque passa em outros bairros antes de ir pro meu. Aí eu chego na escola toda suada, meu Deus, e eu sempre perco a primeira aula, porque eu pego o ônibus sempre atrasada. Depois da aula eu vou pra casa, fico vendo televisão ou às vezes vou pro culto quando minha vó me obriga ir no culto dia de semana (Entrevistado 4, 2016).

Ao perguntar sobre os planos futuros, o jovem afirmou ter vontade de fazer faculdade na USP

Agora não, mas daqui uns três anos tô pensado em fazer faculdade lá. Quem sabe na USP. Agora eu vou trabalhar pra juntar dinheiro... e se não der certo em São Paulo eu volto pra morar com minha vó (Entrevistado 4, 2016).

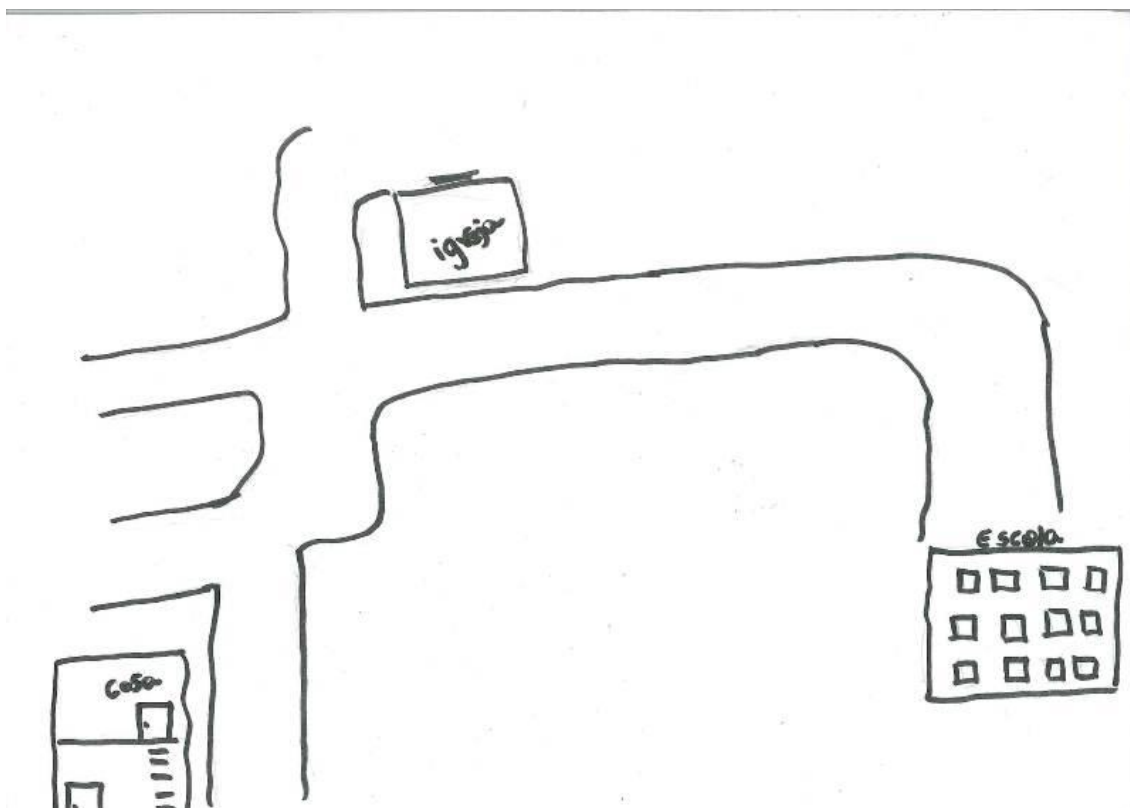


Figura 9: Mapa Narrativo – Entrevistado 4.  
Fonte: Dados da autora.

Ao final dos dados apresentados infere-se que, no que tange às práticas socioespaciais dos jovens entrevistados, essas se concentram nos bairros em que residem, por diversos fatores que orientam uma dinâmica cidadã de contenção das classes com menor poder aquisitivo em seus bairros, como por exemplo a precária estrutura do transporte público e seu valor, que acabar por “conter” os jovens em seus bairros, além do sentimento de insegurança ligado aos espaços públicos.

A rua representa o local do desconhecido, enquanto o bairro conta com laços afetivos. Há uma perda do significado do espaço público, transformando-o em apenas o lugar de passagem e não o lugar do encontro. Com isso, os jovens deslocam-se para outros lugares da cidade apenas para estudar e retornam para suas casas. A igreja, presente no cotidiano desses jovens, possibilita uma maior espacialidade quanto realiza cultos em outros lugares.

Por ser uma cidade turística o valor do solo urbano em algumas áreas da cidade “empurra” a população local para bairros que não recebem a devida atenção do poder público, não contando com infraestrutura, equipamentos e serviços para atender a população. A área central e o bairro Praia do Morro, além de receberem investimentos por parte da prefeitura, contam com os estabelecimentos de lazer, como restaurantes e lanchonetes, bares, shopping, cinema e praias, entretanto quando esses jovens se fazem presentes nessas áreas, na maioria das vezes é devido ao trabalho.

Essas diferentes maneiras de espacialidade dos jovens entrevistados, os usos distintos e desiguais, a forma como concebem e retratam a cidade, os lugares que frequentam ou não, vão estruturando a complexa teia de relações que constitui as juventudes. É assim que as experiências dos jovens por Guarapari, marcadas pelo modo de produção capitalista e suas contradições e desigualdades, tornam-se elemento essencial na produção dos sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser a juventude uma categoria plural e ativa socialmente, cabe realizar uma investigação aprofundada sobre suas atividades cotidianas e os fatores que influem em sua constituição. Para tanto, a pesquisa buscou apreender, fundamentado na realidade dos jovens residentes em Guarapari, as dinâmicas que orientam suas práticas e vivências na e pela cidade. O enfoque dado ao espaço citadino visou contribuir para percepção da juventude a partir da sua dimensão espacial, uma vez que por ser o jovem um sujeito social suas ações, realizadas em consonância com a sociedade vigente, produzem o espaço em que vivem e através dessas ações se produzem enquanto jovem.

Por conseguinte, deu-se atenção ao cotidiano, é nele que as atividades se realizam e que os jovens percebem, vivenciam, transformam e produzem o espaço que habitam, tendo o arranjo socioespacial da cidade influência sobre essas práticas. Devido a isso, foram apresentados a organização do espaço citadino de Guarapari e o papel que o turismo exerce nesta.

Enquanto a dispersão dos jovens pela cidade e pelas áreas que residem, percebe-se como a dinâmica do capital em Guarapari vai destinando os lugares da cidade de acordo com o poder aquisitivo da população. Os jovens pesquisados são estudantes de escola pública, em sua maioria, com baixo poder aquisitivo e moradores das áreas menos valorizadas da cidade. Não questionou-se diretamente a respeito da visão dos jovens sobre o turismo na cidade, mas por essa atividade valorizar certas áreas, esses jovens e suas famílias ocupam as áreas menor valor para o capital. Quando indagados sobre a infraestrutura e os serviços presentes nos bairros em que moram, é possível notar a deficiência das estruturas públicas para atender a população nessas áreas. Um fator que comprova essa deficiência é o deslocamento diário que esses jovens têm de fazer para estudarem, uma vez que em seus bairros não existem escolas públicas que ofereçam o ensino médio.

Embora os bairros não contem com boa infraestrutura e oferta de bens e serviços públicos, os jovens da pesquisa têm uma vida mais bairrista, onde a maior parte de suas atividades do dia-a-dia são realizadas em seus próprios bairros. O deslocamento exterior ao local de moradia ocorre com a ida para a escola e quando precisam resolver alguma coisa que só é possível no centro da cidade ou nos bairros que tenham uma atividade comercial maior.

Retomando as colocações a respeito do turismo, principal dinâmica econômica da cidade, os jovens veem esta atividade como uma oportunidade para ganhar dinheiro, pois nos

períodos de veraneio a população da cidade chega a quintuplicar, surgindo muitos empregos temporários. Em consequência a baixa oferta de emprego na cidade os jovens contam apenas com essas ocupações temporárias.

Os fatores estudo e emprego se mostram como elementos repulsores da população jovem de Guarapari. Muitos apresentam a vontade de morar em outra cidade a fim de terminarem seus estudos e conseguirem melhores oportunidades de trabalho. Apesar de expressarem essa vontade, a maioria dos jovens pesquisados não tem seus projetos de vidas bem delineados, ou seja, entendem as dificuldades de continuarem os estudos em Guarapari e de conseguirem empregos que não sejam temporários, mas não traçaram as ações necessárias para atingirem os objetivos que almejam.

Em meio às incertezas e inseguranças vivenciadas por esses jovens, e que são características da sociedade contemporânea, a vida religiosa aparece como uma alternativa, sobre tudo as igrejas evangélicas. Dados apresentados na pesquisa comprovam o grande contingente populacional adepto a religião evangélica presente no Espírito Santo.

Nos questionários aplicados todos os jovens afirmaram existir igreja em seus bairros e quando questionados a respeito de suas atividades diárias a ida à igreja também aparece em boa parte das respostas. Como o enfoque inicial da pesquisa não evidenciava o papel da igreja na juventude, não indagou-se sobre a religião, entretanto as observações realizadas e as conversas com os jovens permitiram identificar a religião evangélica como majoritária entre os sujeitos da pesquisa. Então, dentre os diversos fatores que atravessam a juventude, a igreja evangélica ganhou papel de destaque por ser um elemento comum a esses jovens.

Por ser a juventude um momento em que os jovens começam a construir seus laços para além do seio familiar, suas dinâmicas socioespaciais vão conformando e constituindo seu entendimento enquanto sujeito social. Mediante a essas transformações e as expectativas futuras os jovens guaraparienses buscam na igreja um amparo e uma identidade que os diferem dos demais e os permitem fazer parte de algo.

Ser jovem dentro da igreja evangélica significa ter diretrizes condizentes com os preceitos da igreja que influenciarão as experiências e vivências que esses jovens vão construir na e pela cidade. Percebe-se desta forma que os jovens entrevistados organizam seu cotidiano de forma a respeitarem os princípios que seguem, evitando certos lugares da cidade, que costumam ser comuns a juventude, como bares, baladas. Seus momentos de lazer muitas vezes são ofertados pela própria igreja, como encontro de jovens, shows gospel, ou então são realizados com amigos da igreja ao final dos cultos, como a ida para restaurantes e pizzarias.

A adesão dos jovens entrevistados à religiosidade evangélica pode explicar a vida bairrista que possuem, pois na maioria das vezes as igrejas que frequentam ficam no próprio bairro e a rotina com que vão à igreja costumam ser alta, de três a seis dias da semana. Além do que, para atrair e manter os jovens fiéis, as igrejas costumam ofertar cursos, oficinas, palestras, fazendo com que estes não precisem procurar em outros lugares.

Os movimentos dos jovens na e pela cidade permitem o encontro com o outro, com o diferente, com o desigual, possibilitando maior compreensão da organização social, das amarras impostas pelo capital e de si mesmo. Permite também desvelar os signos e significados presentes na cidade, que proporcionam aos jovens apreender os espaços citadinos, transformando-os, resignificando-os e produzindo-os. Entretanto, quanto menor for esse movimento menor será a consciência dos jovens a respeito da sociedade e da juventude.

Os jovens entrevistados convivem com iguais, não se colocam nos espaços públicos e têm uma certa fixidez no espaço, assim não vivenciam a cidade plenamente. A espacialidade desses jovens é cerceada pela própria estrutura da cidade que os empurra para as áreas menos valorizadas da cidade e pelos preceitos da igreja que orientam as suas práticas espaciais. A pouca presença dos entrevistados em espaços públicos que permitam a convivência com o outro, com o diferente, limitam esses jovens enquanto sujeitos produtores do espaço social ao mesmo tempo em que influencia na constituição e compreensão que terão de o que é ser jovem.

Para estudos futuros cabe uma investigação mais aprofundada a respeito da ligação do capital imobiliário e do turismo, por ordenarem o desenvolvimento da cidade, além de reservar certas áreas para futuros investimentos. O impacto gerado por esse processo influencia diretamente a população local e conseqüentemente os jovens. As melhorias realizadas na cidade e os espaços públicos se destinam a atender as demandas dos turistas que vêm à cidade somente em certas épocas do ano, enquanto os jovens residentes em Guarapari vivenciam muito mais a realidade de seus bairros, que não recebem a devida atenção do poder público, e os espaços religiosos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas da juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Políticas públicas: juventude em pauta**, São Paulo, p. 13-32, Editora Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. Espaço de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Políticas públicas: juventude em pauta**, São Paulo, p. 219-228, Editora Cortez, 2003.

ALVES, A. J. L. **A Individualidade nos Grundrisse de Karl Marx**. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1999.

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, Editora Papyrus, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2009.

BENTO, Izabella Peracini. A cultura geográfica de jovens escolares. In: CAVALCANTE, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2015.

CARLOS, A. F. **A cidade**. , São Paulo, Editora Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **A condição espacial**. São Paulo, Editora Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, Editora USP, 1994.

CASSAB, Clarice. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Revista Perspectiva**, Erechim: URI, v.34, n.128, p. 39-51, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Revista Locus**, Juiz de Fora. V. 17, nº 02, p. 145-159, 2011.

\_\_\_\_\_. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTE, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Editora da PUC Goiás, Goiânia, 2015.

CASSAB, Clarice; MENDES, Juliana. T. N. **Juventudes e cidades: espacialidade dos jovens em cidades médias**. Relatório de pesquisa, Juiz de Fora, 2013.

CHAVEIRO, E.F. O jovem aluno contemporâneo e as demandas da escola: mundos em conflitos. In: CAVALCANTI, L. S.; BUENO, M. A. **A produção do conhecimento e a pesquisa sobre o ensino da geografia**, Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2011.

CIRINO, Fernanda Oliveira. **A produção do espaço geográfico pelo turismo: Um estudo de caso no litoral da Praia do Morro – Guarapari (ES)**. Trabalho de monografia, UFV, Viçosa, 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo, 3ª Ed. Editora Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. , Rio de Janeiro, 12ªEd. Bertrand Brasil, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Revista Geosul, Florianópolis, v.20, n.40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. Revista América Latina: cidade, campo e turismo, San Pablo, p. 337-350, dez. 2006.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Sexualidade e neopentecostalismo: representação de jovens da igreja evangélica Bola de neve**. Dissertação de mestrado, PUC – SP, São Paulo, 2006.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.24, 249-272, 2001.

DUARTE, Maurizete P. L. **Perspectivas das políticas de habitação de interesse social entre 1988 e 2002: a dinâmica da política municipal na cidade de Vitória**. Tese de doutorado, UFES, Vitória, 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, Rogério Naques. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. **Revista de história econômica e economia regional aplicada**, Juiz de Fora, v.5, n.8, jan./jun. 2010.

FARAH JUNIOR, Moisés Francisco. A terceira revolução industrial e o novo paradigma produtivo: Algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro dos anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.2, p. 45-61, maio/ago. 2000.

GOULART, Denise Alessandra. O espaço do jovem em meio ao crescimento evangélico. **Anais do IV Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**, Salvador, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, 2ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GRACINO JUNIOR, Paulo. Urbanização e diversidade religiosa: mapeando alguns aspectos das adesões religiosas nas cidades brasileiras. In: SOUZA, D. T.; BATELLA, W. Cidades, territórios e direitos, Viçosa, Editora da UFV, p. 281-306, 2017. (No prelo).

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, Editora DIFEL, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, 24ª Ed. Edições Loyola, 2013.

- \_\_\_\_\_. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez.2012.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1972.
- IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Org. CAMPELLO, T.; NERI, M. C. 2013.
- JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011.
- KREHER, Rodrigo. **Ou caminha com deus, ou dança com o diabo: Igrejas neopentecostais e governo da juventude pobre**. Dissertação de mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório de pesquisa, Belo Horizonte, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital**. Rio de Janeiro. Editora DPA, 1999
- \_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. Éditions Anthropos, Paris, 1981
- \_\_\_\_\_. **A re-produção das relações sociais de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- MARX, Karl. Terceiro Manuscrito. In: **Manuscrtos econômicos-filosóficos**. Lisboa, Edições 70, 1989.
- \_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da Economia Política, livro I: **O processo de produção do capital**. Editor Vitor Civita, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, 2ª ed. Editora Expressão Popular, 2008.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista da USP**, São Paulo, n.67, p. 48-67, set./nov., 2005.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? : Por uma epistemologia crítica**. São Paulo, 2ª Ed. Editora Contexto, 2012.
- MOTA JÚNIOR, Elizeu F. Infância e juventude os meios modernos de comunicação e os mecanismos de controle. **Revista Justitia**, São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, Luciano. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. Petrópolis, 4ª Ed. Editora Vozes, 2014.
- OLIVEIRA, M. P. Para compreender o “leviatã urbano”: a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. In: **GEOgraphia**, Ano 1, n.1, 1999.

\_\_\_\_\_. Cidadania no Brasil: Elementos para uma análise geográfica. In: **GEOgraphia**, v.3, n.6, 2001.

PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.18, n3, Jul./Set., 2009.

PIRES, Lucineide Mendes. Os jovens na/da cidade: da cultura geográfica ao direito à cidade. In. CAVALCANTE, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2015.

\_\_\_\_\_. **Culturas geográficas de alunos-jovens: uma referência para a formação de professores de Geografia**. Tese de doutorado, UFG, Goiânia, 2013.

PIRES, Mariana Rodrigues. **Turismo em Guarapari (ES): lógicas de uso e ocupação do espaço incorporando simbolismos e identidade cultural**. Dissertação de mestrado, UFES, Vitória, 2016.

REZENDE, Rayssa Pinto. Uma breve discussão sobre a categoria juventude a partir de sua dimensão espacial. **Anais do II Colóquio do NUGEA**, Juiz de Fora, 2016.

RICHTER, Denis. Minha casa fica a 5 minutos de carro da casa do meu amigo – A relação espaço-tempo na vivência urbana. *Revista Terra Livre*, Presidente Prudente, ano 24, v.1, n.30, p.185-202, jan./jun., 2008.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, 4ª Ed. Editora Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, 2ª Ed. Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo, 3. Ed. Editora Nobel, 1992.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n.32, p. 89- 109, 2012.

SEMINÁRIO NACIONAL – Núcleo Vitória - **As metrópoles e as transformações urbanas: Desigualdades, coesão social e governança democrática**, Rio de Janeiro, 2015.

SENNET, Richard. O Declínio do homem público: As tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Odair V.; KEMP, Sônia R. A. A evolução histórica do turismo: da antiguidade clássica a revolução industrial – século XVIII. **Revista eletrônica de turismo**, ano V, n.9, junho, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “Milton Santos, um revolucionário.” In: **OSAL**, ano 6, n. 16, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo, Editora Contexto, 1994.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. In: **Trans/Form/Ação**. 2007, vol.30, n.2, pp.235-246.

TURRA NETO, Nécio. Definir juventude como ato político: na confluência entre orientação de tempo, idade e espaço. In. CAVALCANTE, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2015.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. In: **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, Nº. 22, P. 67-78, JAN./DEZ. DE 2007.

VARGAS, P. S. P.; ABE, A. T.; ALVAREZ, C. E.; WOELFFEL, A. B.; ZAMBORLINI, K. C. Guarapari: planejamento, turismo e desenvolvimento sustentável. **Anais do IV Encontro nacional e II Encontro latino-americano sobre edificações e comunidades sustentáveis**, 2007.

ZÁRATE, Maria Rodó de. El acceso de la juventud al espacio público en Manresa. Una aproximación desde las geografías feministas de la interseccionalidad. **Scripta Nova**. Vol. XIX, nº 504. Barcelona, Maio 2015.

## APÊNDICE

### Questionário - jovens residentes de Guarapari - ES

- Idade: \_\_\_\_\_ Cor: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_

- Renda Familiar: ( ) até 1 SM ( ) até 2 SM ( ) até 3 SM ( ) até 4 SM ou mais

\*SM = Salário Mínimo R\$ 880,00

- Alguém na sua casa recebe bolsa família? \_\_\_\_\_

- Você trabalha ou já trabalhou? \_\_\_\_\_

Se sim, em qual bairro da cidade localiza o estabelecimento? \_\_\_\_\_

- Em qual bairro você reside? \_\_\_\_\_

Você gosta de morar nesse bairro? Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Quais desses equipamentos e serviços encontram-se no bairro em que você reside:

( )Praça ( )Biblioteca ( )Igreja

( )Escola ( )Acesso a internet

( )Unidade de saúde ( )Ônibus urbano

- Você gosta do bairro onde mora? Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Quais atividades você costuma fazer no seu dia a dia? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Quando buscar lazer, onde você costuma ir? \_\_\_\_\_

---

- Existe algum lugar da cidade que você evita passar? Por quê? \_\_\_\_\_

---

- Quais são os pontos positivos de se morar em Guarapari? \_\_\_\_\_

---

- E quais são os pontos negativos? \_\_\_\_\_

---

- Você tem vontade de morar em outra cidade? Por quê? \_\_\_\_\_

---

- Você pretende permanecer em Guarapari futuramente? \_\_\_\_\_

---